



Relatório anual

2 0 1 7

Índice



Introdução- **03**

01

Mensagem da Diretoria - **05**

02

Acontecimentos em Destaques - **07**

03

Gestão Previdenciária - **10**

04

Gestão de Investimentos - **15**

05

Demonstrações Contábeis - **29**

Demonstrações do Plano BD Eletrobrás - 39

Demonstrações do Plano CD Eletrobrás - 42

Demonstrações do Plano CV ONS - 45

Demonstrações do Plano CD CERON - 48

Demonstrações do Plano CV EPE - 51



06

Pareceres- **104**

BD Eletrobrás - 107

CD Eletrobrás - 122

CV ONS - 128

CV EPE - 133

CD CERON - 138

07

Despesas - **143**

08

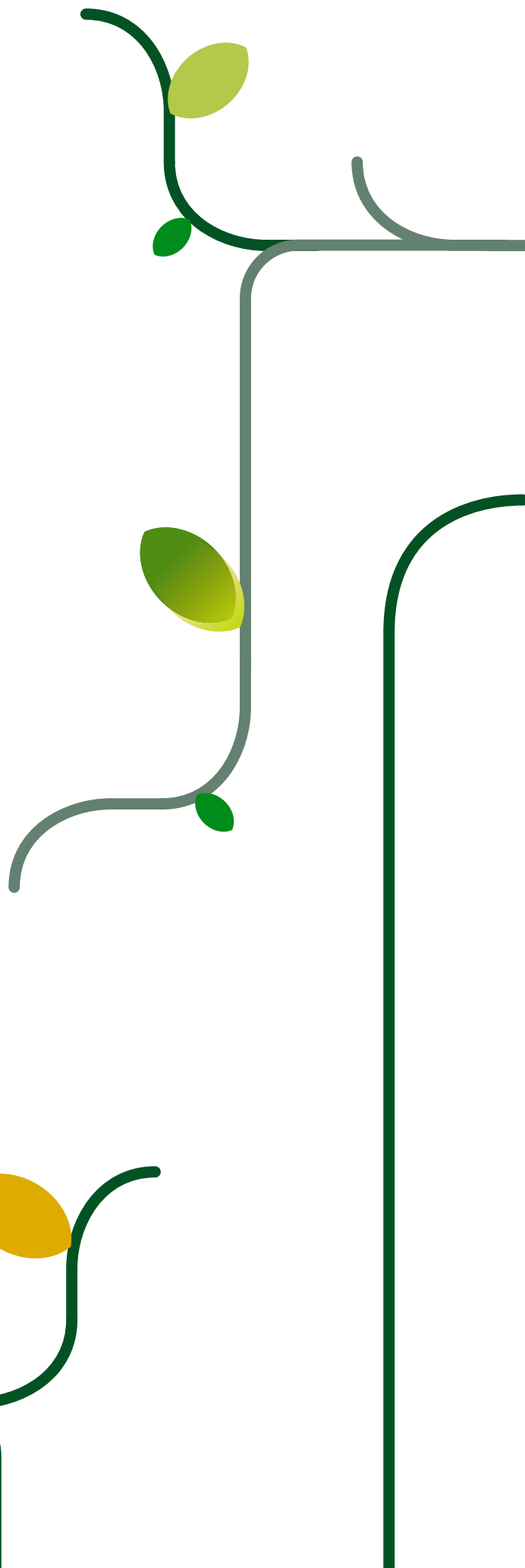
Eletros-Saúde - **144**

09

Administração - **182**

10

Contatos - **188**





nosso desenvolvimento é para você

Seja bem-vindo (a) ao Relatório Anual de 2017. Nele, capítulo a capítulo, você encontrará informações completas referentes à Fundação.

Este documento foi pensado e desenvolvido sob o olhar retrospectivo da trajetória da ELETROS até aqui.

Em 2016, trabalhamos o conceito de unidades isoladas que, quando reunidas, formam o todo. Para 2017, procuramos não somente dar continuidade a esta ideia, mas também representar o processo de evolução alcançado por meio dessa construção. Assim, olhando para o ano passado, podemos ver o nosso desenvolvimento.

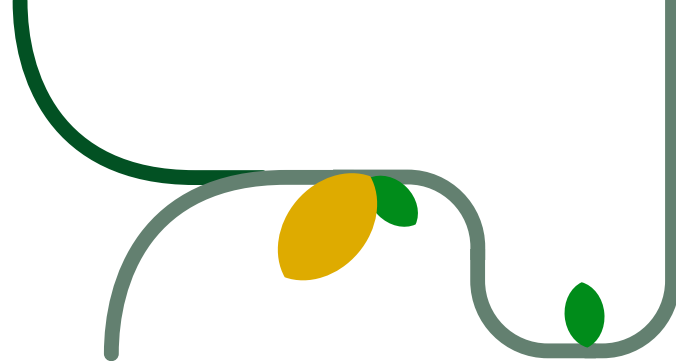
Para ilustrar esse conceito no nosso Relatório Anual, trouxemos a ideia da planta. A raiz é a base que sustenta o crescimento. O caule representa o próprio desenvolvimento da ELETROS. Os galhos ilustram as ramificações da Fundação, suas áreas e seu trabalho. Já as folhas são o resultado do que foi desenvolvido até agora.

A ELETROS está se desenvolvendo para que você possa colher os melhores frutos no futuro.

Siga conosco e boa leitura!



Mensagem da Diretoria



É com satisfação que cumprimos mais um ano de grandes desafios. Em meio a um cenário de incertezas políticas e macroeconômicas, a ELETROS conseguiu superar as metas de todos os seus planos de benefícios.

Diante disso e avaliando o momento das nossas patrocinadoras, que estão implantando políticas de redução em seus quadros de pessoal, é fundamental reafirmar a importância da previdência complementar na vida de todos os nossos participantes. Ressaltamos que caso o participante se desligue da patrocinadora, ele tem várias opções conforme os critérios de elegibilidade: solicitar o benefício de renda mensal; manter a reserva rentabilizando na Fundação; tornar-se autopatrocinado; fazer a portabilidade para outra instituição; ou efetuar o resgate parcial ou total da sua reserva.

Na hora dessa importante decisão para o seu futuro e de sua família, o participante tem o privilégio de ter a equipe da ELETROS à sua disposição para assessorá-lo com simulações, para que seja tomada a decisão mais favorável à sua situação patrimonial.

Para auxiliarmos nessa reflexão, a rentabilidade conquistada pelo Perfil ELETROS nos últimos cinco anos foi de 72,2%, enquanto a rentabilidade média obtida pelos fundos abertos de previdência foi de 53,3%. O levantamento, que considerou as premissas* abaixo e resultou em uma amostra de 249 fundos, mostra que a ELETROS alcançou a maior rentabilidade no período, o que demonstra a consistência e eficiência na gestão dos recursos. Além disso, é possível verificar que taxa média de administração dos fundos abertos de previdência é de 1,57%, enquanto do Perfil ELETROS é de 0,5%.

* No que se refere às premissas para seleção de Fundo de Previdência Aberta, a fonte utilizada foi a Quantum Axis. O período avaliado compreende os anos de 2013 a 2017 (5 anos). Foram selecionados, segundo a classificação ANBIMA, fundos de categoria PGBl e VGBl, abertos para captação, com patrimônio mínimo de R\$ 50 milhões.

No cenário interno, a fim de buscarmos uma prestação de serviço cada vez melhor aos nossos participantes e assistidos e nos prepararmos para um futuro cada vez mais desafiador, a ELETROS investiu, em 2017, na integração dos seus sistemas de tecnologia da informação. Em 2018, a Fundação está investindo no treinamento dos seus colaboradores por meio de programa específico de desenvolvimento pessoal e profissional, assim como na Norma de Qualidade ISO 9001:2015 de todos os seus processos previdenciários.

Cabe ressaltar, também, os esforços que estão sendo empreendidos pela Governança da Fundação na solvência do Plano BD Eletrobrás. Como já divulgado em diversas ocasiões ao longo de 2017 e 2018, a ELETROS se viu compelida a rever seus Planos de Equacionamento referentes aos exercícios de 2013 e 2015.

Esse trabalho e a apresentação de alternativas para mitigar ao máximo o impacto no benefício dos assistidos do Plano BD é o nosso compromisso. Para que esse objetivo seja alcançado, é necessário que os participantes estejam coesos em torno da ELETROS.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, conselheiros, patrocinadoras e, em especial, a todos os nossos participantes ativos e assistidos pela oportunidade de seguirmos em frente, juntos, em busca sempre de um futuro melhor.



Afrânio Barreira de Aleazar Matos Filho
Presidente

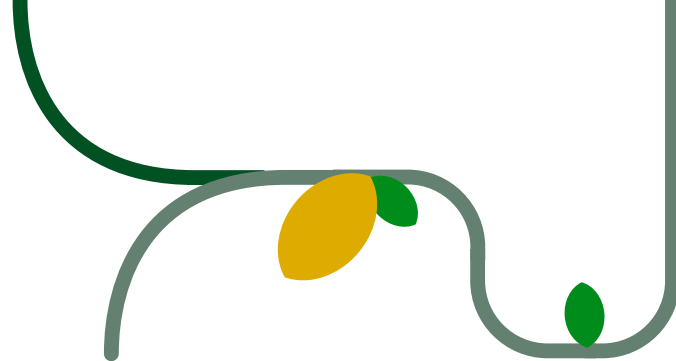


Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários



Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Acontecimentos em Destaque



Este capítulo apresenta, de forma objetiva e transparente, um resumo dos fatos relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos da ELETROS no ano de 2017 e no início de 2018.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para enfrentar os desafios dos próximos anos, foram traçadas metas visando manter a sustentabilidade dos planos administrados e atuar no fortalecimento da governança com uma gestão voltada aos interesses da ELETROS e à prova de desvios de conduta.

Também cabe ressaltar que é objetivo da ELETROS empreender esforços no sentido de manter a solvência do Plano BD Eletrobrás.

Abaixo, seguem relacionados os principais direcionamentos estratégicos para o próximo triênio:

- Reter os participantes desligados das patrocinadoras;
- Captar novos participantes;
- Implantar ações com base nos resultados apresentados na Pesquisa com participantes realizada em março de 2018;
- Obter Norma de Qualidade ISO 9001:2015 dos principais processos operacionais;
- Melhorar a qualidade do serviço prestado a partir da evolução tecnológica;
- Implantar Programa de Compliance;
- Obter selo de autorregulação em governança de investimentos da Abrapp.

LOCAÇÃO DO EDIFÍCIO MARIO BHERING

No mês de março de 2017, a ELETROS firmou contrato de locação do Edifício Mario Bhering, localizado na Rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro, com a Eletrobras.

Para adequar o prédio às necessidades da Eletrobras, foi necessária uma etapa de demolição, ocorrida em setembro de 2017. Já o início da obra ocorreu em dezembro de 2017. A obra encontra-se em estágio avançado de conclusão, devendo ser entregue no mês de julho de 2018. Durante todo esse período, uma equipe da ELETROS foi designada para acompanhar de perto o andamento do projeto.

Cabe ressaltar que a locação do Edifício Mario Bhering traz um ganho expressivo para os Planos BD e CD Eletrobrás, especialmente para o BD, e consequentemente para todos os participantes e assistidos destes planos, bem como para a própria patrocinadora Eletrobras, devido à melhora na rentabilidade do segmento de investimento imobiliário com impacto positivo no resultado do Plano BD.

PLANOS DE EQUACIONAMENTO DO PLANO BD ELETROBRÁS

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo – CDE, realizada em 01 de dezembro de 2017, foi aprovado, por maioria, avaliar e implantar as recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST – e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle.

Já na 338ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, realizada em 02 de fevereiro de 2018, foi aprovado, por maioria, a Minuta do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nos moldes da Instrução PREVIC nº 03, de 2010, que estabelece as etapas e respectivos prazos e responsáveis para a revisão e reaprovação dos planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015. Na ocasião, foram adicionalmente aprovadas as seguintes medidas:

1) A suspensão, a partir de abril de 2018, da cobrança das contribuições extraordinárias II e III para todas as patrocinadoras, participantes e assistidos que vem regularmente efetuando pagamentos através de fatura, de desconto no salário e de desconto no benefício / pensão respectivamente. A suspensão ocorrerá a partir de abril por ser este o mês em que se encerra o plano de custeio em vigor válido até 31/03/2018.

2) A manutenção da cobrança da contribuição extraordinária I para todas as patrocinadoras, participantes e assistidos que vem regularmente efetuando pagamento nas formas citadas anteriormente e mantidas as condições atualmente praticadas.

A Fundação ELETROS reafirma o compromisso de manter a todos informados do andamento das ações e das decisões relevantes relativas ao Plano BD Eletrobrás e seus planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015.

NORMA DE QUALIDADE ISO 9001:2015

Em janeiro de 2018, a ELETROS iniciou um grande projeto: a busca da Norma de Qualidade ISO 9001:2015 pela Diretoria de Benefícios Previdenciários. A ISO 9001:2015 tem como finalidade estabelecer normas e padrões de gestão da qualidade, visando garantir aos participantes que os serviços da Fundação sejam executados de modo padronizado e consistente, atendendo aos requisitos e expectativas de todas as partes interessadas.

Para que a ELETROS seja certificada, a Fundação precisa passar pela avaliação de uma organização certificadora que avalia os processos e verifica se o SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) implantado pela entidade atende aos requisitos estabelecidos pela Norma ISO 9001:2015. Após a obtenção da certificação, esse sistema de gestão permanece sendo avaliado quanto à conformidade com a referida Norma.

O projeto, que envolve inicialmente os processos da DB, será finalizado no primeiro semestre de 2019 e está sendo conduzido por uma equipe composta por colaboradores das áreas de Gestão de Riscos e Compliance, Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios e Gestão de Benefícios Previdenciários. Para nos apoiar até a conclusão, contratamos a Consultoria Venture, provedora de serviços e soluções focada em Gestão de Processos com mais de 25 anos de atuação.

PESQUISA COM PARTICIPANTES

Em março de 2018, a ELETROS realizou uma ampla pesquisa com participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação. O objetivo foi conhecer melhor o perfil dos participantes, entender suas expectativas e percepções e identificar o que pode ser melhorado.

O trabalho foi realizado pela empresa de Pesquisa Multiconteúdo, que fez entrevistas por e-mail e telefone com participantes selecionados aleatoriamente para compor a amostra representativa do total de participantes da ELETROS. O resultado da pesquisa será conhecido no próximo mês.

NOVA PLATAFORMA PARA RECEBIMENTOS DE COBRANÇA NÃO PROGRAMÁVEIS

Em setembro de 2017, a ELETROS lançou uma plataforma de cobrança bancária que oferece mais controle, segurança e conveniência para todos os

participantes e assistidos. Com isso, a antiga prática de créditos feitos em contas correntes da ELETROS e os recebimentos processados presencialmente na Fundação deixaram de existir.

Com a mudança, os pagamentos de valores não programáveis de qualquer natureza, por exemplo, amortização/liquidação de empréstimo financeiro e contribuição adicional, passaram a ser feitos exclusivamente por boleto bancário. Para solicitar o boleto bancário, basta o participante entrar em contato com a Central de Atendimento e informar o tipo de operação financeira que gostaria de realizar.

ESPAÇO ELETROS: PROGRAMA NA EPE E NOVA EDIÇÃO NO ONS

Nos meses de outubro e novembro de 2017, a ELETROS esteve presente nas patrocinadoras EPE e ONS para levar informações importantes da Fundação por meio do Programa de Relacionamento com Participante – Espaço ELETROS.

Na EPE, o evento foi realizado no dia 05/10 quando foi apresentado a nova modalidade de empréstimo financeiro, destacando as mudanças e as vantagens.

Já no ONS, o Espaço ELETROS teve duração de três dias (de 14 a 16/11) e, além do novo módulo de concessão de empréstimo, foram abordados temas como: “benefícios de se realizar uma contribuição adicional”, “atualização dos dados cadastrais pelo Portal do Participante” e “vantagens de obter o Plano Eletros-Saúde”.

Em ambas as ocasiões, foram realizados atendimentos individualizados com os participantes.

NOVA MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO FINANCEIRO PARA PARTICIPANTES DO ONS E EPE

No final de 2017, a ELETROS lançou a nova modalidade de empréstimo financeiro com regras e vantagens

mais atraentes para todos os seus participantes e assistidos nas patrocinadoras EPE e ONS.

CICLO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS NAS PATROCINADORAS

A ELETROS realizou, ao longo de 2017, as apresentações de resultados em todas as patrocinadoras e nas associações. Foram realizadas sete apresentações em cada trimestre. A iniciativa, além de reforçar o compromisso da Fundação com a transparência, visa trazer mais proximidade com os participantes e assistidos.

REFORMULAÇÃO SITE CONVÊNIOS

No início de 2018, diversas funcionalidades foram implementadas na área de Convênios do site da ELETROS. O ambiente foi reformulado para torná-lo mais atraente, dinâmico e interativo.

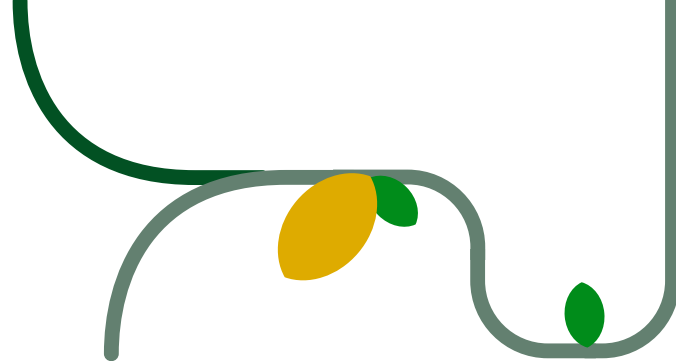
KAF VIDA – NOVO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FUNERAL

Em julho de 2017, a ELETROS passou a oferecer um novo serviço de assistência funeral – KAF VIDA, com melhor custo benefício, aos seus empregados e assistidos em substituição ao anterior (Afsfer). A Fundação arca com esse custo para os seus colaboradores e assistidos.

A Patrocinadora Eletrobras também passou a oferecer esse plano para seus empregados, arcando com os custos.

Cabe ressaltar que estão aptos para contratar o novo plano os ativos da Eletrobras e seus dependentes (cônjuges, companheiros, filhos e enteados), assim como empregados, assistidos e dependentes da Fundação com idade máxima de 65 anos completados até o dia da adesão.

Gestão Previdenciária

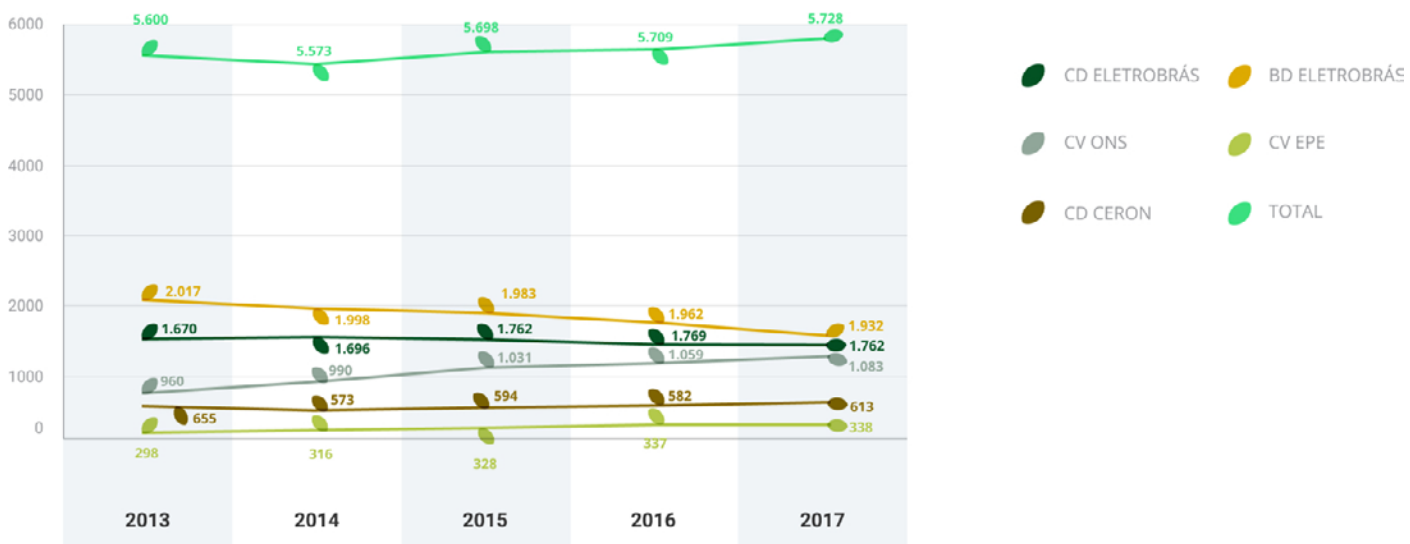


DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

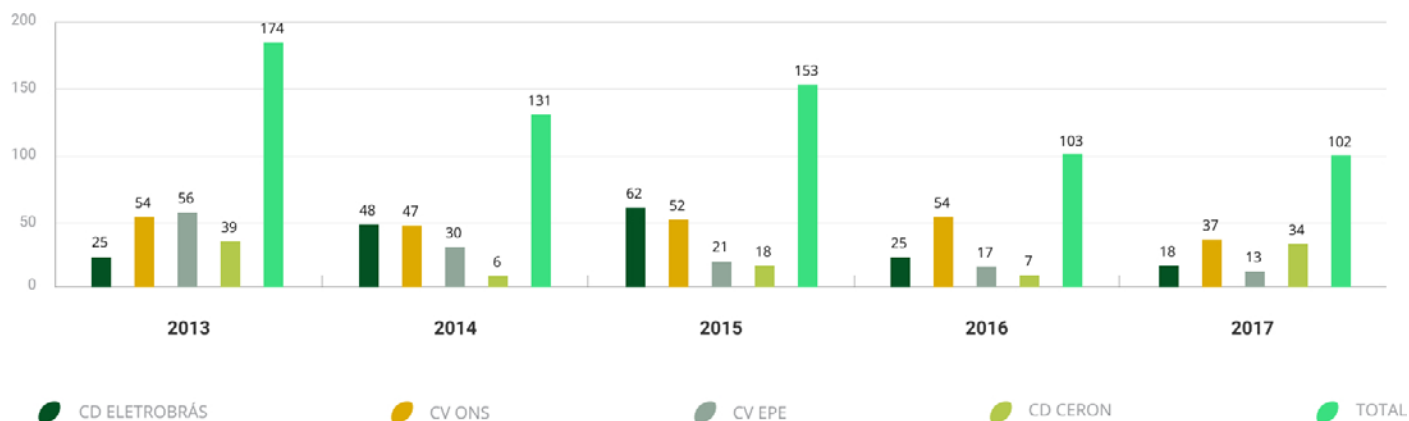
Patrocinadora	Plano	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Autopatrocinados	BPD	TOTAL
ELETROBRAS	BD ELETROBRÁS	109	1095	355	1	15	1575
	CD ELETROBRÁS	734	318	45	31	49	1177
ONS	CV ONS	833	96	16	61	77	1083
EPE	CV EPE	275	15	0	26	22	338
CERON	CD CERON	577	9	4	8	15	613
CEPEL	BD ELETROBRÁS	76	210	55	0	4	345
	CD ELETROBRÁS	303	89	9	6	12	419
FUNDAÇÃO (ELETROS)	BD ELETROBRÁS	1	8	2	0	1	12
	CD ELETROBRÁS	119	16	6	13	12	166
TOTAL		3.027	1.856	492	146	207	5728

2. CRESCIMENTO

Evolução da Quantidade Absoluta de Participantes Ativos e Assistidos por Plano



Novas Adesões por Participantes por Plano



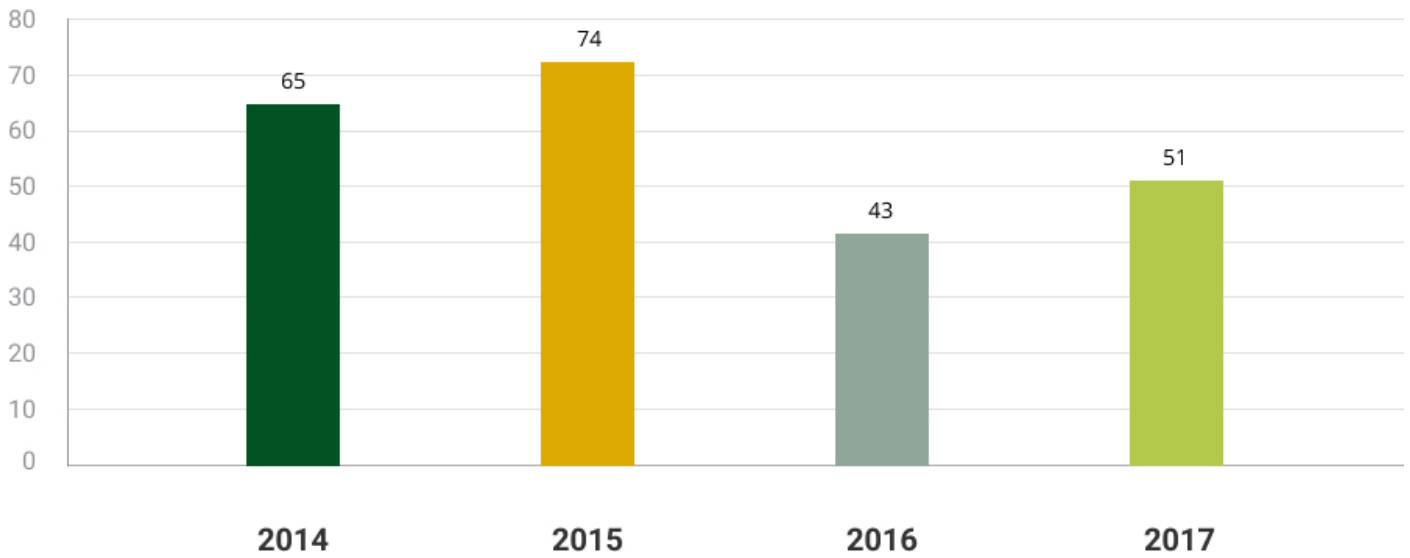
Aposentados e Pensionistas por Plano

	2013	2014	2015	2016	2017
Plano CD ELETROBRÁS	268	410	426	441	483
Plano BD ELETROBRÁS	1721	1799	1767	1747	1725
Plano CV ONS	64	75	92	100	112
Plano CD CERON	4	4	7	14	13
Plano CV EPE	0	0	7	12	15
TOTAL	2057	2288	2299	2314	2348

Novas Opções de institutos por Plano em 2017

	Autopatrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
Plano CD ELETROBRÁS	14	8	3	3	25
Plano BD ELETROBRÁS	2	0	0	3	0
Plano CV ONS	13	17	4	3	15
Plano CV EPE	2	5	0	1	9
Plano CD CERON	1	0	0	0	3
TOTAL	32	30	7	10	52

Concessões de Aposentadoria INSS



3. VOLUMES OPERACIONAIS

Somatório de Contribuições Normais por Patrocinadora (R\$)



Somatório de Contribuições Adicionais por Patrocinadora (R\$)

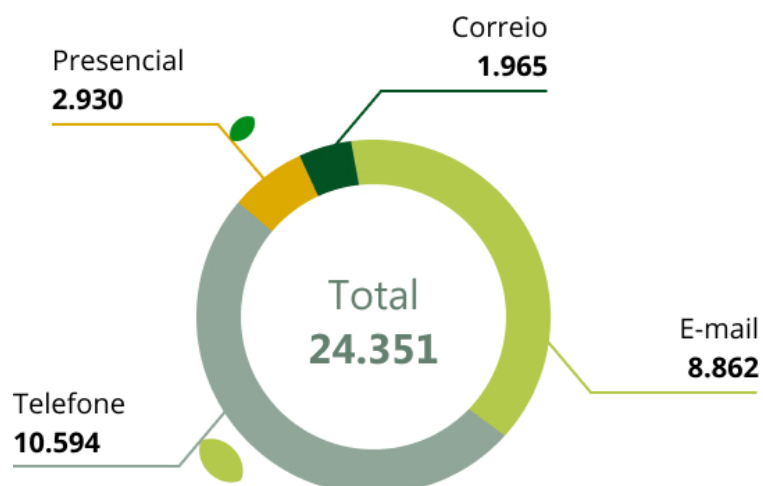
	2015	2016	2017
Plano CD ELETROBRÁS	R\$ 231.636,39	R\$ 239.878,75	R\$ 443.883,59
Plano CV ONS	R\$ 2.846.771,77	R\$ 3.808.474,66	R\$ 3.951.014,38
Plano CV EPE	R\$ 166.985,85	R\$ 168.966,01	R\$ 94.609,22
Plano CD CERON	R\$ 23.413,76	R\$ 317.095,83	R\$ 25.573,14
TOTAL	R\$ 3.268.807,77	R\$ 4.534.415,25	R\$ 4.515.080,33

Somatório dos Benefícios Pagos por Plano (R\$)

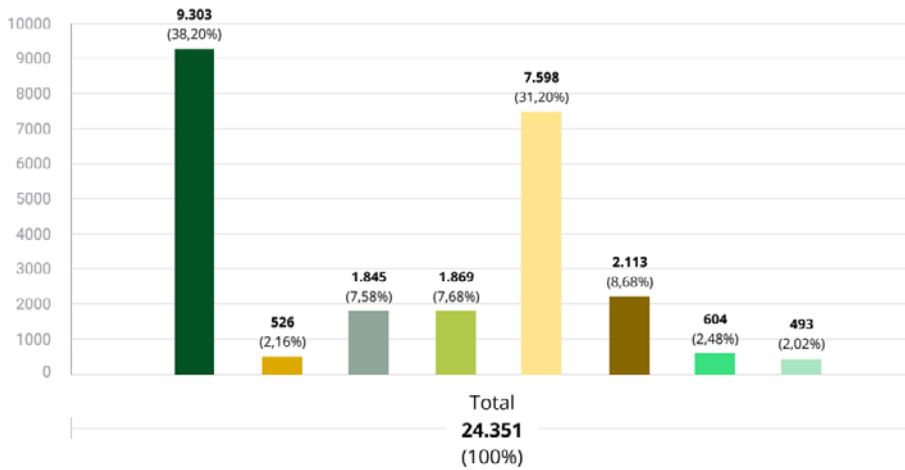
	2013	2014	2015	2016	2017
Plano CD ELETROBRÁS	R\$ 18.060.057,18	R\$ 40.826.801,47	R\$ 51.564.590,21	R\$ 52.012.144,89	R\$ 63.522.681,32
Plano BD ELETROBRÁS	R\$ 163.041.394,04	R\$ 183.435.239,91	R\$ 208.920.262,23	R\$ 232.048.220,34	R\$ 243.731.822,68
Plano CV ONS	R\$ 1.329.102,31	R\$ 1.986.841,41	R\$ 3.592.516,63	R\$ 4.167.862,50	R\$ 6.778.012,22
Plano CD CERON	R\$ 20.467,02	R\$ 50.974,04	R\$ 99.345,74	R\$ 152.436,80	R\$ 349.092,40
Plano CV EPE	0	0	R\$ 196.586,00	R\$ 587.233,20	R\$ 737.676,47
TOTAL	R\$ 182.451.020,55	R\$ 226.299.856,83	R\$ 264.373.300,81	R\$ 288.967.897,73	R\$ 315.119.285,09

3. RELACIONAMENTO

Atendimentos Registrados por Canal de Comunicação em 2017



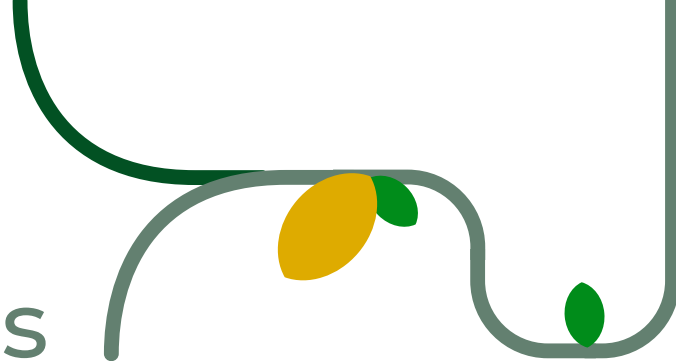
Distribuição de Atendimentos por Assunto



Número de Atendimentos por Plano e Situação em 2017

	Ativo	Assistido	Pensionista	Outros	TOTAL
BD ELETOBRÁS	1380	6713	1771	533	10397
CD CERON	440	33	24	65	562
CD ELETOBRÁS	5380	2269	153	168	7970
CV ONS	3952	268	49	105	4374
CV EPE	850	38	2	43	933
NÃO PARTICIPANTE	0	0	0	115	115
TOTAL	12002	9321	1999	1029	24351

Gestão de investimentos



1. COMENTÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS EM 2018

O cenário macroeconômico é importante para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente dos segmentos de renda fixa e de renda variável, os de maior participação no conjunto dos planos previdenciários administrados pela ELETROS.

Em 2017, a inflação em queda permitiu que o Banco Central reduzisse a taxa de juro Selic para níveis historicamente baixos, o que contribuiu para o crescimento da economia brasileira no ano.

O cenário externo continuou favorável para os países emergentes em geral e para o Brasil, em particular, sendo o fator principal para a valorização dos ativos financeiros, tanto de renda variável quanto de renda fixa.

A Política de Investimento possibilitou que a ELETROS continuasse a tirar proveito das oportunidades que o mercado de capitais voltou a oferecer em 2017, com a rentabilidade dos Planos e Perfis de Investimento superando as metas aprovadas para o exercício.

2. PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010 a ELETROS oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CD ELETROBRÁS e CV ONS que possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na Cartilha Explicativa disponível no endereço eletrônico da ELETROS, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 2138-6000, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br – opção 2 ou na sede da Fundação.

3. CONJUNTURA ECONÔMICA ESPERADA PARA 2018

Ao analisarmos o conjunto das principais variáveis macroeconômicas do país, podemos deduzir que as perspectivas para 2018 são otimistas, mas o cenário externo continuará como fator mais importante para os resultados de 2018.

4. PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2018

O cenário mais provável adotado pela ELETROS é de que a situação internacional continuará positiva para o Brasil, embora menos favorável do que nos últimos anos. Pelo lado interno, a baixa taxa de juro Selic é importante para o crescimento econômico do país, mas ao mesmo tempo tende a reduzir a rentabilidade do segmento de renda fixa, o mais representativo dos nossos planos.

O segmento de renda variável é o segundo em importância no patrimônio, deverá apresentar uma rentabilidade real acima da renda fixa aproveitando-se do cenário externo favorável, mas não deverá repetir o expressivo desempenho de 2017.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada para 2018.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Conjuntura e Risco, enviado na forma reduzida para o e-mail cadastrado do participante e disponível na versão completa no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

O resultado dos planos e dos Perfis de Investimento é discutido com os participantes através das Apresentações Trimestrais, cujo conteúdo também está disponível no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

5. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2018

1. Introdução

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2018 (PI 2018) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade a saber, ao Plano BD ELETROBRÁS; ao Plano CD ELETROBRÁS, composto por Plano ELETROBRÁS CD SALDADO (BPDS) e Plano CD ELETROBRÁS PURO; ao Plano CV ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD CERON e ao Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

2. Metas de Rentabilidade

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2018:

	Exercício de 2018	Médio Prazo (2018 a 2020)	Longo Prazo (2018 a 2022)
Plano BD ELETROBRÁS	4,8%	5,2%	5,4%
Plano CD ELETROBRÁS PURO	3,6%	4,3%	4,7%
Plano CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	4,9%	5,3%	5,5%
Plano CV ONS	3,5%	4,1%	4,5%
Plano CV EPE	3,3%	4,0%	4,4%
Plano CD CERON	3,2%	4,0%	4,4%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	4,6%	5,1%	5,3%

3. Alocação de Ativos por Plano

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empréstimos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1. Alocação por Plano em Renda Fixa

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	54%	71%	92%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	50%	77%	89%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	48%	77%	88%
Plano CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	58%	75%	93%
Plano CV ONS*	56%	80%	88%
Plano CV EPE	61%	82%	90%
Plano CD CERON	61%	82%	90%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	100%	100%	100%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.2. Alocação por Plano em Renda Variável

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	5%	15%	20%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	9%	15%	28%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	10%	15%	30%
Perfil ELETROS do CD PURO**	10%	20%	30%
Plano CD SALDADO (BPDS)	5%	15%	20%
Plano CV ONS*	10%	15%	30%
Perfil ELETROS do CV ONS**	10%	20%	30%
Plano CV EPE	10%	15%	25%
Plano CD CERON	10%	15%	25%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

** Alocação em relação ao total do Perfil ELETROS.

Perfis de Investimentos

Perfis de Investimento (CD PURO ELETROBRÁS e CV ONS)	Alocação em Renda Variável
Perfil SUPER CONSERVADOR	0%
Perfil CONSERVADOR	15%
Perfil MODERADO	30%
Perfil AGRESSIVO	45%
Perfil ELETROS	De acordo com a PI 2018

3.3. Alocação por Planos em Imóveis

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	0%	7%	8%**
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	3%	6%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	3%	6%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	4%	6%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

** O limite de 8% poderá ser ultrapassado em razão de eventual valorização passiva da carteira atual, pois não há previsão de qualquer novo investimento no segmento.

3.4. Alocação por Planos em Operações com Participantes (Empréstimos)

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	3%	5%	10%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	2%	3%	10%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	2%	3%	10%
Plano CD SALDADO (BPDS)	2%	4%	10%
Plano CV ONS*	2%	3%	10%
Plano CV EPE	0%	1%	10%
Plano CD CERON	0%	1%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5. Alocação por Plano em Investimentos Estruturados

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	0%	1%	6%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	1%	4%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	1%	4%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	1%	4%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6. Alocação por Plano em Investimento no Exterior

Plano	Alocação em relação ao Patrimônio		
	Proposta para 2018		
	Mínima	Alvo	Máxima
Plano BD ELETROBRÁS	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	1%	2%
Plano CD ELETROBRÁS PURO*	0%	1%	2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE	0%	1%	2%
Plano CD CERON	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

O resultado dos planos e dos Perfis de Investimento é discutido com os participantes através das Apresentações Trimestrais, cujo conteúdo também está disponível no endereço eletrônico da ELETROS (www.eletros.com.br).

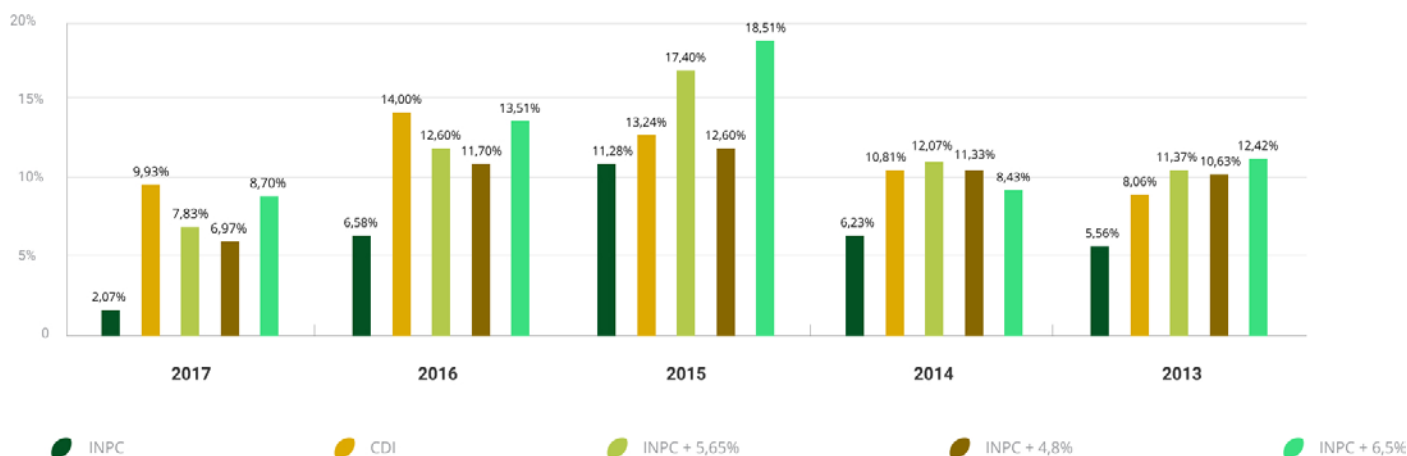
Alocação entre os Segmentos por Planos

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.375.575	71,24%	1.424.972	79,03%	423.478	80,98%	66.869	86,99%	71.434	87,66%	93.279	100,0%
Renda Variável	289.602	15,00%	265.888	14,75%	85.226	16,30%	9.067	11,80%	10.057	12,34%	--	--
Estruturados	13.228	0,69%	--	0,00%	--	0,00%	--	--	--	--	--	--
Imóveis	154.358	7,99%	58.431	3,24%	--	0,00%	--	--	--	--	--	--
Empréstimos	98.014	5,08%	53.761	2,98%	14.226	2,72%	933	1,21%	--	--	--	--
Consolidado	1.930.777	100,00%	1.803.052	100,00%	522.930	100,00%	76.869	100,00%	81.491	100,00%	93.279	100,00%

Rentabilidade Brutas dos Planos de Benefícios

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Atuarial	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 4,80%	Meta Referência	INPC + 6,50%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	9,32%	1,38%	10,49%	2,47%	10,61%	2,57%	10,63%	2,59%	10,59%	3,39%	9,51%	0,74%
Renda Variável	22,37%	13,48%	24,46%	15,41%	24,46%	15,41%	24,46%	15,41%	24,46%	16,35%	0,00%	--
Imóveis	3,37%	-4,14%	3,37%	-4,14%	0,00%	--	0,00%	--	0,00%	--	0,00%	--
Empréstimos	9,22%	1,29%	8,85%	0,94%	9,10%	--	8,92%	--	0,00%	--	0,00%	--
Inv. Estruturados	32,36%	22,74%	0,00%	-7,26%	0,00%	-7,26%	0,00%	-7,26%	0,00%	--	0,00%	--
Consolidado	10,94%	2,88%	11,99%	3,86%	12,61%	4,43%	12,13%	3,99%	12,00%	4,71%	9,51%	0,74%

Indicadores de Mercado



Rentabilidade dos Perfis de Investimentos - Plano CD Eletrobrás

Segmentos	Agressivo		Moderado		Eletros		Conservador		Super conservador	
	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)
Renda Fixa	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%
Renda Variável	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	0,00%	-2,08%
Imóveis	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%	3,37%	1,28%
Empréstimos	8,77%	6,57%	8,77%	6,57%	8,77%	6,57%	8,78%	6,57%	8,78%	6,57%
Inv. Estruturados	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%
Consolidado	16,38%	14,02%	14,52%	12,20%	12,64%	10,36%	12,38%	10,10%	10,33%	8,10%

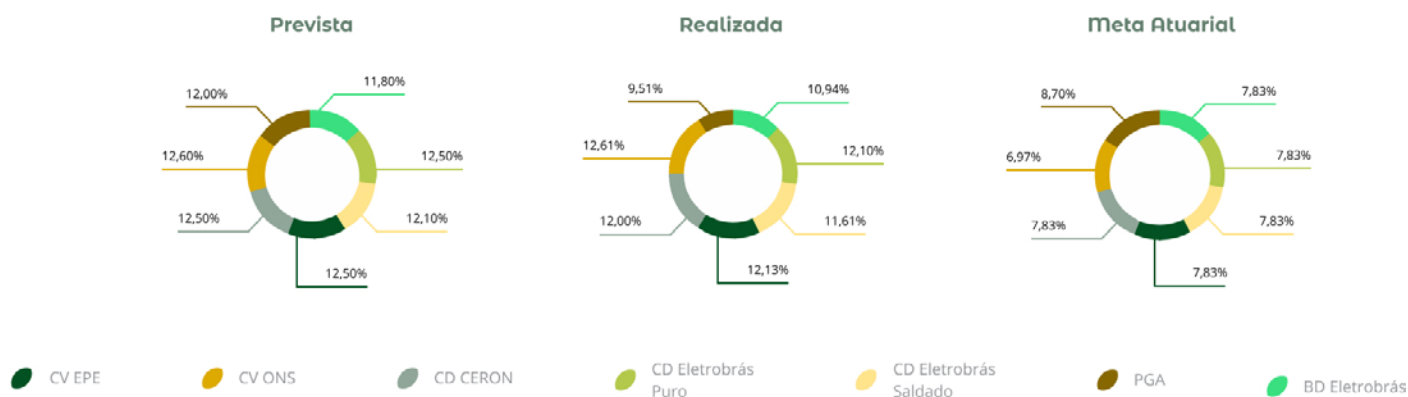
Rentabilidade dos Perfis de Investimentos - Plano CV ONS

Segmentos	Agressivo		Moderado		Eletros		Conservador		Super conservador	
	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real (Desc. Inflação)
Renda Fixa	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%	10,63%	8,39%
Renda Variável	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	24,46%	21,94%	0,00%	-2,03%
Imóveis	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%
Empréstimos	9,09%	6,88%	9,10%	6,89%	9,10%	6,89%	9,10%	6,89%	9,11%	6,90%
Inv. Estruturados	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%	0,00%	-2,03%
Consolidado	16,65%	14,29%	14,54%	12,22%	12,29%	10,01%	12,59%	10,31%	10,57%	8,33%

Aderência da Alocação à Política de Investimento 2017 - PI

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	PI	Dez-17	PI	Dez-17	PI	Dez-17	PI	Dez-17	PI	Dez-17	PI	Dez-17
Renda Fixa	54,00% a 88,00%	71,24%	52,00% a 86,00%	79,03%	56,00% a 88,00%	80,98%	61,00% a 90,00%	86,99%	61,00% a 90,00%	87,66%	0,00% a 100,00%	100,0%
Renda Variável	5,00% a 20,00%	15,00%	9,00% a 28,00%	14,75%	10,00% a 30,00%	16,30%	10,00% a 25,00%	11,80%	10,00% a 25,00%	12,34%	--	--
Estruturados	0,00% a 4,00%	0,69%	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	--	0,00% a 2,00%	--	--	--
Imóveis	4,00% a 10,00%	7,99%	3,00% a 6,00%	3,24%	--	--	--	--	--	--	--	--
Empréstimos	3,00% a 10,00%	5,08%	2,00% a 10,00%	2,98%	2,00% a 10,00%	2,72%	0,00% a 10,00%	1,21%	0,00% a 10,00%	--	--	--
Exterior	0,00% a 2,00%	--	0,00% a 2,00%	--	0,00% a 2,00%	--	0,00% a 2,00%	--	0,00% a 2,00%	--	--	--

Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada



* Estimativa de INPC em 5,1% maior que o INPC realizado de 2,07%

Seleção de Ativos - Investimentos por Modalidade de Aplicação

	BD Eletrobrás		CV ONS		CD ELETROBRÁS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.375.575	71,24%	423.474	80,98%	1.424.968	79,04%	66.861	86,99%	71.430	87,66%	93.278	100,00%
Notas Tesouro Nacional	600.574	--	17.000	--	168.973	--	2.616	--	2.723	--	54.063	--
Poupança	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Letras Tesouro Nacional	--	--	23.527	--	28.777	--	5.230	--	7.361	--	--	--
Letras Hipotecárias	186.317	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Letras Financeiras	--	--	16.255	--	45.440	--	2.501	--	2.604	--	--	--
Fundos de Renda Fixa	583.368	--	366.692	--	1.181.778	--	56.424	--	58.742	--	39.215	--
Debêntures Não Conversíveis	5.316	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Investimentos em Renda	289.602	15,00%	85.226	16,30%	265.888	14,75%	9.067	11,80%	10.057	12,34%	--	--
Mercado a Vista	144.151	--	42.422	--	132.347	--	4.513	--	5.006	--	--	--
Derivativos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Fundos de Ações	145.451	--	42.804	--	133.541	--	4.554	--	5.051	--	--	--
Investimentos Estruturados	13.228	0,69%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	--	--	--	--
Fundos Multimercado	13.228	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Investimentos em Imóveis	154.358	7,99%	--	--	58.431	3,24%	--	--	--	--	--	0,00%
Imóveis para Aluguel e Renda	145.790	--	--	--	55.187	--	--	--	--	--	--	--
Imóveis de uso Próprio	6.204	--	--	--	2.349	--	--	--	--	--	--	--
Outros Valores	2.364	--	--	--	895	--	--	--	--	--	--	--

Empréstimo	98.014	5,08%	14.226	2,72%	53.761	2,98%	935	1,22%	--	--	--	--
Emergência	269	--	--	--	27	--	--	--	--	--	--	--
Financeiro	87.951	--	14.400	--	54.276	--	935	--	--	--	--	--
Vesting	10.510	--	--	--	87	--	--	--	--	--	--	--
Escolar	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--
Provisões para Devedores	(682)	--	(174)	--	(625)	--	--	--	--	--	--	--
Restituição	(34)	--	--	--	(5)	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.930.777	100,00%	522.926	100,00%	1.803.048	100,00%	76.863	100,00%	81.487	100,00%	93.278	100,00%

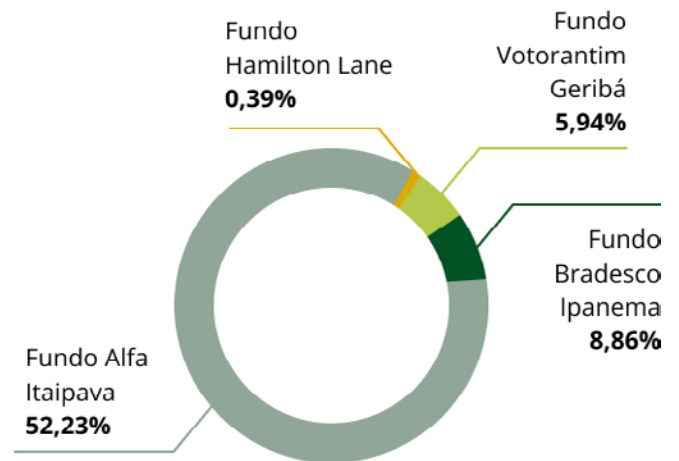
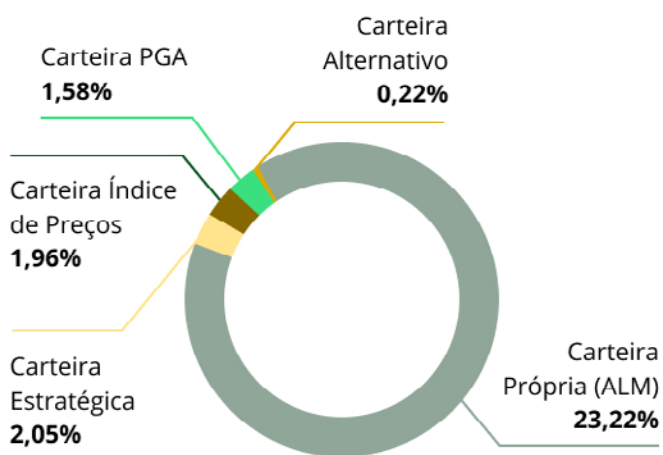
Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Variável

Carteira	R\$	% Total
Gestão Própria	328.439	49,78%
Gestão Terceirizada*	331.401	50,22%
Total Geral	659.840	100,00%
*Gap Arpoador	266.727	40,42%
*JGP Grumari	32.331	4,90%
*Apex São Conrado	32.343	4,90%



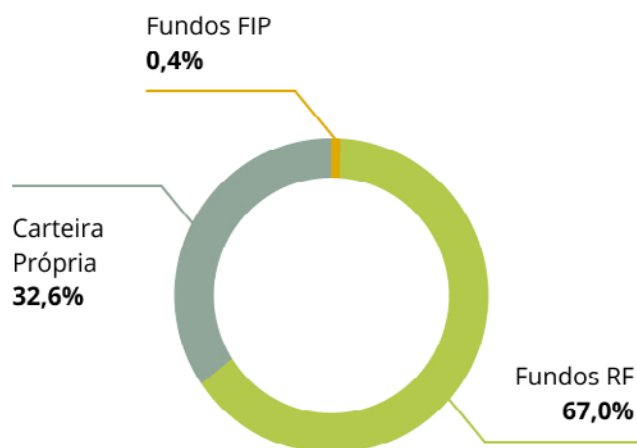
Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Fixa

Gestão Própria	R\$	% Total
Carteira Própria (ALM)	792.207	23,22%
Carteira Estratégica	69.862	2,05%
Carteira Índice de Preços	66.800	1,96%
Carteira PGA	54.063	1,58%
Carteira Alternativo	7.361	0,22%
Carteira Renda Vitalícia	1.933	0,06%
Carteira Saldado	119.517	3,50%
Gestão Terceirizada	R\$	% Total
Fundo Votorantim Geribá	202.643	5,94%
Fundo Bradesco Ipanema	302.071	8,86%
Fundo Alfa Itaipava	1.781.505	52,23%
Fundo Hamilton Lane	13.228	0,39%
TOTAL	3.411.190	100,00%



Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Segmentos Estruturados

Gestão Terceirizada	R\$	% Total
Carteira Própria	1.111.743	32,6%
Fundos RF	2.286.219	67,0%
Fundos FIP	13.228	0,4%
TOTAL	3.411.190	100%



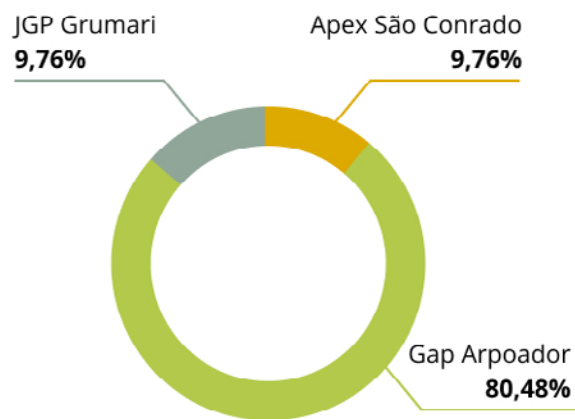
Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Segmentos Estruturados

	Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$mil)	Participação (%)
ABEV3	AMBEV ON	1.123.612	21,28	23.910	7,33%
BBAS3	BANCO DO BRASIL ON	288.300	31,82	9.174	2,81%
BBDC3	BRADESCO ON	249.799	32,06	8.009	2,45%
BBDC4	BRADESCO PN	888.997	33,85	30.093	9,22%
BRF53	BRASIL FOODS ON	354.200	36,60	12.964	3,97%
BRML3	BR MALLS ON	343.861	12,73	4.377	1,34%
BTOW3	B2W ON	206.400	20,50	4.231	1,30%
BVMF3	BMF BOVESPA ON	678.800	22,78	15.463	4,74%
CCRO3	CCR RODOVIAS ON	209.000	16,15	3.375	1,03%
CIEL3	CIELO ON	157.369	23,52	3.701	1,13%
CPL6	COPEL PNB	194.400	24,95	4.850	1,49%
CRFB3	CARRFFOUR	222.700	15,25	3.396	1,04%
ELET3	ELETRONBRAS ON	76.000	19,34	1.470	0,45%
ELET6	ELETRONBRAS PNB	61.900	22,70	1.405	0,43%

EQTL3	EQUATORIAL ENERGIA ON	68.700	65,65	4.510	1,38%
FIBR3	FIBRIA ON	72.800	47,85	3.483	1,07%
GGBR4	GERDAU PN	279.800	12,38	3.464	1,06%
HYPE3	HYPERMARCAS ON	101.400	36,00	3.650	1,12%
ITSA3	ITAUSA PN	1.064	10,52	11	0,00%
ITSA4	ITAUSA PN	1.553.744	10,82	16.812	5,15%
ITSA4	ITAUBANCO PN	703.134	42,58	29.939	9,18%
KLBN11	KLABIN UNIT	140.100	17,60	2.466	0,76%
KROT3	KROTON UNIT	378.100	18,40	6.957	2,13%
LAME4	LOJAS AMERIC PN	303.361	17,05	5.172	1,59%
LREN3	LOJAS RENNER ON	318.150	35,49	11.291	3,46%
MDIA3	M. DIAS BRANCO	64.400	52,10	3.355	1,03%
MOVI3	MOVIDA AS	371.500	7,05	2.619	0,80%
MRVE3	MRV ON	292.700	15,04	4.402	1,35%
MULT3	MULTPLAN ON	30.854	70,90	2.188	0,67%
NATU3	NATURA ON	73.500	33,06	2.430	0,74%
PCAR4	P.ACUCAR-CBD PN	80.142	78,93	6.326	1,94%
PETR3	PETROBRAS ON	733.000	16,91	12.395	3,80%
PETR4	PETROBRAS PN	1.203.576	16,10	19.378	5,94%
RADL3	RAIA DROGASIL ON	44.200	91,80	4.058	1,24%
RAIL3	RUMO ON	536.700	12,97	6.961	2,13%
RENT3	LOCALIZA ON	133.600	22,06	2.947	0,90%
SBSP3	SABESP ON	227.400	34,33	7.807	2,39%
SUZB3	SUZANO PAPEL PN	119.200	18,69	2.228	0,68%
TIET11	AES TIETÊ UNIT	424.190	12,75	5.408	1,66%
TIET4	AES TIETÊ UNIT	1.450	2,58	4	0,00%
VALE3	VALE R DOCE ON	523.675	40,26	21.083	6,46%
VIVT4	VIVOTELESP PN(TELEF)	75.700	48,62	3.681	1,13%
WEGE3	WEG ON	201.300	24,11	4.853	1,49%
Própria	Total de Mercado	--	--	326.297	100,00%

Gestão Terceirizadas

Terceirizados	Financeiros(R\$ mil)	Participação(%)
Apex São Conrado	32.343	9,76%
Gap Arpoador	266.727	80,48%
JGP Grumari	32.331	9,76%
TOTAL DO MERCADO	331.401	100,00%
TOTAL GERAL	657.698	--



Gestão Terceirizadas

Segmentos	Asset	Apex São Conrado	Gap Arpoador	JPG Grumari	IBrX
Alimentos & Bebidas	12,33%	0,00%	9,62%	1,81%	10,69%
Bancos	28,82%	18,81%	29,71%	21,95%	25,70%
Bio-Combustíveis	0,00%	0,00%	3,32%	3,82%	0,67%
Construção	1,35%	6,32%	0,00%	4,06%	0,88%
Educação	2,13%	5,69%	0,88%	9,20%	2,76%
Elétrico	5,41%	5,27%	12,36%	11,21%	5,37%
Farmácia	2,36%	0,00%	2,18%	3,19%	2,43%
Logística	2,13%	7,05%	0,00%	0,65%	1,04%
Máquinas & Equipamentos	1,49%	0,00%	0,00%	0,00%	1,29%
Mineração	6,46%	7,70%	6,67%	0,00%	9,17%
Outros	4,74%	3,02%	6,06%	5,69%	3,34%
Papel & Celulose	2,51%	2,87%	2,07%	0,00%	2,07%
Petróleo & Gás	9,74%	7,64%	11,12%	5,44%	8,09%
Químico & Petroquímico	0,00%	0,00%	0,55%	0,00%	3,74%
Rodovias	1,03%	0,00%	0,00%	0,00%	1,46%

Saneamento	2,39%	0,00%	0,00%	0,00%	1,32%
Saúde	0,00%	2,85%	0,00%	0,00%	1,49%
Seguro	0,00%	2,22%	5,07%	1,45%	2,07%
Shopping & Properties	2,01%	6,36%	2,86%	1,06%	1,70%
Siderurgia	1,06%	0,00%	2,59%	10,10%	1,83%
Telecom & Tecnologia	1,13%	0,00%	0,65%	3,34%	2,71%
Textil	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	0,00%	0,00%	0,00%	2,78%	1,32%
Varejo & Serviços	12,91%	24,21%	4,29%	14,26%	8,87%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Enquadramento

Descrição	Limite 3792	BD Eletrobrás 29/12/2017	CD ONS 29/12/2017	CD ELETROBRÁS 29/12/2017	CV EPE 29/12/2017	CD CERON 29/12/2017	PGA 29/12/2017
Investimentos (R\$ mil)	--	19.930.777	522.930	1.803.052	76.869	81.491	93.279
% do Total de Investimentos	--	42,8%	11,6%	40,0%	1,7%	1,8%	2,1%
Investimentos em renda fixa (R\$ mil)	--	1.380.223	424.845	1.429.239	67.014	71.596	93.279
% Renda Fixa Total	100%	71,5%	81,2%	79,3%	87,2%	87,9%	100,0%
% Títulos Públicos Federais	100%	60,7%	76,2%	74,8%	81,9%	82,7%	99,0%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	10,8%	5,0%	4,4%	5,3%	5,2%	1,0%
Investimentos em renda fixa (R\$ mil)	--	284.954	83.858	261.621	8.922	9.895	0
% Renda Variável Total	70%	14,8%	16,0%	14,5%	11,5%	12,1%	--
% Novo Mercado	70%	7,2%	7,8%	7,1%	5,6%	5,9%	--
% Nível 1	60%	4,5%	4,8%	4,4%	3,5%	3,7%	--
% Nível 2	50%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	--
% Bovespa Mais	45%	--	--	--	--	0,0%	--
% Outras Opções	35%	2,7%	3,0%	2,7%	2,2%	2,3%	--
% Valores a Receber/ a Pagar	--	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	--
Investimentos Estruturados (R\$ mil)	--	13.228	0	0	0	0	0
% Investimentos Estruturados Total	20%	0,7%	--	0,0%	--	--	--
Investimentos no Exterior (R\$ mil)	--	0	0	0	0	0	0
% Investimentos no Exterior Total	10%	--	--	--	--	--	--
Investimentos em Imóveis (R\$ mil)	--	154.358	0	58.431	0	0	0
% Imóveis Total	8%	8,0%	0,0%	3,2%	--	--	--
Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	--	98.014	14.227	53.761	933	0	0
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	5,1%	2,7%	3,0%	1,2%	--	--

CAPÍTULO 5

Demonstrações Contábeis

Relatório anual

2 0 1 7

31 de Dezembro
2017 e 2016

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- ELETROS

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios	4
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada	8
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social	9
Plano de Benefícios BD Eletrobrás - Demonstração do Ativo Líquido	10
Plano de Benefícios BD Eletrobrás - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	11
Plano de Benefícios BD Eletrobrás - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	12
Plano de Benefícios CD Eletrobrás - Demonstração do Ativo Líquido	13
Plano de Benefícios CD Eletrobrás - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	14
Plano de Benefícios CD Eletrobrás - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	15
Plano de Benefício CV ONS - Demonstração do Ativo Líquido	16
Plano de Benefício CV ONS - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	17
Plano de Benefício CV ONS - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	18
Plano de Benefício CD CERON - Demonstração do Ativo Líquido	19
Plano de Benefício CD CERON - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	20
Plano de Benefício CD CERON - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	21

Plano de Benefício CV EPE - Demonstração do Ativo Líquido	22
Plano de Benefício CV EPE - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	23
Plano de Benefício CV EPE - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	24
Notas Explicativas às demonstrações contábeis	25



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Déficit técnico acumulado do Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12.5.1 às demonstrações contábeis, que descreve que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o déficit do Plano de Benefícios BD Eletrobrás passou de R\$ 122.915 mil para R\$ 603.895 mil. Os déficits equacionados apurados nos exercícios de 31/12/2013 e 31/12/2015, que compõem substancialmente este saldo, foram atualizados para 31/12/2017 e terão os seus respectivos planos de equacionamento alterados por meio de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") entre ELETROS e PREVIC, a ser assinado até 31/12/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016
Disponível		33	2.474	Exigível operacional		17.050	16.940
Realizável		4.556.646	4.327.007	Gestão Previdencial	8	6.746	6.200
Gestão Previdencial	4	18.130	113.293	Gestão Administrativa	9	10.246	10.686
Gestão Administrativa	5	26.507	23.400	Investimentos		58	54
Investimentos	6	4.512.009	4.190.314	Exigível contingencial	10	33.452	30.139
Títulos Públicos	6.1	910.933	1.463.046	Gestão Previdencial		12.758	12.617
Créditos Privados e Depósitos	6.1	258.433	507.564	Gestão Administrativa		17.103	14.064
Ações	6.2	328.439	366.495	Investimentos		3.591	3.458
Fundos de Investimento	6.3	2.630.849	1.464.825	Patrimônio social	12	4.507.197	4.283.702
Derivativos		-	4.867	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.963.508	4.146.451
Investimentos Imobiliários	6.4	212.789	216.644	Provisões Matemáticas		4.963.508	4.277.031
Empréstimos		166.977	163.416	Benefícios Concedidos	12.1	3.372.186	3.282.538
Depósitos Judiciais/Recurrais		3.589	3.457	Benefícios a Conceder	12.2	1.686.981	1.526.889
Permanente		1.020	1.300	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	12.3	(95.659)	(532.396)
Imobilizado		237	316	Equilíbrio Técnico		(607.847)	(130.580)
Intangível		783	984	Resultados Realizados		(607.847)	(130.580)
Gestão Assistencial	7	27.386	23.802	(-) Deficit Técnico Acumulado		(607.847)	(130.580)
Total do Ativo		4.585.085	4.354.583	Fundos	13	151.536	137.251
				Fundos Previdenciais	13.1	46.077	37.085
				Fundos Administrativos	13.2	93.504	89.930
				Fundos de Investimentos	13.3	11.955	10.236
				Gestão Assistencial		27.386	23.802
				Total do Passivo		4.585.085	4.354.583

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	89.930	81.599	10,21
1. Custeio da gestão administrativa	47.289	50.332	(6,05)
1.1. Receitas	47.289	50.332	(6,05)
Custeio administrativo da gestão previdencial	5.375	6.735	(20,19)
Custeio administrativo dos investimentos	20.968	18.919	10,83
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	218	181	20,44
Receitas diretas	1.284	1.222	5,07
Resultado positivo líquido dos investimentos	8.073	10.473	(22,92)
Reembolso da gestão assistencial	9.183	9.627	(4,61)
Outras receitas	2.188	3.175	(31,09)
2. Despesas administrativas	39.236	38.518	1,86
2.1. Administração previdencial	13.647	13.923	(1,98)
Pessoal e encargos	10.028	10.116	(0,87)
Treinamentos/congressos e seminários	60	36	66,67
Viagens e estadias	43	37	16,22
Serviços de terceiros	2.072	2.122	(2,36)
Despesas gerais	987	1.106	(10,76)
Depreciações e amortizações	171	221	(22,62)
Tributos	286	285	0,35
2.2. Administração dos investimentos	14.854	13.551	9,62
Pessoal e encargos	11.444	10.380	10,25
Treinamentos/congressos e seminários	68	37	83,78
Viagens e estadias	49	38	28,95
Serviços de terceiros	1.972	1.756	12,30
Despesas gerais	1.126	1.134	(0,71)
Depreciações e amortizações	195	206	(5,34)
2.3. Administração assistencial	9.183	9.627	(4,61)
Despesas Administrativas	8.604	9.047	(4,90)
Constituição de contingências	579	580	(0,17)
2.4. Outras despesas	1.552	1.418	9,45
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	1.971	2.292	(14,01)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	2.508	1.191	110,58
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	3.574	8.331	(57,10)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	3.574	8.331	(57,10)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	93.504	89.930	3,97

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Exercício findo em		Variacão
		31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Patrimônio Social – Inicio do Exercício	3(n)	4.283.702	3.645.445	17,51
1. Adic�es		681.848	989.340	(31,08)
Contribui�es Previdenciais		185.147	225.498	(17,89)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	d	447.692	711.461	(37,07)
Receitas Administrativas		39.216	39.859	(1,61)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa		8.073	10.473	(22,92)
Constitui�o de Fundos de Investimentos		1.720	2.049	(16,06)
2. Destina�es		(458.353)	(351.083)	30,55
Benefícios		(412.494)	(298.454)	38,21
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(2.144)	(10.629)	(79,83)
Despesas Administrativas		(41.165)	(39.128)	5,21
Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Administrativa		(2.550)	(2.872)	(11,21)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		223.495	638.257	(64,98)
Provisões matemáticas		686.477	385.822	77,93
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício		(477.268)	233.525	(304,38)
Fundos Previdenciais		8.992	8.530	5,42
Fundos Administrativos		3.574	8.331	(57,10)
Fundos dos Investimentos		1.720	2.049	(16,06)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)		4.507.197	4.283.702	5,22
5. Gestão Assistencial		2.265	1.302	73,96
Receitas Assistenciais		91.391	73.498	24,34
Despesas Assistenciais		(89.126)	(72.196)	23,45

As notas explicativas integram as demonstra es contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
1. Ativos	2.008.227	2.084.604	(3,66)
Disponível	5	100	(95,00)
Recebível	74.655	170.964	(56,33)
Investimentos	1.933.567	1.913.540	1,05
Títulos públicos	600.574	976.927	(38,52)
Créditos Privados e Depósitos	191.633	256.045	(25,16)
Ações	144.151	190.036	(24,15)
Fundos de Investimento	742.048	228.234	225,13
Derivativos	-	4.867	(100,00)
Investimentos Imobiliários	154.358	157.154	(1,78)
Empréstimos	98.048	97.625	0,43
Depósitos Judiciais/Rekursais	2.755	2.652	3,88
2. Obrigações	19.259	18.948	1,64
Operacional	4.398	7.084	(37,92)
Contingencial	14.861	11.864	25,26
3. Fundos não previdenciais	64.137	64.807	(1,03)
Fundos Administrativos	57.422	58.603	(2,02)
Fundos dos Investimentos	6.715	6.204	8,24
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.924.831	2.000.849	(3,80)
Provisões Matemáticas	2.528.726	2.123.763	19,07
Superavit (Deficit) Técnico	(603.895)	(122.914)	391,32
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(603.895)	(122.914)	391,32
b) Ajuste de Precificação	35.382	37.332	(5,22)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(568.513)	(85.582)	564,29

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	2.000.849	1.816.716	10,14
1. Adic�es	257.418	427.093	(39,73)
Contribui�es	65.488	119.484	(45,19)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	191.930	307.609	(37,61)
2. Destina�es	(333.436)	(242.960)	37,24
Benefícios	(329.114)	(231.677)	42,06
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.896)	(7.639)	(35,91)
Custeio Administrativo	574	(3.644)	(115,75)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(76.018)	184.133	(141,28)
Provisões Matemáticas	404.962	(35.459)	(1.242,06)
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(480.980)	219.592	(319,03)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	1.924.831	2.000.849	(3,80)
C) Fundos Não Previdenciais	64.137	64.807	(1,03)
Fundos Administrativos	57.422	58.603	(2,02)
Fundos dos Investimentos	6.715	6.204	8,24

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.950.805	2.026.000	(3,71)
1. Provisões Matemáticas	2.528.726	2.123.763	19,07
1.1. Benefícios Concedidos	2.405.001	2.441.780	(1,51)
Benefício Definido	2.405.001	2.441.780	(1,51)
1.2. Benefício a Conceder	212.281	205.117	3,49
Benefício Definido	212.281	205.117	3,49
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(88.556)	(523.134)	(83,07)
(-) Serviço passado	(63.891)	(360.132)	(82,26)
(-) Patrocinador(es)	(63.891)	(360.132)	(82,26)
(-) Deficit Equacionado	(24.665)	(163.002)	(84,87)
(-) Patrocinador(es)	(8.188)	(67.600)	(87,89)
(-) Participantes	(2.184)	(20.633)	(89,42)
(-) Assistidos	(14.293)	(74.769)	(80,88)
2. Equilíbrio Técnico	(603.895)	(122.915)	391,31
2.1. Resultados Realizados	(603.895)	(122.915)	391,31
(-) Deficit Técnico Acumulado	(603.895)	(122.915)	391,31
3. Fundos	6.715	6.204	8,24
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.715	6.204	8,24
4. Exigível Operacional	4.398	7.084	(37,92)
4.1. Gestão Previdencial	4.353	7.054	(38,29)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	45	30	50,00
5. Exigível Contingencial	14.861	11.864	25,26
5.1. Gestão Previdencial	12.105	9.211	31,42
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.756	2.653	3,88

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
1. Ativos	1.833.723	1.652.565	10,96
Disponível	10	84	(88,10)
Recebível	29.825	27.152	9,84
Investimentos	1.803.888	1.625.329	10,99
Títulos públicos	197.750	342.714	(42,30)
Créditos Privados e Depósitos	45.440	187.789	(75,80)
Ações	132.348	127.256	4,00
Fundos de Investimento	1.315.319	854.487	53,93
Investimentos Imobiliários	58.431	59.490	(1,78)
Empréstimos	53.766	52.788	1,85
Depósitos Judiciais/Rekursais	834	805	3,60
2. Obrigações	3.085	5.330	(42,12)
Operacional	1.597	1.119	42,72
Contingencial	1.488	4.211	(64,66)
3. Fundos Não Previdenciais	33.486	29.683	12,81
Fundos Administrativos	28.929	26.221	10,33
Fundos dos Investimentos	4.557	3.462	31,63
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.797.153	1.617.552	11,10
Provisões Matemáticas	1.770.450	1.599.504	10,69
Superavit (Deficit) Técnico	(3.952)	(7.665)	48,44
Fundos Previdenciais	30.655	25.713	19,22
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(3.952)	(7.665)	(48,44)
b) Ajuste de Precificação	15.045	11.008	36,67
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.093	3.343	231,83

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo L  ido (DMAL)

Exerc  cios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exerc��cio findo em		Variac��o
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Ativo l��ido – In��cio do Exerc��cio	1.617.553	1.322.539	22,31
1. Adi��o�es	249.934	353.227	(29,24)
Contribui��o�es	61.750	52.048	18,64
Resultado Positivo L��ido dos Investimentos – Gest��o Previdencial	185.431	301.179	(38,43)
Resultados a Realizar	2.753	-	
2. Destina��o�es	(70.333)	(58.213)	20,82
Benef��cios	(68.535)	(53.677)	27,68
Constitui��o�o L��iquida de Conting��ncias - Gest��o Previdencial	-	(2.990)	(100,00)
Custeio Administrativo	(1.798)	(1.546)	16,30
3. Acr��scimo/Decr��scimo no Ativo L��ido (1+2)	179.601	295.014	(39,12)
Provis��o�es Matem��ticas	170.946	276.592	(38,20)
Fundos Previdenciais	4.942	4.489	10,09
Superavit (Deficit) T��cnico do Exerc��cio	3.712	13.933	(73,36)
B) Ativo l��ido – Final do Exerc��cio (A+3)	1.797.154	1.617.553	11,10
C) Fundos N��o Previdenciais	33.486	29.683	12,81
Fundos Administrativos	28.929	26.221	10,33
Fundos dos Investimentos	4.557	3.462	31,63

As notas explicativas integram as demonstra  o es cont  beis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.804.795	1.626.344	10,97
1. Provisões Matemáticas	1.770.450	1.599.504	10,69
1.1. Benefícios Concedidos	884.672	782.630	13,04
Contribuição Definida	601.930	529.728	13,63
Benefício Definido	282.742	252.902	11,80
1.2. Benefício a Conceder	892.880	826.136	8,08
Contribuição Definida	803.744	722.978	11,17
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	483.825	443.844	9,01
Saldo de Contas - Parcela Participantes	319.919	279.134	14,61
Benefício definido	89.136	103.158	(13,59)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(7.102)	(9.262)	(23,32)
(-) Serviço passado	(7.102)	(9.262)	(23,32)
(-) Patrocinador(es)	(7.102)	(9.262)	(23,32)
(-) Déficit Equacionado	-	-	-
(-) Patrocinador(es)	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	(3.952)	(7.665)	(48,44)
2.1. Resultados Realizados	(3.952)	(7.665)	(48,44)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.952)	(7.665)	(48,44)
3. Fundos	35.212	29.175	20,69
3.1. Fundos Previdenciais	30.655	25.713	19,22
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.557	3.462	31,63
4. Exigível Operacional	1.597	1.119	42,72
4.1. Gestão Previdencial	1.586	1.101	44,05
4.2. Investimentos	11	18	(38,89)
5. Exigível Contingencial	1.488	4.211	(64,66)
5.1. Investimentos	654	805	(18,76)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	834	3.406	(75,51)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV ONS

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
1. Ativos	526.302	443.150	18,76
Disponível	5	10	(50,00)
Recebível	3.371	2.339	44,12
Investimentos	522.926	440.801	18,63
Títulos públicos	40.527	66.393	(38,96)
Créditos privados e depósitos	16.255	49.462	(67,14)
Ações	42.422	40.017	6,01
Fundos de investimento	409.496	272.366	50,35
Empréstimos	14.227	12.563	13,25
2. Obrigações	562	523	7,46
Operacional	562	523	7,46
3. Fundos Não Previdenciais	4.040	2.901	39,26
Fundos Administrativos	3.371	2.338	44,18
Fundos dos Investimentos	669	563	18,83
5. Ativo Líquido (1-2-3)	521.701	439.726	18,64
Provisões Matemáticas	514.265	433.981	18,50
Fundos Previdenciais	7.436	5.745	29,43

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Ativo líquido – Inicio do Exercício	439.725	328.235	33,97
1. Adic�es	94.536	119.796	(21,09)
Contribui�es	39.805	39.488	0,80
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	54.731	80.308	(31,85)
2. Destina�es	(12.562)	(8.306)	51,24
Benefícios	(11.666)	(8.587)	35,86
Custeio Administrativo	(896)	281	(418,86)
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	81.974	111.490	(26,47)
Provisões matemáticas	80.283	108.778	(26,20)
Fundos previdenciais	1.691	2.712	(38)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	521.699	439.725	18,64
C) Fundos não previdenciais	4.040	2.901	39,26
Fundos administrativos	3.371	2.338	44,18
Fundos dos investimentos	669	563	18,83

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	522.931	440.813	18,63
1. Provisões Matemáticas	514.265	433.982	18,50
1.1. Benefícios Concedidos	72.860	50.394	44,58
Contribuição definida	72.860	50.394	44,58
1.2. Benefício a Conceder	441.405	383.588	15,07
Contribuição definida	441.405	383.588	15,07
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	198.846	172.160	15,50
Saldo de Contas - Parcela Participantes	242.559	211.428	14,72
3. Fundos	8.105	6.308	28,49
3.1. Fundos Previdenciais	7.436	5.745	29,43
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	669	563	18,83
4. Exigível Operacional	562	523	7,46
4.1. Gestão Previdencial	561	520	7,88
4.2. Investimentos	1	3	(66,67)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
1. Ativos	84.684	64.448	31,40
Disponível	5	10	(50,00)
Recebível	3.192	2.252	41,74
Investimento	81.487	62.186	31,04
Títulos públicos	10.084	13.062	(22,80)
Créditos privados e depósitos	2.604	7.008	(62,84)
Ações	5.006	4.240	18,07
Fundos de investimento	63.793	37.876	68,43
2. Obrigações	187	243	(23,05)
Operacional	187	243	(23,05)
3. Fundos não previdenciais	3.192	2.252	41,74
Fundos administrativos	3.192	2.252	41,74
5. Ativo Líquido (1-2-3)	81.304	61.953	31,23
Provisões Matemáticas	77.013	58.848	30,87
Fundos Previdenciais	4.291	3.105	38,20

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	61.953	40.891	51,51
1. Adi�oes	21.366	23.190	(7,87)
Contribui�es	13.784	12.692	8,60
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	7.582	10.498	(27,78)
2. Destina�es	(2.014)	(2.128)	(5,36)
Benefícios	(1.589)	(1.778)	(10,63)
Custeio administrativo	(425)	(350)	21,43
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	19.352	21.062	(8,12)
Provisões matemáticas	18.166	20.107	(9,65)
Fundos previdenciais	1.186	955	24,19
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	81.305	61.953	31,24
C) Fundos não previdenciais	3.192	2.252	41,74
Fundos administrativos	3.192	2.252	41,74

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	81.491	62.196	31,02
1. Provisões Matemáticas	77.013	58.848	30,87
1.1. Benefícios concedidos	2.385	2.228	7,05
Contribuição definida	2.385	2.228	7,05
1.2. Benefício a conceder	74.629	56.620	31,81
Contribuição definida	74.629	56.620	31,81
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	36.648	27.733	32,15
Saldo de contas - Parcela participantes	37.981	28.887	31,48
3. Fundos	4.291	3.105	38,20
3.1. Fundos Previdenciais	4.291	3.105	38,20
4. Exigível Operacional	187	243	(23,05)
4.1. Gestão Previdencial	187	243	(23,05)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
1. Ativos	77.462	64.122	20,80
Disponível	7	7	-
Recebível	591	517	14,31
Investimentos	76.864	63.598	20,86
Títulos Públicos	7.936	11.438	(30,62)
Créditos Privados e Depósitos	2.501	7.260	(65,55)
Ações	4.514	4.946	(8,73)
Fundos de Investimento	60.978	39.514	54,32
Empréstimos e Financiamentos	935	440	112,50
2. Obrigações	106	142	(25,35)
Operacional	106	142	(25,35)
3. Fundos Não Previdenciais	606	523	15,87
Fundos Administrativos	591	516	14,53
Fundos dos Investimentos	15	7	114,29
5. Ativo Líquido (1-2-3)	76.750	63.457	20,95
Provisões Matemáticas	73.055	60.935	19,89
Fundos Previdenciais	3.695	2.522	46,51

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	63.457	47.279	34,22
1. Adic�es	16.263	19.198	(15,29)
Contribui�es	8.245	7.330	12,48
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdenciarial	8.018	11.868	(32,44)
2. Destina�es	(2.970)	(3.020)	(1,66)
Benefícios	(2.647)	(2.735)	(3,22)
Custeio Administrativo	(323)	(285)	13,33
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	13.293	16.178	(17,83)
Provisões Matemáticas	12.120	15.804	(23,31)
Fundos Previdenciariais	1.173	374	213,64
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	76.750	63.457	20,95
C) Fundos não Previdenciariais	606	523	15,87
Fundos Administrativos	591	516	14,53
Fundos dos Investimentos	15	7	114,29

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2017	31/12/2016	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	76.870	63.604	20,86
1. Provisões Matemáticas	73.054	60.934	19,89
1.1. Benefício Concedidos	7.268	5.506	32,00
Contribuição Definida	7.268	5.506	32,00
1.2. Benefício a Conceder	65.786	55.428	18,69
Contribuição Definida	65.786	55.428	18,69
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	30.068	25.305	18,82
Saldo de Contas - Parcela Participantes	35.718	30.123	18,57
3. Fundos	3.710	2.529	46,70
3.1. Fundos Previdenciais	3.695	2.522	46,51
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	15	7	114,29
4. Exigível Operacional	106	141	(24,82)
4.1. Gestão Previdencial	105	141	(25,53)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“ELETROS” ou “Entidade”) pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (“Eletrobras”) e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das demais patrocinadoras, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) vinculada ao Ministério da Fazenda.

Atualmente a ELETROS administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC, conforme exposto a seguir:

- **Plano BD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- **Plano CD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

- **Plano CV ONS** - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Variável (CV), CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 477, de 04 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 5 de outubro de 2016, nesta última alteração ocorreu a adequação da nomenclatura de Plano CD ONS para Plano CV ONS, uma vez que há possibilidade de concessão de Renda Vitalícia desde a instituição do Plano em questão. Ressalta-se que até o encerramento do exercício de 2017 não houve concessão de nenhum benefício vitalício.
- **Plano CV EPE** - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria SPC nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.
- **Plano CD CERON** - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria PREVIC nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.

As principais características da massa de participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS e a quantidade estão apresentadas a seguir:

Participantes 2017											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	
Ativos	207	54	1.279	46	600	48	971	44	323	41	3.380
Aposentados	1.313	71	423	63	9	62	96	64	15	67	1.856
Pensões	407	69	29	46	4	35	16	43	-	-	456
Total	1.927		1.731		613		1.083		338		5.692

Participantes 2016											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2016	Idade Média	2016	Idade Média	2016	Idade Média	2016	Idade Média	2016	Idade Média	
Ativos	215	54	1.328	46	572	47	970	44	325	41	3.410
Aposentados	1.332	70	390	63	8	61	74	64	12	68	1.816
Pensões	406	69	25	45	10	33	15	43	-	-	448
Total	1.953		1.743		590		1.059		337		5.674

A ELETROS administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF no 588, de 21/12/2005, e alteradas pelas IN SRF no 667, de 26/07/2006, e IN RFB no 1.315, de 03/01/2013, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da ELETROS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações; e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis de todos os planos de benefícios administrados pela Eletros, da Gestão Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial. As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas emitidas separadamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência e as contribuições dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa (conforme item 8.1 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011).

O custeio dos planos da ELETROS é anualmente estabelecido na Demonstração Atuarial, quando da avaliação atuarial anual, respeitando os limites existentes nos regulamentos dos planos de benefícios.

c. Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) *Títulos para negociação*

Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) *Títulos mantidos até o vencimento*

Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

- a. Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

- b. Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:
- **Informações de Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
 - **Informações de Nível 2** - informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.
 - **Informações de Nível 3** - dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 25, de 30 de junho de 2008 e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendos, em atendimento à Instrução nº 5 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 08 de setembro de 2011.

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. Os planos de benefícios que optarem pela reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos Laudos.

Os imóveis devem ser reavaliados, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da Eletros são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - “Hardware”	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

g. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

- **Ativos contingentes (quando aplicável):** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
 - **Passivos contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
 - **Obrigações legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.
- h. Provisões Matemáticas**
São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.
- i. Superavit/Deficit Acumulados**
Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Deficit é registrado em Resultados a Realizar subgrupo da rubrica Deficit Técnico Acumulado, já o Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.
- j. Estimativas Contábeis**
A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, basicamente aquelas relacionadas a planos de benefícios definidos; e as provisões com demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CGPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

l. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superavit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Ajuste de precificação

Em atendimento à Resolução CNPC nº 22/2015, é requerido que as EFPCs divulguem o Equilíbrio Técnico Ajustado nas Demonstrações do Ativo Líquido. Este ajuste é apurado do valor resultante da diferença positiva ou negativa do valor contábil dos títulos públicos federais, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, atrelados à índice de preços, e o valor dos fluxos futuros desses títulos descontados pela taxa atuarial.

4 Realizável - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31/12/17	31/12/16
Contribuições do mês	1.582	4.713
Contribuições em atraso	-	80.676
Contribuições contratadas	10.657	15.246
Outros recursos a receber	-	6.784
Outros realizáveis	3.877	3.348
Depósitos judiciais/recursais	2.014	2.526
Total	18.130	113.293

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

Contribuições em atraso

Referem-se aos recursos a receber do plano BD Eletrobrás, relativos às contribuições previdenciais demonstradas abaixo:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Contribuições Extraordinárias II	-	80.676
Patrocinadoras Eletrobras e Cepel (a)	-	72.787
Participantes Eletrobras e Cepel (b)	-	7.889
Total	-	80.676

- (a) Contribuições Extraordinárias II de responsabilidade das patrocinadoras ELETROBRAS e CEPEL:

A assinatura do Termo de Compromisso acordado entre a Eletros e as patrocinadoras Eletrobras e Cepel, relativo ao contas a receber denominado Contribuições Extraordinárias II, no total de R\$ 80.676 mil em 31 de dezembro de 2016, dependia da homologação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013 pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Consequentemente, os referidos recursos estariam disponíveis apenas quando ocorresse a homologação da SEST. Esta homologação é requerida em razão da Eletrobras ser uma empresa estatal, conforme o § único do art. 4º da Lei Complementar 108, “as alterações no plano de benefícios que implique elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle”, ainda conforme o inciso VI do artigo 2º do Decreto nº 3.735, de 24/01/2001, a aprovação da alteração de estatutos e regulamentos, convênios de adesão, contratos de confissão e assunção de dívidas de entidades fechadas de previdência privada, patrocinadas por empresas estatais federais, de interesse das empresas estatais federais, depende de prévia manifestação da SEST.

Em 27 de dezembro de 2017, a Eletros recebeu o Ofício nº 244/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, a resposta foi concedida pela Carta DEE-005/2016, por meio da qual a ELETROS informou acerca das medidas por ela adotadas, referentes ao equacionamento do resultado deficitário do Plano BD Eletrobrás, relativo ao exercício de 2013 que, até aquela data, estava pendente de aprovação por parte da SEST, em virtude da existência de dúvidas quanto à legalidade do art. 61 do referido plano de benefícios.

O mesmo Ofício estipulou o prazo de 60 (sessenta) dias para que a entidade efetue os ajustes necessários de forma que seus planos de equacionamento de déficit estivessem aderentes aos ditames legais, conforme interpretação conferida pela Procuradoria Federal junto à PREVIC (Parecer nº42/2017/CAJ/CGCJ/PF-PREVIC/PGF/AGU) e pela Diretoria de Licenciamento da PREVIC.

Em virtude do referido Ofício a Eletros procedeu o estorno contábil dos valores a receber referente as Contribuições Extraordinárias II (equacionamento 2013) e III (equacionamento 2015) das Patrocinadoras.

- (b) Contribuições Extraordinárias II de responsabilidade dos participantes ativos das patrocinadoras ELETROBRAS e CEPEL:

Em decorrência de o custeio das Contribuições Extraordinárias II apresentado na DA de 31/12/2014 ainda não ter sido aprovado pela SEST, não foram efetuados os descontos dessas contribuições na folha de pagamentos das patrocinadoras em 2015 - relativa ao pagamento dos participantes ativos.

Em virtude do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 26/12/2017 a Eletros procedeu o estorno contábil dos valores a receber referente as Contribuições Extraordinárias II (equacionamento 2013) e III (equacionamento 2015) dos Participantes.

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pelas patrocinadoras Cepel e Eletrobras, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim demonstradas:

Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)		Encargos	Valor		Exercício findo em	
				Quitadas	Vincendas		Contratado	Parcela	31.12.17	31.12.16
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	141	39	*INPC + 6% a.a.	2.774	45	1.600	1.991
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	153	27	*INPC + 6% a.a.	2.894	49	1.244	1.710
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	153	27	*INPC + 6% a.a.	12.764	216	5.487	7.540
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	95	85	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	21	1.509	1.647
CF-022A/13	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	60	120	**URE + 5,5% a.a.	798	9	817	861
CF-024/15	ELETROBRAS	BD Eletrobrás	2 anos	24	-	*INPC + 5,5% a.a.+ 0,5% a.a. txadm.	7.187	-	-	1.497
							Total		10.657	15.246

- (a) Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês, exceto o contrato CF-024/15, que possui o vencimento das suas parcelas no último dia útil de cada mês.

Garantias:

- Os contratos não possuem garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

(*) INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

(**) URE - Unidade de Referência da Eletros.

Outros recursos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são apresentado a seguir:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
Contrato Patrocinadora Eletrobras (a)	BD Eletrobras	-	6.784
Total			6.784

- (a) Representam os recursos contratados com a patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas. O referido contrato teve sua última parcela liquidada em maio de 2017.

Outros realizáveis

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Valores a receber da Eletrobras (a)	2.710	2.516
Outros valores a receber	1.166	832
Total	3.876	3.348

- (a) Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletrobras referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo movido por seus ex-empregados.

Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

5 Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. Esses depósitos foram atualizados de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são apresentado a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Contas a receber	1.697	2.591
Responsabilidade de empregados	141	131
Responsabilidade de terceiros	710	2.076
Outros recursos a receber	846	384
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	547	276
Outros valores receber	299	108
Despesas Antecipadas	683	583
Depósitos Judiciais	17.033	13.654
Outros realizáveis	7.094	6.572
Convênio de interveniência com o INSS	6.697	6.114
Valores a receber dos assistidos	182	248
Valores a receber referente ao seguro plasas	-	8
Outros valores a receber	215	202
Total	26.507	23.400

6 Realizável - Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	Exercício findo em	
	31/12/17	31/12/16
Títulos públicos	910.933	1.463.046
Notas do Tesouro Nacional	845.949	1.404.120
Letras Financeiras do Tesouro	64.984	58.926
Créditos privados e depósitos	258.433	507.564
Letras hipotecárias	186.318	185.996
Letras financeiras	66.799	318.369
Debêntures	8.004	5.887
Provisão para Créditos de Liquida Duvidosa	(2.688)	(2.688)
Ações	328.439	366.495
Instituições Financeiras	95.280	99.967
Companhias Abertas	233.159	266.528
Fundos de investimentos	2.630.850	1.464.825
Renda fixa	2.286.220	1.269.414
Ações	331.402	183.515
Participações	13.228	11.896
Derivativos	-	4.867
Opções - Ativos financeiros e mercadorias	-	4.867
Investimentos imobiliários	212.789	216.644
Aluguéis e renda	212.789	216.644
Empréstimos	166.976	163.416
Empréstimos	168.458	164.907
PCLD	(1.482)	(1.491)
Depósitos judiciais/recursais	3.589	3.457
Total de Investimentos	4.512.009	4.190.314

A rentabilidade consolidada dos planos em 2017 superou as metas previstas. Apesar da renda fixa ser o segmento com maior alocação nos planos, o principal segmento que proporcionou o bom desempenho foi a renda variável, seu retorno de 23,36% no ano foi determinante para superação das metas.

A Eletros mantém provisão de R\$ 2.688 mil em 2017 e 2016, procedimento que vem sendo adotado desde 2005, para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães que está em liquidação judicial.

Gestão de Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

A entidade manifesta a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos.

A seguir, demonstramos a composição da carteira de investimentos por planos de benefícios e do PGA, consolidada a posição apresentada em seus fundos exclusivos.

Em 31.12.17							
	BD		CD		CV		
Investimentos	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	600.574	197.750	10.084	40.526	7.936	54.063	910.933
Créditos privados e depósitos	191.633	45.440	2.604	16.255	2.501	-	258.433
Ações	144.151	132.347	5.006	42.422	4.513	-	328.439
Fundos de investimentos	742.048	1.315.319	63.793	409.496	60.978	39.216	2.630.850
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos imobiliários	154.358	58.431	-	-	-	-	212.789
Empréstimos e Financiamentos	98.048	53.766	-	14.227	935	-	166.976
Depósitos Judiciais	2.755	834	-	-	-	-	3.589
Total de Investimentos	1.933.567	1.803.887	81.487	522.926	76.863	93.279	4.512.009

Em 31.12.16							
	BD		CD		CV		
Investimentos	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	976.927	342.714	13.062	66.393	11.438	52.512	1.463.046
Créditos privados e depósitos	256.046	187.788	7.008	49.462	7.260	-	507.564
Ações	190.036	127.256	4.240	40.017	4.946	-	366.495
Fundos de investimentos	228.233	854.487	37.876	272.366	39.514	32.349	1.464.825
Derivativos	4.867	-	-	-	-	-	4.867
Investimentos imobiliários	157.154	59.490	-	-	-	-	216.644
Empréstimos e Financiamentos	97.625	52.788	-	12.563	440	-	163.416
Depósitos Judiciais	2.652	805	-	-	-	-	3.457
Total de Investimentos	1.913.540	1.625.328	62.186	440.801	63.598	84.861	4.190.314

6.1 Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Títulos para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado e os “Títulos Mantidos até o Vencimento” são avaliados pelo custo amortizado, pro rata dia até o vencimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimentos exclusivos, dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstrativo, por prazo de vencimento, Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos:

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B (a)	-	50.470	156.300	330.468	537.238
NTN-C (b)	-	-	-	308.711	308.711
LFT (c)	-	64.984	-	-	64.984
Total de Títulos Públicos	-	115.454	156.300	639.179	910.933
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Financeiras Subordinadas	-	66.800	-	-	66.800
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	253.117	-	5.316	258.433
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	2.095.551	-	-	-	2.095.551
Títulos Públicos	158	136.075	-	-	136.233
Títulos Privados	-	64.098	-	-	64.098
Total	2.095.709	200.173	-	-	2.295.882
Total de Títulos	2.095.709	568.744	156.300	644.495	3.465.248

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B (a)	-	37.403	132.585	881.648	1.051.636
NTN-C (b)	37.018	-	-	315.467	352.485
LFT (c)	-	1.350	57.575	-	58.925
Total de Títulos Públicos	37.018	38.753	190.160	1.197.115	1.463.046
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	3.199	3.199
Letras Financeiras Subordinadas	318.368	-	-	-	318.368
Letras Hipotecárias	-	185.997	-	-	185.997
Total de Títulos Privados	318.368	185.997	-	3.199	507.564
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.000.178	-	-	-	1.000.178
Títulos Públicos	-	62.965	-	-	62.965
Títulos Privados	210.744	-	-	-	210.744
Total	1.210.922	62.965	-	-	1.273.887
Total de Títulos	1.566.308	287.715	190.160	1.200.314	3.244.497

- (a) Nota do Tesouro Nacional - Série B - Título indexado a variação do IPCA.
 (b) Nota do Tesouro Nacional - Série C - Título indexado a variação do IGP-M.
 (c) Letra Financeira do Tesouro - Título indexado a variação da SELIC.

6.1.1 Títulos para Negociação

a. Consolidado

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	69.862	69.862
LFT	-	64.984	-	-	64.984
Total de Títulos Públicos	-	64.984	-	69.862	134.846
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Financeiras Subordinadas	-	66.800	-	-	66.800
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	253.117	-	5.316	258.433
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	2.095.551	-	-	-	2.095.551
Títulos Públicos	158	136.075	-	-	136.233
Títulos Privados	-	64.098	-	-	64.098
Total	2.095.709	200.173	-	-	2.295.882
Total de Títulos	2.095.709	518.274	-	75.178	2.689.161
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	659.434	659.434
LFT	-	1.350	57.575	-	58.925
Total de Títulos Públicos	-	1.350	57.575	659.434	718.359
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	3.199	3.199
Letras Financeiras Subordinadas	318.368	-	-	-	318.368
Letras Hipotecárias	-	185.997	-	-	185.997
Total de Títulos Privados	318.368	185.997	-	3.199	507.564
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.000.178	-	-	-	1.000.178
Títulos Públicos	-	62.965	-	-	62.965
Títulos Privados	210.744	-	-	-	210.744
Total	1.210.922	62.965	-	-	1.273.887
Total de Títulos	1.529.290	250.312	57.575	662.633	2.499.810

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	<u>-</u>	<u>186.317</u>	<u>-</u>	<u>5.316</u>	<u>191.633</u>
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	553.897	-	-	-	553.897
Títulos Públicos	69	17.941	-	-	18.010
Títulos Privados	-	16.114	-	-	16.114
Total	<u>553.966</u>	<u>34.055</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>588.021</u>
Total de Títulos	<u>553.966</u>	<u>220.372</u>	<u>-</u>	<u>5.316</u>	<u>779.654</u>
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	402.430	402.430
Total de Títulos Públicos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>402.430</u>	<u>402.430</u>
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	3.199	3.199
Letras Financeiras Subordinadas	66.850	-	-	-	66.850
Letras Hipotecárias	-	185.997	-	-	185.997
Total de Títulos Privados	<u>66.850</u>	<u>185.997</u>	<u>-</u>	<u>3.199</u>	<u>256.046</u>
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	99.191	-	-	-	99.191
Títulos Públicos	-	8.524	-	-	8.524
Títulos Privados	16.292	-	-	-	16.292
Total	<u>115.483</u>	<u>8.524</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>124.007</u>
Total de Títulos	<u>182.333</u>	<u>194.521</u>	<u>-</u>	<u>405.629</u>	<u>782.483</u>

c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	47.523	47.523
LFT	-	28.776	-	-	28.776
Total de Títulos Públicos	-	28.776		47.523	76.299
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	45.440	-	-	45.440
Total de Títulos Privados	-	45.440		-	45.440
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.064.279	-	-	-	1.064.279
Títulos Públicos	65	87.025	-	-	87.090
Títulos Privados	-	34.686	-	-	34.686
Total	1.064.344	121.711		-	1.186.055
Total de Títulos	1.064.344	195.927		47.523	1.307.794
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	198.943	198.943
LFT	-	-	26.093	-	26.093
Total de Títulos Públicos	-	-	26.093	198.943	225.036
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	187.788	-	-	-	187.788
Total de Títulos Privados	187.788	-	-	-	187.788
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	611.274	-	-	-	611.274
Títulos Públicos	-	40.810	-	-	40.810
Títulos Privados	139.727	-	-	-	139.727
Total	751.001	40.810	-	-	791.811
Total de Títulos	938.789	40.810	26.093	198.943	1.204.635

d. Plano de Benefícios CV ONS

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	16.999	16.999
LFT	-	23.527	-	-	23.527
Total de Títulos Públicos	-	23.527	-	16.999	40.526
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	16.255	-	-	16.255
Total de Títulos Privados	-	16.255	-	-	16.255
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	334.251	-	-	-	334.251
Títulos Públicos	20	23.673	-	-	23.693
Títulos Privados	-	10.120	-	-	10.120
Total	334.271	33.793	-	-	368.064
Total de Títulos	334.271	73.575	-	16.999	424.845
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	45.061	45.061
LFT	-	-	21.332	-	21.332
Total de Títulos Públicos	-	-	21.332	45.061	66.393
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	49.462	-	-	-	49.462
Total de Títulos Privados	49.462	-	-	-	49.462
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	199.763	-	-	-	199.763
Títulos Públicos	-	10.582	-	-	10.582
Títulos Privados	42.472	-	-	-	42.472
Total	242.235	10.582	-	-	252.817
Total de Títulos	291.697	10.582	21.332	45.061	368.672

e. Plano de Benefícios CV EPE

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	2.616	2.616
LFT	-	5.320	-	-	5.320
Total de Títulos Públicos	-	5.320	-	2.616	7.936
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	2.501	-	-	2.501
Total de Títulos Privados	-	2.501	-	-	2.501
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	51.368	-	-	-	51.368
Títulos Públicos	2	3.643	-	-	3.645
Títulos Privados	-	1.557	-	-	1.557
Total	51.370	5.200	-	-	56.570
Total de Títulos	51.370	13.021	-	2.616	67.007
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	6.615	6.615
LFT	-	-	4.823	-	4.823
Total de Títulos Públicos	-	-	4.823	6.615	11.438
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	7.260	-	-	-	7.260
Total de Títulos Privados	7.260	-	-	-	7.260
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	29.312	-	-	-	29.312
Títulos Públicos	-	1.552	-	-	1.552
Títulos Privados	6.234	-	-	-	6.234
Total	35.546	1.552	-	-	37.098
Total de Títulos	42.806	1.552	4.823	6.615	55.796

f. Plano de Benefícios CD CERON

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	2.723	2.723
LFT	-	7.361	-	-	7.361
Total de Títulos Públicos	-	7.361	-	2.723	10.084
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	2.604	-	-	2.604
Total de Títulos Privados	-	2.604	-	-	2.604
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	53.488	-	-	-	53.488
Títulos Públicos	2	3.793	-	-	3.795
Títulos Privados	-	1.621	-	-	1.621
Total	53.490	5.414	-	-	58.904
Total de Títulos	53.490	15.379	-	2.723	71.592
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	6.385	6.385
LFT	-	1.350	5.327	-	6.677
Total de Títulos Públicos	-	1.350	5.327	6.385	13.062
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	7.008	-	-	-	7.008
Total de Títulos Privados	7.008	-	-	-	7.008
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	28.290	-	-	-	28.290
Títulos Públicos	-	1.497	-	-	1.497
Títulos Privados	6.018	-	-	-	6.018
Total	34.321	1.497	-	-	35.805
Total de Títulos	41.316	2.847	5.327	6.385	55.875

g. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	38.268	-	-	-	38.268
Total	38.268	-	-	-	38.268

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	32.349	-	-	-	32.349
Total	32.349	-	-	-	32.349

6.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

a. Consolidado

Consolidado - títulos até o vencimento					
Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	50.470	156.300	260.606	467.376
NTN-C	-	-	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	--	50.470	156.300	569.317	776.087

Consolidado - títulos até o vencimento					
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	37.403	132.585	222.214	392.202
NTN-C	37.018	-	-	315.467	352.485
Total de Títulos Públicos	37.018	37.403	132.585	537.681	744.687

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	3.408	97.193	191.263	291.864
NTN-C	-	-	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	-	3.408	97.193	499.974	600.575

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	66.861	155.150	222.011
NTN-C	37.018	-	-	315.467	352.485
Total de Títulos Públicos	37.018	-	66.861	470.617	574.496

c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	24.680	45.277	51.493	121.450
Total de Títulos Públicos	-	24.680	45.277	51.493	121.450

Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	15.658	52.297	49.724	117.679
Total de Títulos Públicos	-	15.658	52.297	49.724	117.679

d. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	22.382	13.830	17.850	54.062
NTN-C	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	-	22.382	13.830	17.850	54.062
Posição em 31.12.16					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	21.745	13.427	17.340	52.512
NTN-C	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	-	21.745	13.427	17.340	52.512

6.1.3 **Títulos Reclassificados de Mantidos até o Vencimento para Títulos para Negociação**

Observado o disposto na Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, que determina em seu artigo 8º que é obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações contábeis, de informações que abranjam, o montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação.

No exercício de 2017 a Eletros não efetuou a reclassificação de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos para negociação.

Abaixo estão relacionados os títulos que foram reclassificados da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos mantidos para negociação no exercício de 2016, bem como o efeito dessas reclassificações no resultado em 31.12.2016.

A reclassificação dos referidos títulos foi motivada pelo resultado do estudo ALM (Assets Liability Management) realizado em 2016, que demonstrou que a carteira atual de NTN-Bs marcadas a vencimento (*HiM*) se encontrava em desequilíbrio com o Passivo atuarial projetado, portanto, as alterações de reclassificação foram realizadas para readequar esta situação. Desequilíbrio este ocasionado devido as alterações no passivo atuarial ocorridas em 2014, que resultou na redução da *duration* dos planos BD Eletrobras e CD Eletrobras Saldado. A finalidade do estudo ALM é a de obter uma carteira ótima de ativos que maximize a razão de solvência, a relação de risco e retorno dos investimentos e recomendar um nível adequado de liquidez frente aos compromissos atuariais. Para realizar a implementação operacional do estudo ALM nos investimentos dos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado foi necessário que alguns títulos classificados como “títulos mantidos até o vencimento” fossem reclassificados como “títulos para negociação”. A Eletros entende que o estudo ALM de 2016 comprovou a necessidade de negociação dos títulos por motivação financeira ou de liquidez, atendendo assim a interpretação dada pelo Ofício Circular Conjunto nº 001/2014/DIACE/DIFIS/DITEC/PREVIC de 24 de março de 2014 e considera as razões para a reclassificação decorrentes de motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria, em consonância com o § 2º do artigo 6º da Resolução CGPC 04.

Cabe ressaltar que a Eletros realiza este estudo anualmente, utilizando o último parecer atuarial dos planos de benefícios.

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Reclassificação de títulos							
NTN-B	Vencto	Qtdes	Curva		Mercado		Diferença
			Taxa	Valor	Taxa	Valor	
	15/08/40	25.099	6,49%	71.710	5,65%	79.263	7.553
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	5.700	6,52%	16.099	5,73%	17.912	1.813
	15/08/50	2.100	6,52%	5.931	5,73%	6.599	668
	15/05/55	5.000	7,60%	12.042	5,68%	15.661	3.619
	15/05/55	10.000	7,40%	24.696	5,68%	31.322	6.626
	15/05/55	10.000	7,14%	25.528	5,68%	31.322	5.794
	15/05/55	10.000	7,05%	25.827	5,68%	31.322	5.495
	15/05/55	881	6,86%	2.333	5,68%	2.759	426
	15/05/55	8.000	7,02%	20.760	5,68%	25.058	4.298
Total		128.080		349.817		402.426	52.609

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Reclassificação de títulos							
NTN-B	Vencto	Qtdes	Curva		Mercado		Diferença
			Taxa	Valor	Taxa	Valor	
	15/05/35	10.000	7,38%	25.863	5,74%	30.692	4.829
	15/08/50	4.900	7,24%	12.624	5,73%	15.398	2.774
	15/08/50	5.000	7,24%	12.882	5,73%	15.713	2.831
Total		19.900		51.369		61.803	10.434

A reclassificação dos títulos apresentados nas tabelas acima foi realizada em 30/12/2016 e os títulos foram vendidos posteriormente conforme descrito abaixo:

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Venda dos títulos

Data	Vencido	Qtde	Valor Venda	
			Taxa	Valor
02/01/2017	15/08/50	10.000	5,66%	31.783
02/01/2017	15/08/40	10.000	5,61%	31.761
03/01/2017	15/08/40	5.000	5,64%	15.828
04/01/2017	15/08/40	10.000	5,70%	31.436
04/01/2017	15/08/50	10.000	5,78%	31.271
10/01/2017	15/08/50	10.000	5,76%	31.405
10/01/2017	15/05/55	20.000	5,74%	62.227
11/01/2017	15/08/50	10.000	5,76%	31.414
11/01/2017	15/05/55	3.881	5,72%	12.114
12/01/2017	15/08/40	80	5,50%	258
12/01/2017	15/08/50	10.000	5,58%	32.236
12/01/2017	15/05/55	10.000	5,54%	32.083
13/01/2017	15/08/40	19	5,48%	62
13/01/2017	15/08/50	9.100	5,57%	32.236
17/01/2017	15/05/55	10.000	5,49%	32.370
	Total	128.080		408.484

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Venda dos títulos

Data	Vencido	Qtde	Valor Venda	
			Taxa	Valor
02/01/2017	15/05/35	10.000	5,66%	30.973
13/01/2017	15/08/50	9.900	5,57%	31.671
	Total	19.900		62.644

6.2 Ações

a. Carteira Consolidada

	<u>Exercício findo em</u>	
	31.12.17	31.12.16
Carteira de Ações		
Instituições Financeiras	94.037	97.489
Companhias Abertas	232.260	265.859
Dividendos	34	100
Juros sobre Capital Próprio	2.108	3.047
Ações	328.439	366.495

b. Carteira por Plano de Benefícios

	<u>Em 31.12.17</u>					
	<u>BD</u>	<u>CD</u>			<u>CV</u>	
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	Consolidado
Carteira de Ações						
Instituições Financeiras	41.273	37.893	1.433	12.146	1.292	94.037
Companhias Abertas	101.938	93.591	3.540	29.999	3.192	232.260
A Receber						
Dividendos	15	14	1	4		34
Juros sobre Capital Próprio	925	849	32	273	29	2.108
Total de Ações	144.151	132.347	5.006	42.422	4.513	328.439
	<u>Em 31.12.16</u>					
	<u>BD</u>	<u>CD</u>			<u>CV</u>	
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	Consolidado
Carteira de Ações						
Instituições Financeiras	51.835	34.711	1.156	10.915	1.349	99.966
Companhias Abertas	137.854	92.313	3.076	29.029	3.588	265.860
A Receber						
Dividendos	28	19	1	6	1	55
Juros sobre Capital Próprio	319	213	7	67	8	614
Total de Ações	190.036	127.256	4.240	40.017	4.946	366.495

6.3 Fundo de Investimentos

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de fundos de investimento e fundos de investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas e o de mercado é apropriada ao resultado.

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Em 31.12.17							
	BD	CD		CV			
Investimentos	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	Consolidado
Fundo de Renda Fixa	583.368	1.181.778	58.742	366.692	56.425	39.216	2.286.221
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	546.324	853.649	41.731	260.501	40.085	39.216	1.781.506
FIM Votorantim Geribá Multimercado	26.718	129.600	5.647	35.254	5.425	-	202.644
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	10.326	198.529	11.364	70.937	10.915	-	302.071
Fundo de Ações	145.451	133.541	5.051	42.804	4.553	-	331.400
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	117.066	107.480	4.065	34.451	3.665	-	266.727
FIA SAO CONRADO	14.195	13.033	493	4.177	444	-	32.342
GRUMARI FIA	14.190	13.028	493	4.176	444	-	32.331
Fundo de Investimento em Participações	13.229	-	-	-	-	-	13.229
Hamilton LN FICFIP	13.229	-	-	-	-	-	13.229
Total	742.048	1.315.319	63.793	409.496	60.978	39.216	2.630.850

*Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Em 31.12.16

	BD		CD			CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA		
Investimentos								
Fundo de Renda Fixa	121.688	790.258	35.753	252.329	37.038	32.349	1.269.415	
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	88.041	485.667	22.496	158.764	23.304	32.349	810.621	
FIM Votorantim Geribá Multimercado	24.251	119.726	4.394	31.011	4.552	-	183.934	
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	9.396	184.865	8.863	62.554	9.182	-	274.860	
Fundo de Ações	95.157	63.721	2.123	20.037	2.476	-	183.514	
Bradesco FIA IBRX Ativo Leblon							-	
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	68.671	45.985	1.532	14.460	1.787	-	132.435	
FIA Leme							-	
Pontal FIC FIA							-	
FIA SAO CONRADO	13.061	8.746	291	2.750	340	-	25.188	
GRUMARI FIA	13.425	8.990	300	2.827	349	-	25.891	
Fundo de Investimento em Participações	11.388	508	-	-	-	-	11.896	
Direito a Receber (Mellon GTD FIP)	655	508	-	-	-	-	1.163	
Hamilton LN FICFIP	10.733	-	-	-	-	-	10.733	
Total	228.233	854.487	37.876	272.366	39.514	32.349	1.464.825	

6.4 Investimentos Imobiliários

As aplicações em investimentos imobiliários são efetuadas pelo Plano BD Eletrobrás (participação de 72,54%) e pelo Plano CD Eletrobrás (participação de 27,46%).

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
Localização Uso próprio: Rua Uruguaiana nº 174 - RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2015	8.553	8.686
Locados às patrocinadoras:		142.517	87.053
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2017	65.520	70.172
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2017	9.880	10.506
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2017	6.180	6.375
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2015	60.937	-
Locados a terceiros:		58.460	117.765
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2017	58.460	58.167
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2015	-	59.598
Valores a receber		3.259	3.140
Total		212.789	216.644

6.4.1 Reavaliação de Imóveis

Em 2016 a Eletros não efetuou reavaliações em seus imóveis. No exercício de 2017 a Entidade promoveu a avaliação dos imóveis do Edifício Hermes Stolz, Edifício Vital Brazil, Edifício Central e Edifício Belacap, pela empresa CCA - Câmara de Consultores Associados.

O resultado negativo das reavaliações de 2017 gerou um decréscimo de R\$ 1.581 mil.

	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Ajuste	Empresa Avaliadora	Vida útil Remanescente
Locados às patrocinadoras					
Edifício Herm Stoltz					
Avenida Presidente Vargas n° 409 - RJ	65.520	68.657	(3.137)	CCA	25 anos
Edifício Vital Brazil					
Avenida Marechal Floriano n° 19 - RJ	9.880	10.250	(370)	CCA	25 anos
Edifício Central					
Avenida Presidente Vargas n° 417 - RJ	6.180	6.270	(90)	CCA	25 anos
Total	81.580	85.177	(3.597)		
Locadas a Terceiros					
Edifício Belacap					
Avenida Presidente Vargas n° 642 - RJ	58.460	56.444	2.016	CCA	20 anos
Total	58.460	56.444	2.016		
Total Imóveis Reavaliado	140.040	141.621	(1.581)		

CCA - Câmara de Consultores Associados

7 Realizável - Gestão assistencial

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

8 Exigível operacional - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Contas a pagar	751	774
IRRF a recolher	5.939	5.423
Retenções a recolher	56	3
Total	6.746	6.200

9 Exigível operacional - Gestão administrativa

Registram os compromissos a pagar assumidos pela Eletros relativos a gestão administrativa, como segue:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Contas a pagar	(a) 7.070	6.710
Retenções a recolher	632	543
Receita Antecipadas	(b) 1.348	1.788
Outras exigibilidades	(c) 1.196	1.645
Total	10.246	10.686

- (a) Refere-se preponderantemente a provisão de férias e de remuneração variável dos empregados.
- (b) Referem-se aos recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, que tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros.
- (c) Refere-se a seguro de vida dos aposentados e recursos das patrocinadoras

10 Exigível contingencial

10.1 Contingências - Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Gestão Previdencial	12.758	12.617
Aposentadorias	87	569
Processos Cíveis e Trabalhistas	10.744	10.091
Processos Trabalhistas	1.927	1.957
Gestão Administrativa	17.103	14.064
Contingências Tributárias	16.728	13.872
Outros processos	375	192
Investimentos	3.590	3.458
Tributárias IN SRF 170	3.048	2.941
RET	541	517
Outros Processos	1	-
Total	33.451	30.139

10.1.1 *Contingências da Gestão Previdencial*

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros. Houve variação nos valores contingenciados ao longo do ano de 2017 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos com decisão desfavorável à ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependentes de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo Juízo.

10.1.2 *Contingências da Gestão administrativa*

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 2.287 mil e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 13.092 mil...

10.1.3 *Contingências de investimentos*

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social(PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Regime Especial de Tributação (RET).

11 Passivos e ativos contingentes

11.1 Passivos Contingentes

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 1.353 mil (R\$ 1.586 mil em 2016) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

11.2 Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária n. 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como “provável” e não como “praticamente certo”, em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda vai ser alvo de discussão entre as partes. Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão. Foi atribuído valor à causa de R\$ 1.474.206.593,22. O processo encontra-se em fase inicial, com apresentação de contestação pela União, juntada em 29/07/2016, e determinação de produção de prova pericial contábil em 04/11/2016 e fixação de honorários periciais em 31/01/2018. Ainda não é possível informar o valor atualizado devido à ELETROS, por esse motivo não há registro contábil sendo necessário aguardar o fim da liquidação para tal. As principais peças processuais e demais documentos das ações em referência estão disponíveis no portal da ABRAPP, no endereço: <http://www.abrapp.org.br>.

12 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões Matemáticas	31.12.17	31.12.16
Benefícios concedidos	3.372.186	3.282.538
Contribuição definida	684.443	587.857
Benefício definido	2.687.743	2.694.681
Benefícios a conceder	1.686.981	1.526.889
Contribuição definida	1.385.564	1.218.614
Benefício definido	301.417	308.275
Provisões matemáticas a constituir	(95.659)	(532.396)
(-) Serviço passado	(70.994)	(369.394)
Patrocinadora Eletrobrás	(44.923)	(342.416)
Atividade Especial	(26.071)	(26.978)
(-) Déficit equacionado	(24.665)	(163.002)
Total	4.963.508	4.277.031

12.1 Benefícios concedidos

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido. No caso de Planos CD/CV, corresponde ao somatório dos saldos individuais dos assistidos, desde que o assistido não esteja em gozo de Renda Vitalícia.

12.2 Benefícios a conceder

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, no caso dos planos CD/CV. No caso de planos de benefício definido, corresponde ao valor presente do compromisso futuro com os atuais ativos do Plano, descontado o valor presente das contribuições normais a serem pagas até a aposentadoria.

12.3 Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:

Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

Atividade especial

Registram os valores a serem aportados pelas patrocinadoras referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social e das recomposições de reservas em função das demandas judiciais, no montante de R\$ 26.071 mil em 2017 (R\$ 26.978 mil em 2016). Distribuídos da seguinte forma:

Patrocinadoras:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
ELETROBRAS	BD	18.969	17.611
ELETROBRAS	CD	370	344
CEPEL	BD	-	105
CEPEL	CD	6.732	8.918
Total		26.071	26.978

12.4 Provisões matemáticas a constituir/(-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à Déficit Técnico no montante de R\$ 24.665 mil em 2017 (R\$ 163.002 mil em 2016), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial, distribuídos da seguinte forma:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
Déficit Equacionado	BD	(24.665)	(163.002)
Total		(24.665)	(163.002)

Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

Dos R\$ 24.665 mil temos que:

Descrição	31.12.2017
(a) Déficit Equacionado exercício 2011	(24.665)
Total	(24.665)

12.5 Premissas atuariais e composição das provisões matemáticas por plano de benefícios

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas à massa de participantes do plano, aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº15, de 19/11/2014, publicada no Diário Oficial em 24/11/2014.

Plano BD Eletrobrás

	31.12.17	31.12.16
Taxa real anual de Juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Capacidade Salarial	97%	97%
Capacidade de Benefício	97%	97%
Tábua Geral	AT 2000 Básica-M&F	AT 2000 Básica-M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua Sobrevida de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (*)	Família Real (*)

(*) Para os ativos adota-se hipótese de que 75% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

12.5.1 Composição das Provisões Matemáticas - Plano BD Eletrobrás

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Provisões Matemáticas	2.528.726	2.123.763
Benefícios concedidos	2.405.001	2.441.780
Benefício definido	2.405.001	2.441.780
Benefício a conceder	212.281	205.117
Benefício definido	212.281	205.117
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(88.556)	(523.134)
(-) Serviço passado	(63.891)	(360.132)
(-) Patrocinador(es)	(63.891)	(360.132)
Atividade Especial	(18.968)	(17.716)
Artigo 61 Adicional 2011	(44.923)	(64.035)
Artigo 61 Adicional 2013	-	(147.931)
Artigo 61 Adicional 2015	-	(130.450)
(-) Deficit equacionado	(24.665)	(163.002)
(-) Deficit Equacionado 2011	(24.665)	(31.198)
(-) Patrocinador(es)	(8.188)	(13.048)
(-) Participantes	(2.184)	(3.690)
(-) Assistidos	(14.293)	(14.460)
(-) Deficit Equacionado - Equacionamento 2013	-	(67.698)
(-) Patrocinador(es)	-	(29.256)
(-) Participantes	-	(8.618)
(-) Assistidos	-	(29.824)
(-) Deficit Equacionado 2015	-	(64.106)
(-) Patrocinador(es)	-	(25.296)
(-) Participantes	-	(8.325)
(-) Assistidos	-	(30.485)
Equilíbrio Técnico	(603.895)	(122.915)
Resultados Realizados	(603.895)	(122.915)
(-) Deficit técnico acumulado	(603.895)	(122.915)

Foi apurado no exercício o resultado, Déficit Técnico Acumulado, no valor de R\$ 603.895 mil.

Seguem abaixo as justificativas para a variação do Déficit Técnico Acumulado:

Plano BD Eletrobrás	Em 31/12/2016	Em 31/12/2017	Variação	
Evolução do Déficit Técnico Acumulado	(122.915)	(603.895)	(480.980)	[1]
Ganho financeiro no período (acima da meta atuarial)			49.731	[2]
(Perda) em função do diferimento do equacionamento do Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2016			(9.304)	[3]
(Perda) em função da "reversão" do déficit equacionado em 2013 para Déficit Técnico Acumulado			(215.629)	[4]
(Perda) em função da "reversão" do déficit equacionado em 2015 para Déficit Técnico Acumulado			(194.556)	[5]
(Perda) em função da "reversão" da conta "Contribuições em Atraso"			(83.603)	[6]
(Perda) em função do diferimento do equacionamento dos Déficits de 2013 e de 2015			(31.583)	[7]
(Perdas) / Ganhos atuariais no período = [1] - [2] - [3] - [4] - [5] - [6] - [7]			3.964	

Desta forma, a situação deficitária do Plano de Benefícios BD Eletrobrás passou de R\$ 122.915 mil para R\$ 603.895 mil, apresentando a seguinte composição:

	Composição
- Déficit Técnico em 31/12/2013	(326.585)
- Déficit Técnico em 31/12/2015	(209.558)
- Déficit Técnico em 31/12/2017	<u>(67.752)</u>
Déficit Técnico acumulado em 31/12/2017	(603.895)

Os déficits equacionados apurados em 31/12/2013 e 31/12/2015 foram evoluídos para 31/12/2017 e serão alvo de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") entre ELETROS e PREVIC, explicado com maiores detalhes nos parágrafos adiante. O déficit técnico apurado em 31/12/2017 está dentro dos limites estipulados pela CGPC nº 26/2008 e, portanto, não é necessário que seja elaborado um plano de equacionamento específico para o mesmo.

Os planos de equacionamento dos déficits técnicos de 2013 e 2015 estão sendo alterados, por isso foram transferidos da rubrica "Provisões Matemáticas a Constituir" para "Déficit técnico acumulado".

Esta alteração visa atendimento às deliberações da 333ª reunião do Conselho Deliberativo - CDE, realizada em 01/12/2017, quando foram aprovadas, avaliação e implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST (conforme carta da Eletrobras - CTA-DJ-2622/17 de 22/09/2017) - e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC (Parecer Previc 42/2017) - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle e criação do grupo de trabalho com representantes da ELETROS e das patrocinadoras Eletrobras e Cepel para acompanhar as alterações nos planos de equacionamento de 2013 e 2015, com a aprovação da celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 o qual atribui à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados "blindados", e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

O artigo 61 foi objeto de questionamento da SEST durante a fase de análise do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013. O entendimento da Secretaria era de que a patrocinadora não podia assumir a responsabilidade exclusiva de pagamento de contribuições extraordinárias sem paridade com os assistidos.

O assunto foi submetido à análise da PREVIC, órgão de supervisão das entidades de previdência complementar, que respondeu à SEST corroborando as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União - Conjur/AGU que classificara o artigo 61 do Plano BD Eletrobrás como inconstitucional e ilegal.

A resposta da PREVIC fundamentou a decisão da SEST de não aprovar os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015, recomendando à patrocinadora Eletrobras, providências junto à ELETROS para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no âmbito da PREVIC.

Em 27/12/2017, a ELETROS recebeu da PREVIC-RJ o Ofício número 244/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, em resposta (Carta DEE-005/2016) a ELETROS informou acerca das medidas por ela adotadas, referentes ao equacionamento do resultado deficitário do Plano BD Eletrobrás, relativo ao exercício de 2013 que, até aquela data, estava pendente de aprovação por parte da SEST, em virtude da existência de dúvidas quanto à legalidade do art. 61 do referido plano de benefícios.

Em 06/02/2018, a ELETROS enviou à PREVIC-RJ a Carta PR-013/2018, em resposta ao referido Ofício, encaminhando a Minuta de Termo de Ajuste de Conduta - TAC com a forma e prazos relativos à revisão dos aludidos planos de equacionamento de déficit, bem como cronograma de trabalho a ela relacionada, conforme decisão tomada pelo CDE, em sua 338ª Reunião, de 02/02/2018.

Em 27/02/2018, a ELETROS recebeu a resposta, por meio do Ofício número 33/2018/ERRJ/DIFIS/PREVIC, à Carta PR-013/2018, por meio da qual, a PREVIC constatou um avanço nas tratativas, vislumbrando-se numa prerrogativa em se conceder um prazo adicional de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento do Ofício, para que a ELETROS apresente ao Escritório da PREVIC no Rio de Janeiro a proposta de TAC aprovada pelas instâncias competentes onde conste o cronograma final para atender aos ajustes determinados pela Autarquia.

Em relação ao déficit referente ao exercício de 2011, registra-se que o plano de equacionamento está em vigor e vem sendo regularmente pago pelas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, sendo que o mesmo será estudado no âmbito do cumprimento do TAC.

12.5.2 Composição das Provisões Matemáticas – Plano CD Eletrobrás

Plano CD Eletrobrás		
	31.12.17	31.12.16
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,65% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) No cálculo do benefício é utilizada a composição familiar real declarada pelo mesmo para todos, com exceção dos benefícios BPDS. Para a Parcela BPDS: Para os ativos adota-se hipótese de que 85% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para assistidos os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmos reconhecidos pela Previdência Oficial.

OBS 1: No BPDS e na Renda Vitalícia o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pelo recálculo anual.

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Provisões Matemáticas	1.770.397	1.599.503
Benefícios concedidos	884.672	782.629
Contribuição definida	601.930	529.728
Benefício definido	282.742	252.901
Benefício a conceder	892.880	826.136
Contribuição definida	803.743	722.978
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	483.825	443.844
Saldo de contas - Parcela participantes	319.919	279.134
Benefício definido	89.136	103.158
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(7.155)	(9.262)
(-) Serviço passado	(7.155)	(9.262)
(-) Patrocinador(es)	(7.155)	(9.262)
Equilíbrio Técnico	(3.952)	(7.665)
Resultados Realizados	(3.952)	(7.665)
(-) Deficit técnico acumulado	(3.952)	(7.665)

O resultado apresentado, Deficit Técnico, foi de R\$ 3.952 e foi calculado considerando a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015. Desse valor, R\$ 4.116 mil referem-se à Parcela BPDS, enquanto a Parcela de Renda Vitalícia apresentou um resultado positivo de R\$ 164 mil.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Na modalidade "CD Puro" houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

Plano CV ONS

	31.12.17	31.12.16
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,65% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

12.5.3 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CV ONS

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Provisões Matemáticas	514.265	433.981
Benefícios concedidos	72.860	50.394
Contribuição definida	72.860	50.394
Benefício a conceder	441.405	383.587
Contribuição definida	441.405	383.587
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	198.846	172.159
Saldo de contas - Parcela participantes	242.559	211.428

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

Plano CV EPE

	31.12.17	31.12.16
Taxa real anual de Juros	5,25%	5,65%
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

12.5.4 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CV EPE

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Provisões Matemáticas	73.055	60.935
Benefícios concedidos	7.268	5.507
Contribuição definida	7.268	5.507
Benefício a conceder	65.787	55.428
Contribuição definida	65.787	55.428
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	30.069	25.305
Saldo de contas - Parcela participantes	35.718	30.123

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

Plano CD CERON

	31.12.16	31.12.15
Taxa real anual de Juros	4,40%	4,80%
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Não Aplicável	Não Aplicável

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

12.5.5 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD CERON

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Provisões Matemáticas	77.013	58.848
Benefícios concedidos	2.385	2.228
Contribuição definida	2.385	2.228
Benefício a conceder	74.629	56.620
Contribuição definida	74.628	56.620
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	36.648	27.733
Saldo de contas - Parcela participantes	37.980	28.887

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

13 Fundos

13.1 Fundos previdenciais

	Exercício findo em	
	31.12.17	31.12.16
Fundos previdenciais		
Fundo de risco	43.114	34.799
Fundo de reversão do Patrocinador	2.963	2.286
Total	46.077	37.085

Para o Plano CD Eletrobrás:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não forem objeto de Resgate a partir de 1º de janeiro de 2017.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;
- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CV EPE:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.

- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CV ONS:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016. O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.

Em consonância com a nota técnica vigente, o Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CD CERON:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.

- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Ceron que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.2 Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 8.073 mil em 2017 (R\$ 10.473 mil em 2016) foram usados no custeio R\$ 4.499 mil em 2017 (R\$ 2.141 mil em 2016), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 93.570 mil em 2017 (R\$ 89.930 mil em 2016).

As despesas Administrativas da Eletros no exercício de 2017 e 2016 foram rateadas entre as gestões a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo do grupo Pessoal e Encargos de cada área na matriz do rateio.

O rateio das despesas administrativas Previdenciais foi baseado no número de participantes de cada plano de benefícios da Eletros, com a utilização de um critério de ponderação que atribui pesos de acordo com a categoria dos participantes nos respectivos planos de benefícios, considerando-se o grau de dificuldade e/ou volume de trabalho, dadas as suas características e operacionalidade. Consideramos também no critério o tempo de maturação dos planos de benefícios.

Para o rateio das despesas administrativas de investimentos foi utilizado o critério que baseia-se no patrimônio de cada plano proporcional à totalidade dos recursos garantidores administrados pela ELETROS.

13.3 Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos tem como fonte de recursos a taxa prestamista e a rentabilidade do próprio fundo, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.955 mil (R\$ 10.236 mil em 2016).

14 Outras informações

14.1 Ajustes de precificação de ativos

Com a divulgação das Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, a PREVIC divulgou a Instrução nº 19, de 05 de fevereiro de 2015 contemplando as seguintes abordagens: duração do passivo, taxa de juros parâmetro e o ajuste de precificação de ativos.

Complementando as regras contidas na Resolução nº 16/2014, a Instrução nº 19/2015 dispõe sobre os critérios a serem seguidos pelas EFPC para a realização de precificação de ativo, para os títulos que estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios BD ELETROBRAS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação

Ajuste de precificação							
NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,65%	Valor Curva 5,65%	Diferença
15/05/55	10.000	6,8614	2,7222	27.222	3,2287	32.288	5.066
15/08/50	10.374	6,5181	2,9030	30.116	3,2654	33.876	3.760
15/08/40	30.000	6,4900	2,9379	88.138	3,2413	97.240	9.102
15/08/26	10.000	5,7925	3,1468	31.468	3,1755	31.755	287
15/08/24	786	5,9993	3,1062	2.442	3,1625	2.486	44
15/08/24	20.000	7,3246	2,9042	58.084	3,1625	63.251	5.167
15/05/23	1.700	6,0291	3,0581	5.199	3,1092	5.286	87
15/08/22	1.100	6,0590	3,0982	3.408	3,1466	3.461	53
	83.960	6,3842	-	246.077	-	269.643	23.566
NTN-C							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,65%	Valor Curva 5,65%	Diferença
01/01/31	55.345	6,1587	5,5779	308.710	5,7914	320.526	11.816
	55.345	6,1587	-	308.710	-	320.526	11.816
Total	139.305	6,3591	-	554.787	-	590.169	35.382

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano BD ELETROBRÁS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	<u>BD Eletrobrás</u>	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.17	31.12.16
a) Resultado Realizado	(603.895)	(122.914)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(603.895)	(122.914)
b) Ajuste de Precificação	35.382	37.332
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(568.513)	(85.582)

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios CD ELETROBRAS - parcela BPDS, conforme demonstramos abaixo:

<u>Ajuste de precificação</u>							
NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,25%	Valor Curva 5,25%	Diferença
15/08/50	5.000	7,0996	2,6962	13.481	3,4580	17.290	3.809
15/05/45	2.100	6,1800	2,9957	6.291	3,3883	7.115	824
15/08/40	100	5,9987	3,1099	311	3,4025	340	29
15/08/40	1.000	6,0500	3,0912	3.091	3,4025	3.402	311
15/05/35	10.000	7,3815	2,6674	26.675	3,3164	33.164	6.489
15/08/30	91	5,7234	3,1812	289	3,3114	301	12
15/08/26	5.700	6,3384	3,0399	17.328	3,2579	18.570	1.242
15/08/24	5.000	6,2540	3,0660	15.330	3,2287	16.144	814
15/05/23	4.000	6,3942	3,0099	12.040	3,1644	12.658	618
15/08/22	905	6,3295	3,0667	2.775	3,1949	2.891	116
15/08/22	1.895	6,4822	3,0491	5.778	3,1949	6.054	276
15/05/21	3.500	6,5083	3,0158	10.555	3,1279	10.948	393
15/08/20	1.800	6,1200	3,0949	5.571	3,1570	5.683	112
	41.091	6,4280	-	119.515	-	134.560	15.045

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano CD ELETROBRÁS - parcela BPDS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	<u>CD Eletrobrás</u>	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.17	31.12.16
a) Resultado Realizado	(4.116)	(7.866)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(4.116)	(7.866)
b) Ajuste de Precificação	15.045	11.008
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	10.929	3.142

15 Apresentação dos efeitos da consolidação

Consolidação de Balanetes									
31.12.17									
Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	5	10	1	7	5	5	-	-	33
Realizável	2.008.219	1.833.713	119.832	77.456	526.298	84.680	-	93.552	4.556.646
Gestão Previdencial	17.235	895	-	-	-	-	-	-	18.130
Gestão Administrativa	57.421	28.929	26.555	591	3.371	3.192	-	93.552	26.507
Investimentos	1.933.563	1.803.889	93.277	76.865	522.927	81.488	-	-	4.512.009
Permanente	-	-	1.020	-	-	-	-	-	1.020
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	27.386
Total do Ativo	2.008.224	1.833.823	120.853	77.463	526.303	84.685	-	93.552	4.585.085
Exigível Operacional	4.399	1.596	10.246	108	562	187	48	-	17.050
Gestão Previdencial	4.353	1.586	-	107	561	187	48	-	6.746
Gestão Administrativa	-	-	10.246	-	-	-	-	-	10.246
Investimentos	46	10	-	1	1	-	-	-	58
Exigível Contingencial	14.861	1.488	17.103	-	-	-	-	-	33.452
Gestão Previdencial	12.104	654	-	-	-	-	-	-	12.758
Gestão Administrativa	-	-	17.103	-	-	-	-	-	17.103
Investimentos	2.757	834	-	-	-	-	-	-	3.591
Patrimônio Social	1.988.964	1.830.639	93.504	77.355	525.741	84.498	93.504	-	4.507.197
Patrimônio de Cobertura	1.924.827	1.766.498	-	73.056	514.265	77.015	-	-	4.355.661
Fundos	64.137	64.141	93.504	4.299	11.476	7.483	93.504	-	151.536
Previdenciais	-	30.655	-	3.695	7.436	4.291	-	-	46.077
Administrativos	57.422	28.929	93.504	590	3.371	3.192	93.504	-	93.504
Investimentos	6.715	4.557	-	14	669	-	-	-	11.955
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	27.386
Total do Passivo	2.008.224	1.833.723	120.853	77.463	526.303	84.685	93.552	-	4.485.085

Consolidação de Balanetes

31.12.16

Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	100	83	2.263	7	10	11	-	-	2.474
Realizável	2.084.503	1.652.481	111.119	64.115	443.140	64.437	-	92.788	4.327.007
Gestão Previdencial	112.361	932	-	-	-	-	-	-	113.293
Gestão Administrativa	58.603	26.221	26.258	517	2.338	2.251	-	92.788	23.400
Investimentos	1.913.539	1.625.328	84.861	63.598	440.802	62.186	-	-	4.190.314
Permanente	-	-	1.300	-	-	-	-	-	1.300
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	23.802
Total do Ativo	2.084.603	1.652.564	114.682	64.122	443.150	64.448	-	92.788	4.354.583
Exigível Operacional	7.084	1.118	10.688	142	523	243	2.858	-	16.940
Gestão Previdencial	7.054	1.100	-	141	520	243	2.858	-	6.200
Gestão Administrativa	-	-	10.686	-	-	-	-	-	10.686
Investimentos	30	18	2	1	3	-	-	-	54
Exigível Contingencial	11.864	4.211	14.064	-	-	-	-	-	30.139
Gestão Previdencial	9.211	3.406	-	-	-	-	-	-	12.617
Gestão Administrativa	-	-	14.064	-	-	-	-	-	14.064
Investimentos	2.653	805	-	-	-	-	-	-	3.458
Patrimônio Social	2.065.655	1.647.235	89.930	63.980	442.627	64.205	89.930	-	4.283.702
Patrimônio de Cobertura	2.000.848	1.591.840	-	60.935	433.981	58.848	-	-	4.146.452
Fundos	64.807	55.395	89.930	3.045	8.646	5.357	89.930	-	137.250
Previdenciais	-	25.713	-	2.522	5.745	3.105	-	-	37.085
Administrativos	58.603	26.221	89.930	516	2.338	2.252	89.930	-	89.930
Investimentos	6.204	3.461	-	7	563	-	-	-	10.235
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	23.802
Total do Passivo	2.084.603	1.652.564	114.682	64.122	443.150	64.448	92.788	-	4.354.583

Diretoria Executiva

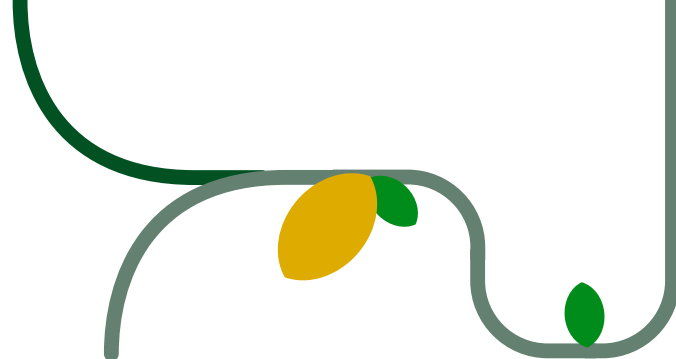
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3



1. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – BD ELETROBRÁS; no Parecer e Demonstrações Atuariais emitidos pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Variável – CV ONS, sobre o Plano EPE e no Parecer Atuarial sobre o Plano de Contribuição Definida – CD CERON, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

José Carlos Nunes Bianco

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Paula Prado Rodrigues Couto

2. RESUMO DA ATA (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NA 340ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADA EM 26/03/2018:

“PARA DELIBERAÇÃO: BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DA ELETROS DO EXERCÍCIO DE 2017- PREVIDÊNCIA – COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE- DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE: à unanimidade dos presentes, com base na Apresentação da KPMG, na Proposta da Diretoria Executiva nº 005, de 20/03/2018, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios relativas ao exercício de 2017, que consideram a decisão tomada na 333ª Reunião do CDE de 01/12/2017, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, determinando que tais documentos sejam disponibilizados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e a informação seja disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.

PARA DELIBERAÇÃO: BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DO PLANO ELETROS-SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2017 – PLANO ELETROS-SAÚDE – COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE – Após feita a Apresentação em conjunto com a ELETROS, o CDE tomou a seguinte DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, com base na Proposta da Diretoria Executiva nº 005, de

20/03/2018, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (Eletros-Saúde), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, determinando que tais documentos sejam disponibilizados à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.”

“...DEMONSTRAÇÃO E PARECER ATUARIAL DO PLANO BD:

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano BD Eletrobrás e decisão do CDE tomada na 333ª Reunião, de 01/12/2017. Determinou que tal documento seja encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

“...DEMONSTRAÇÃO E PARECER ATUARIAL DO PLANO BD:

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano BD Eletrobrás e decisão do CDE tomada na 333ª Reunião, de 01/12/2017. Determinou que tal documento

seja encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

PARA DELIBERAÇÃO: DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS INCLUINDO PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS CDs E CVs:

- DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CD Eletrobrás, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD Eletrobrás.

- DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CV ONS, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV ONS.

- DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano EPE, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano EPE.

- DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 15/03/2018, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano CD CERON, referente ao exercício de 2017, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2018, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD CERON.

DETERMINAÇÃO DO CDE COMUM ÀS DEMONSTRAÇÕES/PARECERES ATURIAIS APROVADOS:

Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.”

Jailson José Medeiros Alves

Presidente

Alice Valderez de Andrade Salomão

Carol Sampaio Diogo de Siqueira

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Paulo Sergio Petis Fernandes

Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira

Secretária-Geral (Especialista)

Assessoria aos Órgãos Estatutários

CAPÍTULO 4

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7

Parecer Atuarial por Plano
Plano BD ELETROBRÁS

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/10/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Eletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás são: CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras SA.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 2.574, de 23/10/2008.

O Plano de Benefícios BD Eletrobrás encontra-se em extinção desde 01 de abril de 2006, estando fechado a novas adesões de participantes.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/12/2017
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	189
Idade média (em anos)	55
Tempo de serviço médio (em anos)	25
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	20

Benefícios Concedidos	31/12/2017
Número de aposentados válidos	1.138
Idade média (em anos)	72
Valor médio do benefício	12.310

Benefícios Concedidos	31/12/2017
Número de aposentados inválidos	47
Idade média (em anos)	66
Valor médio do benefício	5.280
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	128
Idade média (em anos)	69
Valor médio do benefício	7.966
Número de pensionistas (grupos familiares)	373
Idade média (em anos)	71
Valor médio do benefício	8.313

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa Real Anual de Juros	5,65% a.a.	5,65% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	97%	97%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic ¹	AT-2000 Basic ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas		
• Aposentados	Dependente vitalício mais novo informado	Dependente vitalício mais novo informado
• Pensionistas	Dependente vitalício e dependente temporário mais novos, e quantidade de dependentes informados	Dependente vitalício e dependente temporário mais novos, e quantidade de dependentes informados

Hipóteses Atuariais	2017	2016
• Benefícios a conceder	75% casados com mulher 4 anos mais nova que o homem	75% casados com mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ Segregada por sexo

Em 2017, assim como nos exercícios anteriores, a Willis Towers Watson foi contratada pela Eletros para analisar a aderência das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade à população de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, assim como a hipótese de crescimento real dos salários, visando atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015. A Willis Towers Watson também efetuou estudo da taxa real anual de juros que deverá ser utilizada como taxa de desconto.

O estudo de aderência das demais hipóteses realizado em Outubro/2016 ainda se encontra válido, de acordo com o disposto no § 6º do Art.3º da Instrução nº23/2015.

Os estudos de aderência acima foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Instrução nº 23/2015 e a Portaria nº375/2017, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31/12/2016, elaborados com as hipóteses apresentadas no Parecer Atuarial de 2016 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, indicam significativa capacidade de rentabilização dos ativos classificados como "para negociação" a 5,50% a.a. na média, e dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento" a 5,84% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 53% (o intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015 é de 50%), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,65% a.a.(mesma taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial de 2016). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375/2017 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,66%).

O referido estudo foi submetido para aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Eletros, e foi aprovado por meio de parecer pelo Conselho Fiscal da Entidade.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

A Entidade optou pela utilização da taxa de juros de 5,65% a.a. (cinco vírgula sessenta e cinco por cento ao ano) na avaliação atuarial de 2017.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salários deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, realizou em setembro de 2017, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2017 reflete o resultado desse estudo.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). A indicação da hipótese foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Eletros e aprovado em parecer pelo Conselho Fiscal.

Projeção do crescimento real dos benefícios

A taxa de projeção do crescimento real dos benefícios deve ser baseada na expectativa de existência de um "spread" entre o indexador de plano, que baliza a hipótese do retorno dos investimentos e o índice que determina o reajuste dos benefícios de modo a refletir o aumento ou redução médio real concedido aos benefícios.

Com base no regulamento desse plano, não há previsão de aumentos reais dos benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% reflete o resultado do estudo de aderência realizado em outubro/2016.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, foram realizados estudos de aderência em setembro de 2017.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados em 2017 indicaram pela manutenção das hipóteses utilizadas em 2016.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios/institutos do Plano de Benefícios BD Eletrobrás são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2016.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 1.988.968.198,93.

De acordo com informações prestadas pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, o Plano de Benefícios BD Eletrobrás possui títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva) e estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002 permitindo a manutenção de títulos mantidos até o vencimento. Esses estudos não foram objeto de análise pela Willis Towers Watson.

O balancete da Eletros relativo ao Plano de Benefícios BD Eletrobrás apresenta o valor do ativo a integralizar em 31/12/2017 correspondente à dívida assumida pelas patrocinadoras no valor de R\$9.839.425,21. Conforme informado pela Eletros, a dívida assumida pelas patrocinadoras refere-se a: integralização da reserva matemática proveniente de ganho de tempo de serviço em atividade

especial (contrato firmado junto ao CEPEL), integralização de reserva matemática proveniente de desbloqueio do Salário Real de Benefício – SRB (contrato firmado junto ao CEPEL) e integralização de reserva matemática e restituição de recursos desembolsados pela Eletros em função de processo judicial (contrato firmado junto à Eletrobras).

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Eletros.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.924.831.109,32
Provisões Matemáticas	2.528.726.073,32
■ <i>Benefícios Concedidos</i>	2.405.001.177,00
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.405.001.177,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.999.469.571,00
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	405.531.606,00
■ <i>Benefícios a Conceder</i>	212.280.926,22
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	206.702.442,56
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	238.097.736,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(15.697.646,72)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(15.697.646,72)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.578.483,66
– Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.456.677,00
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(439.096,67)
– Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(439.096,67)
■ <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(88.556.029,90)
– <i>Serviço Passado</i>	(63.890.954,51)
– Atividade Especial	(18.968.302,53)
– Artigo 61	(44.922.651,98)
– <i>Deficit Equacionado 2011</i>	(24.665.075,39)
– Patrocinadores	(8.187.839,94)
– Participantes	(2.184.324,62)
– Assistidos	(14.292.910,83)
Equilíbrio Técnico	(603.894.964,00)
■ <i>Resultados Realizados</i>	(603.894.964,00)

	Valores em R\$
– Deficit Técnico Acumulado	(603.894.964,00)
– Deficit Técnico 2013	(326.584.571,80)
– Deficit Técnico 2015	(209.557.988,80)
– Deficit Técnico 2017	(67.752.403,40)
■ <i>Resultados a Realizar</i>	0,00
Fundos	64.137.089,61
■ Fundo da Gestão Administrativa	57.421.885,14
■ Fundo dos Investimentos	6.715.204,47

O Fundo da Gestão Administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros, sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimento de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento.

O valor de R\$18.968.302,53 em 31/12/2017 alocado na Conta Serviço Passado – Atividade Especial foi informado pela Eletros e deverá ser integralizado pela patrocinadora.

Em 29/12/2011 foi firmado o Termo de Compromisso entre a Eletrobrás e a Eletros para cobertura do deficit oriundo dos compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. O referido termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do plano, em 31 de março de 2006). O valor apurado em 31/12/2011 e posicionado em 31/12/2017 está denominado na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado – Artigo 61".

Adicionalmente, em 29/12/2011 foram celebrados Termos de Compromisso entre a Eletrobras e a Eletros e entre o Cepel e a Eletros, referentes aos deficits que cabem às patrocinadoras relativos aos participantes e assistidos não abrangidos pelo disposto no parágrafo segundo do Artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. As patrocinadoras e os participantes e assistidos (excluindo os pensionistas) são responsáveis por esse déficit, de forma paritária. O termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente aos deficits que cabem às patrocinadoras, não abrangidos os deficits referentes ao Artigo 61 do regulamento. O valor apurado em 31/12/2011 e posicionado em 31/12/2017 está denominado na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Deficit Equacionado 2011".

O deficit equacionado de 2011 foi segregado entre patrocinadoras, participantes e assistidos na data de sua apuração.

Fato relevante ocorreu no segundo semestre de 2017 quando a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST manifestou sua opinião com relação ao artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, demonstrando o entendimento de que a patrocinadora não poderia assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de contribuições

extraordinárias sem paridade com os assistidos. O assunto foi submetido à análise da PREVIC, a qual corroborou as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União, que classificou o artigo 61 como inconstitucional e ilegal.

A SEST, fundamentada no Parecer da PREVIC Nº 42/2017/CAJ/CGCJ/PF-PREVIC/PGF/AGU, decidiu não aprovar os planos de equacionamentos de 2013 e 2015, recomendando à Eletrobras providências junto a Eletros para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito da PREVIC.

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo – CDE, realizada em 01/12/2017, foi aprovada a avaliação e a implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle. Dessa forma, o CDE aprovou que fossem refeitos os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 para atribuir à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados "blindados", e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

Adicionalmente, em 26 de dezembro de 2017, a PREVIC, através do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC, determinou que Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamentos de déficit vigentes em 60 dias, haja vista a nulidade do segundo parágrafo do artigo 61.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Eletros em 02/02/2018 foi aprovada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Adicionalmente, foi aprovada a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária referente ao equacionamento dos deficits de 2013 e 2015 para assistidos, patrocinadores, ativos, participantes em benefício proporcional diferido e pensionistas, a partir de abril/2018 até que seja aprovado o Termo de Ajuste de Conduta que será negociado com a PREVIC. Nessa mesma reunião foi aprovada a manutenção da contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011.

Na minuta do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que foi encaminhado pela Eletros à PREVIC em fevereiro de 2018, os deficits a serem equacionados de 2013 e 2015, apurados em 31/12/2013 e em 31/12/2015, respectivamente, de acordo com a legislação vigente em cada data, foram evoluídos para 31/12/2017 pela meta atuarial e serão segregados entre participantes e patrocinadoras e apurado o plano de custeio para os mesmos. Ressaltamos que desses valores posicionados em 31/12/2017 não foram descontadas as contribuições realizadas e os mesmos estão alocados na conta de Deficit Técnico em 31/12/2017, denominados como Deficit Técnico 2013 e Deficit Técnico 2015. Relativamente aos deficits de 2013 e 2015, as contribuições amortizantes realizadas pelas patrocinadoras, participantes e assistidos serão apuradas ao longo do exercício de 2018, originando créditos para as partes envolvidas.

Ajuste de Precificação

De acordo com o artigo 28 – A da Resolução CGPC nº 26/2008, o valor do Ajuste de Precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,65% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

Considerando que o plano apresenta resultado deficitário em 31/12/2017, será obrigatória a aplicação do ajuste de precificação para equacionamento do deficit. Dessa forma, foi calculado e informado pela Eletros o valor de R\$35.381.758,87 de Ajuste de Precificação para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Limites de Equacionamento de Deficit

De acordo com o art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, deverá ser equacionado o valor do deficit técnico superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- Limite de Deficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo do plano – 4) x Provisões Matemáticas

De acordo com o Parágrafo 5º do art. 28 da referida legislação, entende-se por Provisões Matemáticas as parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

Para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás, temos:

Duração	Limite pela formula %	Limite do Deficit
9,33	1% x (9,33– 4) = 5,33%	R\$ 134.781.099,71

Apresentamos abaixo a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, considerando a aplicação do Ajuste de Precificação apenas sobre o novo deficit técnico apurado em 31/12/2017 após descontar os deficits atualizados de 2013 e 2015 que serão objetos do TAC:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valores em R\$
a) Deficit Técnico Acumulado	(603.894.964,00)
a.1) Deficit Técnico 2013	(326.584.571,80)
a.2) Deficit Técnico 2015	(209.557.988,80)
b) Deficit Técnico apurado em 31/12/2017	(67.752.403,40)
c) Ajuste de Precificação (Resolução 16/2014)	35.381.758,87
Equilíbrio Técnico Ajustado = (b + c)	(32.370.644,53)

O equilíbrio técnico ajustado negativo, apurado em 31/12/2017 conforme tabela acima, é inferior ao limite de R\$134.781.099,71 para equacionamento do deficit. Desta forma, não há novo deficit em

31/12/2017 a ser equacionado e a totalidade da insuficiência apurada foi alocada na conta de Deficit Técnico - 2017.

VII – Variação do Passivo Atuarial

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 atualizado para 31/12/2017 pelo método de recorrência:

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	2.617.282.103,22	2.606.815.528,92	0,40%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.405.001.177,00	2.397.770.050,23	0,30%
<i>Benefícios a Conceder</i>	212.280.926,22	209.045.478,69	1,55%

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2017 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VIII – Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a março de 2018 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2017. No período de abril de 2018 a março de 2019, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos tem o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Além das contribuições normais definidas acima, deverão ser efetuadas as seguintes contribuições extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, a vigorar a partir de abril/2018.

A sobrecarga administrativa de 3% incide sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Valores Mensais em R\$ (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2017
Serviço Passado – Eletrobras			
Artigo 61	1.981.070,63	2.040.502,75	2 anos
Deficit Equacionado 2011			
Patrocinadoras	361.080,40	371.912,81	2 anos

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor quando da aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que está sendo elaborado pela Eletros.

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	% da Folha (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2017
Deficit Equacionado 2011				
Participantes ativos	1.155.933,90	3,48% ¹	3,59% ¹	2 anos
Assistidos – não amparados artigo 61	1.164.904,68	2,92% ²	3,00% ²	20 anos e 6 meses

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2017: R\$33.190.455.

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2017 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$39.947.789.

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobrás e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. O prazo remanescente de equacionamento em 31/12/2017 é de 2 anos para o deficit apurado em 2011, conforme o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a

Eletros. As contribuições foram apuradas considerando esse prazo e a taxa de juros de 5,65% a.a., e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes ao deficit paritário equacionado de 2011 de responsabilidade das patrocinadoras foram apuradas considerando o prazo remanescente de equacionamento em 31/12/2017 de 2 anos.

Os valores apresentados na Tabela 3 referentes às contribuições da patrocinadora deverão ser atualizados mensalmente pela variação da URE.

Adicionalmente, a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – Atividade Especial na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos é de 2 anos em 31/12/2017, conforme determinado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, resultando na contribuição de 3,48% do salário real de contribuição, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Assistidos

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 20 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2017, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2014, resultando na contribuição de 2,92% da folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61, não considerando os pensionistas.

Autopatrocinados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve contribuir com as contribuições relativas à parcela de benefícios a conceder do deficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a 1,17% sobre o respectivo salário real de contribuição.

A sobrecarga administrativa de 3% incidirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Apresentamos na Tabela 4 a seguir, o comparativo dos percentuais indicados para 2017 com os que deverão ser praticados em 2018, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do artigo 61, incluindo as contribuições para despesa administrativa:

Tabela 4 - Taxas de Contribuição em % da folha de participação/benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
<i>Patrocinadoras</i>		
Normal	14,24% ¹	14,04%
Deficit Equacionado 2011	13,45% ¹	14,46%
Contribuição Total das Patrocinadoras	27,69%	28,50%
<i>Participantes Ativos</i>		
Normal	14,24% ¹	14,04%
Deficit Equacionado 2011	3,59% ¹	4,09%
Contribuição Total dos Participantes Ativos	17,83%	18,13%
<i>Participantes Assistidos</i>		
Normal	7,83% ³	8,26%
Deficit Equacionado 2011	3,00% ⁴	3,30%
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	10,83%	11,56%

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2017: R\$33.190.455.

³ Percentual apurado com base folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2017 (não considerando os pensionistas): R\$199.197.714.

⁴ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2017 não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas): R\$39.947.789.

Os percentuais referentes à amortização dos deficits de 2013 e 2015 não estão sendo apresentados, uma vez que os mesmos serão revistos conforme o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que está sendo elaborado pela Eletros.

IX – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, informamos que o plano apresentou em 31/12/2017 um Deficit Técnico Acumulado no valor de R\$603.894.964,00. Deste deficit, R\$326.584.571,80 e R\$209.557.988,80 são referentes aos deficits equacionados de 2013 e 2015, respectivamente, cujo custeio será revisto conforme o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC que está sendo elaborado pela Eletros. O restante do deficit no valor de R\$67.752.403,40 é inferior ao limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CNPC nº 22/2015.

O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e daquele que será apresentado no TAC. É imprescindível a aprovação do TAC encaminhado para a Previc para que fiquem canceladas as regras de equacionamento dos deficits atuais e de eventuais supervenientes.

A aumento do deficit técnico em 31/12/2017 quando comparado ao deficit técnico de 31/12/2016 decorre principalmente da manifestação da SEST e PREVIC para rever os deficits equacionados de 2013 e 2015, alocados em deficit técnico até a aprovação do TAC. Os valores dos deficits equacionados de 2013 e 2015 foram evoluídos para 31/12/2017 sem considerar as contribuições pagas para os mesmos e pela meta atuarial.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.


Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018



Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930



Valéria Amadeu Monteiro
MIBA nº 845

CAPÍTULO 4

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7



Parecer Atuarial por Plano
Plano CD ELETROBRÁS

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS– 31/12/2017

Plano CD ELETROBRÁS – CNPB: 2006.0015-74

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	1156
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 20.066.526,86
Idade Média (Anos):	46,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinaados:	49
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 558.195,46
Idade Média (Anos):	49,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	85
Idade Média (Anos):	47,00

- Benefícios Concedidos:

- BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	192
Idade Média dos Assistidos (Anos):	64,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 8.780,97

- CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00

- CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	42,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 1.147.665,14

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	56
Idade Média dos Assistidos (Anos):	46,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.536,39

- RENDA MENSAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	56,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.166,16

- RENDA PROGRAMADA REVERSÍVEL EM RENDA VITALÍCIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	396
Idade Média dos Assistidos (Anos):	64,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 7.767,39

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido saldado	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A “Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas” é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da “Parcela BPDS”.

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

A hipótese de taxa real de juros de 5,65% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 5,25% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (12,09%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (7,84%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "CD Puro ELETROS" onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. A rentabilidade desse Patrimônio foi de 11,06% e, também, superou a meta atuarial (7,84%). Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Empréstimos e Imóveis foram positivos em 24,46%, 10,63%, 8,77% e 3,37%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "CD Puro ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 22,60% (11,30% para os participantes e 11,30% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 21,94% (10,97% para os participantes e 10,97% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas

nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2018 de 4,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 2,00%, a partir de abril de 2018, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Varição das provisões matemáticas:

O Patrimônio do Plano CD ELETROBRÁS é composto por 3 parcelas com características distintas, a saber:

- “Parcela BPDS”: Parcela do patrimônio que faz jus ao compromisso do Plano com o grupo de Participantes que, durante o período de migração para este Plano, optaram pelo saldamento de seus benefícios, total ou parcialmente, no Plano de origem (Plano BD Eletrobrás) e migraram as respectivas reservas para este Plano. Essa Parcela contempla também os Participantes que entraram em gozo do benefício do BPDS após a migração;
- “Parcela CV”: Parcela do patrimônio composta pelos Fundos Previdenciais acrescidos dos saldos individuais dos Participantes e Assistidos, com exceção de assistidos em gozo de renda mensal vitalícia;
- “Parcela Renda Vitalícia”: Parcela do patrimônio que faz jus ao compromisso do Plano com o grupo de Assistidos que estão em gozo de renda mensal vitalícia.

A segregação virtual ocorre, pois, em caso de déficit em uma das parcelas, o possível custeio extraordinário estabelecido para equilíbrio atuarial deverá considerar as cláusulas específicas do Regulamento, os públicos envolvidos e os regimes financeiros e métodos atuariais específicos de cada uma das Parcelas.

A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

O resultado positivo no exercício relativo à "Parcela Renda Vitalícia" em 31/12/2017, no valor de R\$ 163.672,04 (I), ocorreu devido à existência de superávit no encerramento do exercício de 2016. Destacamos que o resultado positivo dessa Parcela seria ainda maior caso a premissa de taxa real de juros não fosse alterada de 5,65% a.a. para 5,25% a.a., conservadoramente, haja vista que a rentabilidade do Plano superou a meta atuarial em 2017.

O resultado negativo no exercício relativo à "Parcela BPDS" em 31/12/2017, no valor de R\$ 4.115.941,87 (II), ocorreu devido à existência de déficit no encerramento do exercício de 2016. Destacamos que o resultado negativo dessa Parcela seria ainda maior caso rentabilidade do Plano não tivesse superado a meta atuarial

em 2017, uma vez que, nesse exercício, a premissa de taxa real de juros foi alterada de 5,65% a.a. para 5,25% a.a., conservadoramente.

Em linha com o Art. 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008, e utilizando a planilha disponibilizada pela PREVIC, através da Portaria nº 80, de 26 de janeiro de 2018, foi apurado o Ajuste de Precificação positivo no valor de R\$ 15.045.333,09 (III). Em seguida, foi possível calcular o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo (IV), somente "Parcela BPDS", no valor de R\$ 10.929.391,22 (III - II).

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (IV), somente "Parcela BPDS", é positivo, entende-se que Déficit Técnico Acumulado dessa Parcela (II) é conjuntural e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão no exercício de 2018.

Destacamos que o Equilíbrio Técnico negativo apurado no encerramento do exercício de 2017 no valor de R\$ 3.952.269,83 (V) corresponde ao somatório dos Superávits / (Déficits) das Parcelas "Renda Vitalícia" e "BPDS" do Plano CD Eletrobrás (I e II). Enquanto o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo, em 31/12/2017, do Plano CD Eletrobrás, no valor de R\$ 11.093.063,26, corresponde ao somatório Equilíbrio Técnico negativo (V) e do Ajuste de Precificação positivo (III) supracitados.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

Conclusão:

A "Parcela CV" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a "Parcela Renda Vitalícia" encerrou o exercício de 2017 com superávit de R\$ 163.672,04, enquanto a "Parcela BPDS" encerrou este mesmo exercício com Déficit Técnico Acumulado de 4.115.941,87, resultando no Equilíbrio Técnico negativo apurado no valor de R\$ 3.952.269,83 para o Plano CD Eletrobrás.

No entanto, tendo em vista a apuração de Ajuste de Precificação positivo, posicionado em 31/12/2017, no valor de R\$ R\$ 15.045.333,09, foi apurado (nessa data) Equilíbrio Técnico Ajustado positivo no valor de R\$ 11.093.063,26. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2017 é conjuntural, haja vista o Ajuste de Precificação, e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar plano para equacionamento de déficit.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial

CAPÍTULO 4

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7

Parecer Atuarial por Plano
Plano CV ONS

PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS – 31/12/2017

Plano CV ONS – CNPB: 2000.0056-83

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	834
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 15.349.638,46
Idade Média (Anos):	45,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	61
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 567.731,21
Idade Média (Anos):	37,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	95
Idade Média (Anos):	40,00

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	8
Idade Média dos Assistidos (Anos):	51,2
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 9.441,53

- PECÚLIO POR INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00



- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	57,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 503.739,60

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	26
Idade Média dos Assistidos (Anos):	44,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.804,88

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	62,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 2.793,40

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	94
Idade Média dos Assistidos (Anos):	65,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.162,12

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.



Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 5,65% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 5,25% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (11,74%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (7,84%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS ELETROS", onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 24,46%, 10,63% e 9,10%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "ONS ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,99%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,95%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,48% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,49% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa equivale a 3,00% das contribuições normais de participante e Patrocinador, sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,50% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Analisando os dispêndios anuais relativos ao pagamento dos benefícios de auxílio-doença nos últimos 5 anos, indicamos que é razoável o ajuste no custeio para cobertura desse risco de 0,30% para 0,25%, incidentes sobre o salário para fins de contribuição. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da





vigência deste plano de custeio (abril de 2018), serão de 1,07% de responsabilidade da Patrocinadora (0,25% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante, em consonância com estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.

Varição das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2016 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

CAPÍTULO 4

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7

Parecer Atuarial por Plano
Plano CV EPE

PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE – 31/12/2017

Plano EPE – CNPB: 2009.0029-38

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	275
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 3.754.154,49
Idade Média (Anos):	40,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	26
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 351.190,48
Idade Média (Anos):	51,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	28
Idade Média (Anos):	41,00

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	12
Idade Média dos Assistidos (Anos):	40,60
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.797,94

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	15
Idade Média dos Assistidos (Anos):	68,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.615,86

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 5,65% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 5,25% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (12,13%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,65% (7,84%). Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 24,46%, 10,63% e 8,92%, respectivamente (valores nominais).



Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,80% (6,90% para os participantes e 6,90% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,60% (6,80% para os participantes e 6,80% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 10,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Há previsão de que no ano de 2018 será permitida aos participantes e assistidos a escolha de perfis de investimentos. Para aqueles que optarem por migrar do perfil "EPE ELETROS" para qualquer um dos demais perfis que forem criados, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais poderá ser revista, bem como a incidência de taxa de administração sobre os investimentos.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2017 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.



Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

CAPÍTULO 4

Pareceres

Relatório anual

2 0 1 7

Parecer Atuarial por Plano
Plano CD CERON

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON – 31/12/2017

Plano CD CERON – CNPB: 2011.0015-11

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2017.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2017, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	578
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 6.376.196,38
Idade Média (Anos):	48,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	8
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 63.249,78
Idade Média (Anos):	45,00

Quantidade de Participantes em BPD (aguardando):	23
Idade Média (Anos):	52,00

- Benefícios Concedidos:

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	10
Idade Média dos Assistidos (Anos):	35,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 615,47

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	68,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.254,01



- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ -

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	8
Idade Média dos Assistidos (Anos):	61,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 1.467,80

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,40%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 4,80% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2016, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017, para a taxa de 4,40% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e pela política de investimentos da Fundação.



Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (11,13%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 4,80% (6,97%). Para 2018, projetou-se INPC em 4,40%.

O resultado acumulado no ano de 2017 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 24,46% e 10,59%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,88% (7,94% para os participantes e 7,94% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,60% (7,80% para os participantes e 7,80% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,80% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 280,39 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.



Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

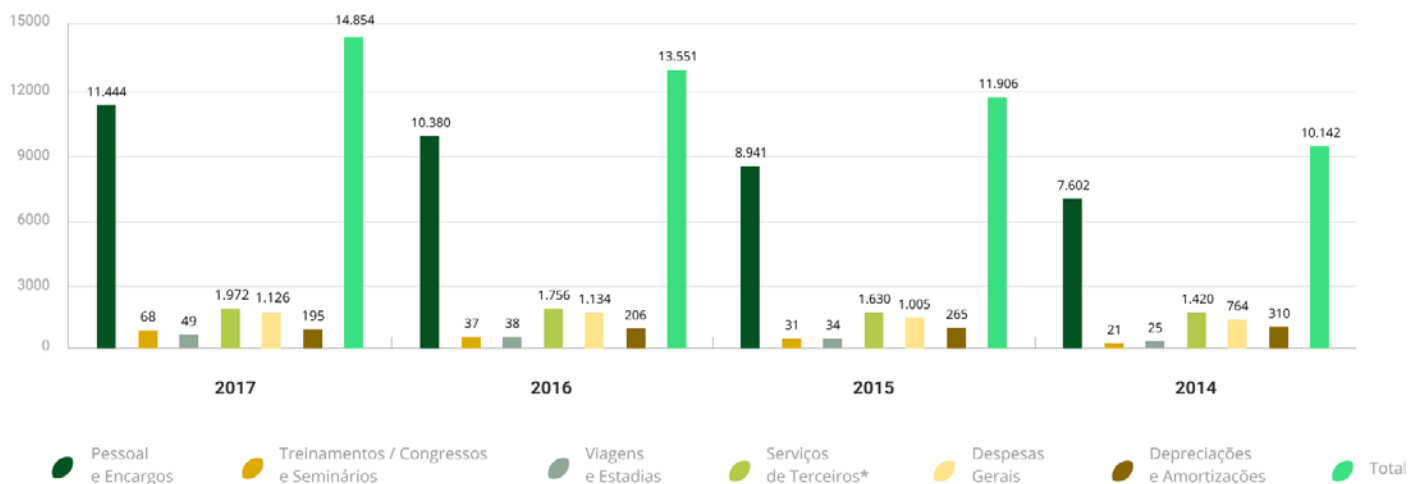
Despesas

CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)

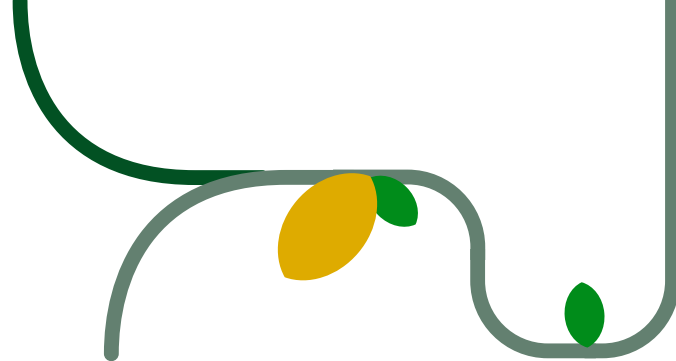
Despesas Diretas de Investimentos	Total	Fundos RF	Fundos RV	Carteira própria	Estruturado
Controladoria	81	50	5	26	0
Gestão	2.022	310	1.455	17	240
Custódia	395	199	21	174	1
CVM	184	129	53	0	1
CETIP	287	81	54	150	3
CBLC	18	0	7	11	0
SELIC	81	51	3	27	0
ANBIMA	22	14	8	0	0
Taxa de Bolsa	2.345	5	1.604	736	0
Cartório	2	1	1	0	0
Auditoria	18	13	5	0	0
Tx de Permanência	0	0	0	0	0
Outros	13	0	5	1	7
TOTAL	5.468	853	3.221	1.142	252

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)



* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Análise de Riscos nos Investimentos.

Eletros-Saúde



APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por desafios para o Eletros-Saúde e para o mercado de saúde suplementar, como um todo. A tendência de queda do número de beneficiários de planos de saúde, em função da crise econômica e aumento do índice de desemprego, foi mantida. Para o Eletros-Saúde, não foi diferente, e a operadora acumulou uma perda de cerca de 3% do número de vidas, no período, sendo a maior concentração deste contingente no plano de Assistidos.

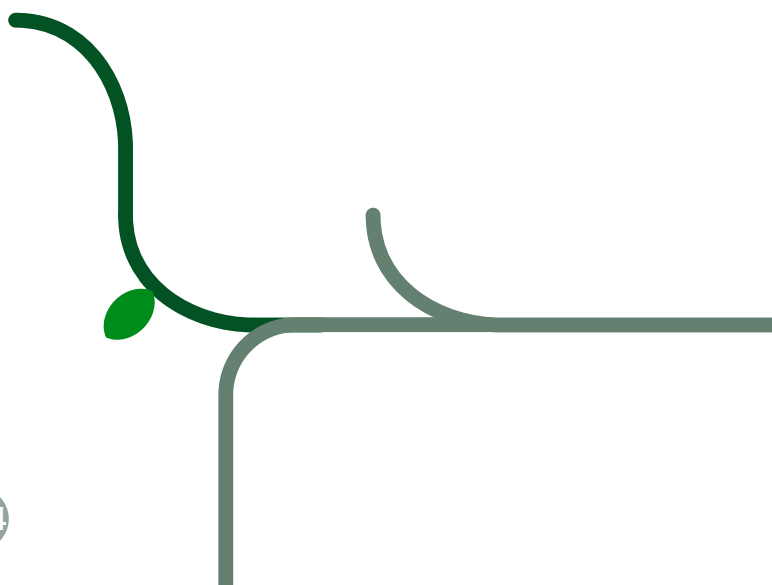
Embora a inflação oficial tenha fechado o ano em baixa, o índice que mede a inflação do setor, VCMH – Variação dos Custos Médicos Hospitalares – fechou 2017 na ordem de 19%. Esta variação elevada é reflexo do incremento de novas tecnologias na área médica e cirúrgica, do aumento da utilização de materiais e medicamentos, que apresentam ano após ano custos extremamente elevados, além do aumento de coberturas mínimas no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a cada dois anos.

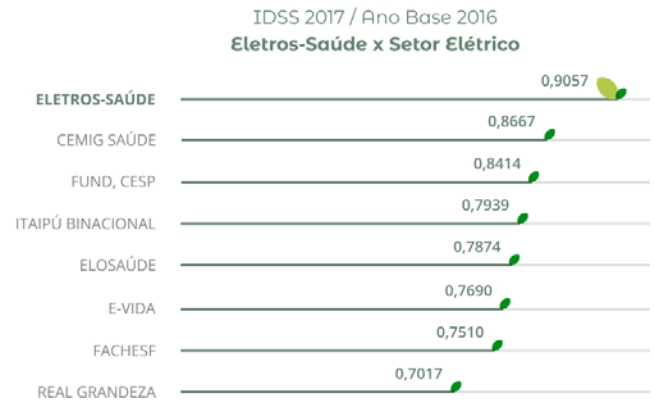
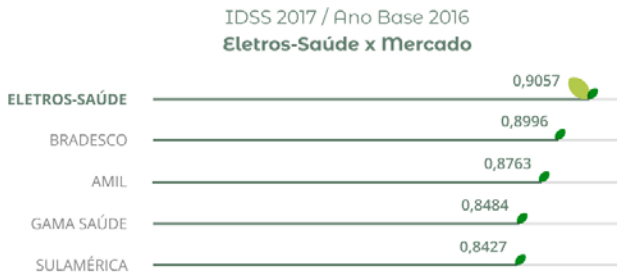
As autogestões ainda têm um fator de risco mais agravante com relação à sinistralidade que é a elevada faixa etária de sua população, com uma distribuição desfavorável, em especial no Plano de Assistidos, que hoje é formado majoritariamente por usuários com mais de 60 anos (90%), número muito superior à média das operadoras de saúde suplementar no mercado nacional (13%).

A fim de promovermos uma oxigenação e uma redução no desequilíbrio etário, reforçamos a importância dos usuários titulares recomendarem e incentivarem a adesão de seus familiares ao Eletros-Saúde Família,

em especial os mais jovens, como filhos que perderam a condição de dependência, sobrinhos, netos, entre outros. A importância desta oxigenação é que o mutualismo existente entre os planos de pré-pagamento garante o equilíbrio financeiro à operadora, em função da alta sinistralidade do plano de aposentados.

Mesmo diante de todos estes desafios e da judicialização enfrentada nos últimos dois anos, o Eletros-Saúde vem obtendo êxito na gestão do plano, constituindo as garantias financeiras exigidas pela ANS sem apresentar déficit, e apresentando excelentes resultados nas avaliações realizadas pelo órgão regulador. Em 2017, ficou novamente classificado entre os melhores planos do Brasil, de acordo com o IDSS – Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, o Eletros-Saúde está à frente das principais referências de mercado, como Bradesco Saúde, Sulamérica e Amil e foi também reconhecido como sendo o melhor entre os planos do setor elétrico, superando planos como Cemig Saúde, Elosaúde, Fachesf, Funcesp, E-vida, entre outros. Veja as classificações no gráfico na página a seguir.





Este resultado demonstra que nossos esforços em busca da excelência na prestação dos serviços e da satisfação dos usuários têm nos direcionado ao caminho certo!

Objetivando a melhoria contínua na prestação de serviços, o Eletros-Saúde tem investido em tecnologia, profissionalização da equipe, assim como na busca do atendimento de qualidade aos usuários. No início de 2017, o novo Portal do Eletros-Saúde foi lançado ofertando acesso a uma série de autosserviços, por meio da Área do Beneficiário, assim como o aplicativo móvel foi atualizado, incorporando novas funcionalidades.

Por meio destes ambientes, agora é possível otimizar alguns processos e evitar o deslocamento até a nossa Central de Atendimento. O reembolso online é o principal novo serviço disponibilizado e conferiu agilidade e maior facilidade à solicitação do reembolso, sendo objeto de enorme satisfação de nosso público. A carteira virtual e a atualização cadastral também foram ganhos importantes.

Seguiremos buscando, em 2018, soluções gerenciais e técnicas para aprimoramento do plano, com a certeza de que nossos usuários desfrutem de atendimento assistencial de excelente qualidade.

Agradecemos pela sua confiança!

Rogério Braz

Superintendente do Eletros-Saúde

ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS

1. NÚMEROS DE USUÁRIOS EM 2017



ELETROBRAS

3.161

CEPEL

1.407

FUNDAÇÃO

272

ASSISTIDOS

1.670

ESSENCIAL

36

FAMÍLIA

784

2. ELETROBRAS E CEPEL

ELETROBRAS

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	276	277	553
19 a 23 anos	83	81	164
24 a 28 anos	38	32	70
29 a 33 anos	53	31	84
34 a 38 anos	165	161	326
39 a 43 anos	151	146	297
44 a 48 anos	118	89	207
49 a 53 anos	137	115	252
54 a 58 anos	176	139	315
59 a 110 anos	453	440	893
TOTAL	1650	1511	3161

CEPEL

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	118	109	227
19 a 23 anos	40	44	84
24 a 28 anos	16	23	39
29 a 33 anos	32	27	59
34 a 38 anos	36	30	66
39 a 43 anos	42	33	75
44 a 48 anos	53	38	91
49 a 53 anos	75	47	122
54 a 58 anos	105	95	200
59 a 110 anos	216	228	444
TOTAL	733	674	1407

Fundação

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	31	37	68
19 a 23 anos	7	8	15
24 a 28 anos	6	4	10
29 a 33 anos	11	11	22
34 a 38 anos	16	14	30
39 a 43 anos	19	13	32
44 a 48 anos	15	12	27
49 a 53 anos	13	13	26
54 a 58 anos	21	10	31
59 a 110 anos	1	10	11
TOTAL	140	132	272

Vinculados / Família

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	69	59	128
19 a 23 anos	6	5	11
24 a 28 anos	68	66	134
29 a 33 anos	57	75	132
34 a 38 anos	75	59	134
39 a 43 anos	63	52	115
44 a 48 anos	43	29	72
49 a 53 anos	16	14	30
54 a 58 anos	7	2	9
59 a 110 anos	15	4	19
TOTAL	419	365	784

Assistidos

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
00 a 18 anos	11	17	28
19 a 23 anos	10	23	33
24 a 28 anos	4	6	10
29 a 33 anos	1	1	2
34 a 38 anos	3	3	6
39 a 43 anos	3	3	6
44 a 48 anos	7	3	10
49 a 53 anos	15	--	15
54 a 58 anos	44	17	61
59 a 110 anos	823	676	1499
TOTAL	921	749	1670

Essencial

Faixa Etária	Feminino	Masculino	TOTAL
59 a 110 anos	29	7	36
TOTAL	29	7	36



CONSULTA
POR BENEFICIÁRIO

6,27



EXAMES
POR BENEFICIÁRIOS

29,16

	Custo	Taxa de utilização	Sinistralidade
Assistidos	R\$ 32.566.787,00	94,79%	98%
Família	R\$ 2.770.848,00	86,42%	42%
Fundação	R\$ 1.502.753,00	92,83%	68%

3. NÚMERO DE ATENDIMENTOS



ATENDIMENTO
TELEFÔNICO
32.880



ATENDIMENTO
PRESENCIAL
6.289



ATENDIMENTO
POR CORREIO
2.117



ATENDIMENTO
POR E-MAIL
5.208



TOTAL
DE ATENDIMENTOS
46.494

4. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE auditadas, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

José Carlos Nunes Bianco

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Paula Prado Rodrigues Couto

CAPÍTULO 8

Demonstrações Contábeis

Relatório anual

2 0 1 7

31 de Dezembro
2017 e 2016

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- Eletros

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio social	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Eletros-Saúde de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Eletros-Saúde continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Eletros-Saúde ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Eletros-Saúde são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Eletros-Saúde.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Eletros-Saúde. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Eletros-Saúde a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo Circulante		22.612	19.961	Passivo Circulante		15.838	13.986
Disponível	4	12	111	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	5.390	4.859
Banco conta Depósitos		12	111	Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13	-	-
				Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.693	1.604
				Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.684	3.255
Realizável		22.599	19.851	Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	3.358	3.202
Aplicações Financeiras	5	18.871	17.044	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		3.358	3.202
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	6.489	5.919	Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	687	730
Aplicações Não Vinculadas	5.2	12.382	11.125				
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.484	1.320				
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.338	1.292	Provisões		6.403	4.203
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		146	28	Provisões para Ações Judiciais	15	5.223	4.203
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	7	660	436	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	550	407
Bens e Títulos a Receber	8	1.584	1.051	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	590	544
				Débitos diversos		40	40
Ativo Não Circulante		4.775	3.840	Passivo Não Circulante		2.498	3.031
Realizável a longo prazo				Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	2.498	3.031
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	4.722	3.840	Patrimônio Social	17	9.050	6.785
Imobilizado				Patrimônio Social		1.849	1.849
Imobilizado de Uso Próprio		47	-	Superávit Acumulado		7.201	4.936
Intangível				Total do Passivo		27.386	23.802
Ativo Intangível		6	-				
Total do Ativo		27.386	23.802				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração do resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	83.444	75.663
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	83.828	76.004
Contraprestações Líquidas	83.828	76.004
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(384)	(341)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(79.141)	(70.349)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(78.712)	(69.995)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(75.029)	(66.511)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.683)	(3.484)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(429)	(354)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.303	5.314
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	4.903	4.339
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	1.029	812
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	623	556
Outras Receitas Operacionais	406	256
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	255	(637)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	-	(1)
Provisão/Reversão para Perdas Sobre Créditos	255	(636)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(397)	(86)
Resultado Bruto	10.093	9.742
Despesas Administrativas	(9.622)	(10.276)
Resultado Financeiro	1.794	1.836
Receitas Financeiras	2.014	2.312
Despesas Financeiras	(220)	(476)
Superávit do exercício	2.265	1.302

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	2.265	1.302
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.265	1.302

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reservas de Superávit	Superávit Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.849	-	3.634	5.483
Superávit do exercício	-	-	1.302	1.302
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.849	-	4.936	6.785
Superávit do exercício			2.265	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.849	-	7.201	9.050

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	87.039	79.711
Resgate de Aplicações Financeiras	79.702	74.684
Outros Recebimentos Operacionais	17.536	16.064
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(87.759)	(78.666)
Pagamento de Pessoal	(5.267)	(5.667)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(1.271)	(1.257)
Pagamento de Tributos	(4.466)	(4.305)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(27)	(98)
Pagamento de Aluguel	(249)	(392)
Aplicações Financeiras	(79.813)	(73.753)
Outros Pagamentos Operacionais	(4.777)	(5.645)
	<u>648</u>	<u>676</u>
Caixa líquido gerado das nas atividades operacionais		
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(200)	(180)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(547)	(518)
	<u>(747)</u>	<u>(698)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		
Variação Líquida do Caixa	<u>(99)</u>	<u>(22)</u>
Saldo Inicial - caixa no início do exercício	111	133
Saldo Final - caixa no final do exercício	12	111
Ativos Livres no Início do Exercício	11.236	10.980
Ativos Livres no Final do Exercício	<u>12.394</u>	<u>11.236</u>
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras -	1.158	256
Recursos Livres	<u>1.158</u>	<u>256</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Fundação” ou “Eletros”) é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A Eletros oferta e gerencia o programa de assistência à saúde e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

Atualmente, a Eletros possui registro de cinco produtos na ANS na modalidade de preço pré estabelecido e de dois produtos da modalidade de preço pós-estabelecido.

Modalidade preço pré-estabelecido

- Plano Eletros-Saúde - Assistidos;
- Plano Eletros-Saúde – Assistidos Essencial;
- Plano Eletros-Saúde - Vinculados;
- Plano Eletros-Saúde - Família;
- Plano Eletros-Saúde - Fundação

O plano Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Essencial são destinados aos assistidos e pensionistas dos planos de benefícios previdenciários da Eletros, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. Os Planos também são oferecidos para os ex-empregados, ex-diretores e os ex-administradores da Eletros e das Patrocinadoras, desde que participantes previdenciários.

Os planos Eletros-Saúde Vinculados (fechado para novas adesões) e o Eletros-Saúde Família são destinados aos descendentes até 4º Grau dos titulares e cônjuges e colaterais até 2º Grau (irmãos e sobrinhos) dos planos Eletros-Saúde Assistidos, Fundação, Eletrobras e Cepel.

Os Planos Eletros-Saúde Assistidos, Eletros-Saúde Essencial, Eletros-Saúde Vinculados e Eletros Saude Família são custeados exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O plano Eletros-Saúde Fundação é destinado aos empregados da Eletros, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. As contribuições mensais deste plano são repassadas integralmente pela Eletros.

Modalidade preço pós-estabelecido

- Plano Eletros-Saúde - Eletrobras;
- Plano Eletros-Saúde - Cepel

Esses produtos são oferecidos para os empregados e dependentes das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

Em 31 de dezembro de 2017, os Plano Eletros-Saúde contavam com 5.630 participantes ativos (5.757 em dezembro de 2016) e 1.715 assistidos (1.795 em dezembro de 2016).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial a Resolução Normativa nº 290/12, e alterações posteriores, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.
- A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 26 de março de 2018.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A Administração utiliza estimativas para mensuração de passivos cujos valores são baseados em premissas e hipóteses condizentes com as transações ou eventos incorridos ou a incorrer. As provisões técnicas são constituídas mediante cálculo definido pelo órgão regulador. As contingências passivas são mensuráveis de acordo com a classificação de probabilidade de perdas e critérios definidos para mensuração financeira.

3.3 Apuração do resultado

a. Receita

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita no último dia do mês considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorrer o recebimento de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, esses valores devem ser registrados no Passivo Circulante em uma conta específica denominada Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b. Custo

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

3.4 Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.5 Instrumentos Financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor justo ou mantidos até o vencimento, quando aplicável.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor justo com seus efeitos reconhecidos no resultado.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4); Aplicações financeiras (Nota nº 5); Créditos recebíveis e Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota nº 14).

3.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7 Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 10).

3.8 Ativos e Passivos contingentes (Provisões)

(i) *Ativos contingentes*

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) *Passivos contingentes*

São constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) *Obrigações legais*

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.9 Provisão para perda sobre créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 290/12 e suas atualizações, que estabeleceu que os planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

4 Disponível

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo e estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 12 (R\$ 111 em 2016), está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde.

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em cotas de Fundos de Investimento, registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e atualizadas em função do valor da cota de encerramento do balanço. A variação da diferença entre os valores das cotas e os de mercado é apropriada ao resultado.

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentam o montante de R\$ 18.871 e R\$ 17.044, respectivamente. E estão representadas por:

5.1 Aplicações vinculadas a provisões técnicas

São recursos aplicados em fundos de investimento aberto, junto ao Banco Bradesco S.A., classificados como de renda fixa, vinculados à garantia de cobertura de reservas e provisões técnicas (Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação ocorre por aplicações e ou resgates realizados de acordo com as regras estabelecidas pela ANS e valorização ou desvalorização que ocorre de acordo com o valor de mercado dos fundos de investimento, tais recursos são adquiridos com o propósito de garantir as provisões técnicas.

A rentabilidade auferida em 2017 foi de 9,62% (13,49% em 2016).

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Cotas de Fundo de Investimento	6.489	5.919
Total	6.489	5.919

5.2 Aplicações não vinculadas a provisões

Referem-se à aplicação em fundos de investimento, classificados como multimercado crédito privado, junto ao Banco Alfa (fundo exclusivo) e Banco do Brasil (fundo aberto), adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado.

A rentabilidade auferida pelo fundo do Banco Alfa em 2017 foi 9,93% (14,06% em 2016).

O valor está apresentado à valor justo reconhecido por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, classificado no Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Descrição	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	11.125	10.795
(+) Aplicações	79.894	73.777
(-) Resgates	(79.859)	(74.690)
(+) Rendimentos	1.222	1.243
Saldo em 31 de dezembro	12.382	11.125

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber pré-estabelecido (6.1)	145	219
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber pós-estabelecido (6.2)	1.286	1.073
Participação dos beneficiários em Eventos / Sinistro Indenizados (6.3)	165	739
(-) Provisão para perdas sobre créditos (6.4)	(112)	(711)
Total	1.484	1.320

6.1 Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber Pré-Estabelecido

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS.

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	219	-
(+) Prêmios emitidos	42.060	37.760
(-) Recebimentos	(42.134)	(37.541)
Saldo em 31 de dezembro	145	219

6.2 **Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber Pós-Estabelecido**

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pós-estabelecido da ELETROBRÁS e CEPEL.

6.3 **Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis**

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

6.4 **Provisão para perdas sobre créditos**

A Eletros constituiu provisão para perdas sobre créditos provenientes de contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS e da coparticipação dos usuários do plano Eletros-Saúde na modalidade de preço pre-estabelecido em exames médicos ou odontológicos que possuem pelo menos, uma parcela vencida há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito, conforme requerido no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 290/12 e suas atualizações.

7 **Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora**

Descrição	Saldo em	
	2017	2016
Taxa de Administração	59	36
Ressarcimento de Convênio de Reciprocidade	601	400
Total	660	436

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, acrescidos da taxa de administração, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

8 Bens e títulos a receber

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor do fundo rotativo da ELETROBRAS e CEPEL e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a ELETROBRÁS e CEPEL:

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Ressarcimento de despesas administrativas	797	684
Fundo Rotativo ELETROBRAS (a)	130	-
Fundo Rotativo CEPEL (b)	110	286
Outros valores a receber	547	81
Total	1.584	1.051

- (a) O Fundo Rotativo do ELETROBRAS refere-se ao montante a ser ressarcido pela ELETROBRAS em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.
- (b) O Fundo Rotativo do CEPEL refere-se ao montante a ser ressarcido pelo CEPEL em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.

9 Depósitos judiciais e fiscais

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Tributários	4.722	3.836
PIS	670	545
COFINS	4.052	3.291
Cíveis	-	4
Total	4.722	3.840

10 Provisões técnicas de operações à saúde

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Provisão de eventos a liquidar (a)	1.706	1.604
SUS	13	-
Médico Hospitalares	1.527	1.575
Odontológicas	166	29
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	3.684	3.255
Total	5.390	4.859

- (a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.
- (b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

11 Débitos de operações de assistência à saúde

Refere-se a mensalidades dos assistidos descontadas antecipadamente na folha de pagamento dos planos previdenciários, antes do início do período de cobertura do risco, no montante de R\$ 3.358 (R\$ 3.202 - 2016).

No mês da cobertura do risco é efetuada a baixa do montante e apropriada a receita no resultado do período, atentando para o princípio da competência.

12 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Débitos a Prestadores de Assistência à Saúde (a)	169	184
Outros Débitos não Relacionados com Planos de Saúde	518	546
Fundo rotativo Eletrobras (b)	-	299
Valores a serem repassados a Eletros (c)	518	237
Outros valores a pagar	-	10
Total	687	730

- (a) Refere-se a prestação de serviços médico-hospitalar/odontológico utilizados pelos usuários relacionados ao convênio de reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico.
- (b) O Fundo Rotativo ELETROBRAS representa os recursos disponibilizados pela ELETROBRAS em adiantamento para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.
- (c) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à Eletros.

13 Tributos e encargos sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
INSS	311	51
Imposto de renda retido na fonte	42	31
Imposto Sobre Serviços (ISS)	30	49
Contribuições previdenciárias	75	191
Outros	92	85
Total	550	407

14 Empréstimos e financiamentos a pagar

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à FABES, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

- Prazo de amortização: 15 anos
- Reajuste: INPC
- Taxa de juros: 0,5% a.m.
- Periodicidade do reajuste: anual

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está composto da seguinte forma:

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Circulante	590	544
Não Circulante	2.498	3.031
Total	3.088	3.575

15 Provisões para contingências

A Eletros constitui provisão para contingências com base na avaliação do risco de perda dos processos judiciais, assessorada por seus advogados. Com isso, a entidade reconhece provisão para os processos cuja estimativa de desembolso seja provável. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Tributárias	4.786	3.895
PIS	679	554
COFINS	4.107	3.341
Cíveis	437	308
Total	5.223	4.203

Essas provisões tiveram, nesse exercício, a seguinte evolução:

	Movimentação do Exercício 2017			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	3.895	-	308	4.203
Constituição de provisões	968	-	184	1.152
Reversão de provisões	(77)	-	(48)	(125)
Baixas	-	-	(4)	(4)
Pagamentos	-	-	(3)	(3)
Saldo em 31/12/2017	4.786	-	437	5.223

	Movimentação do Exercício 2016			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	2.663	3	666	3.332
Constituição de provisões	1.252	-	661	1.913
Reversão de provisões	(20)	-	(816)	(836)
Baixas	-	(3)	(150)	(153)
Pagamentos	-	-	(53)	(53)
Saldo em 31/12/2016	3.895	-	308	4.203

Eletros possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 9).

Os processos com probabilidade de perda possível, em função do CPC 25, não são reconhecidos contabilmente, mas devem ser divulgados em notas explicativas, representam o montante de R\$ 446 (R\$ 938 - 2016) e envolvem ações judiciais de natureza cível, relacionadas, principalmente, à questionamentos referentes à procedimentos médicos, medicamentos e reajuste de mensalidade.

16 Ativos garantidores

A Resolução Normativa nº 159/2007 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas alterações descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas. Demonstramos as Provisões Técnicas constituídas e as Garantias Financeiras, os Ativos Garantidores em Aplicações Financeiras Vinculadas e de Lastro.

	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	3.684	3.255
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	13	-
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados há mais de 60 dias	79	185
Provisões Técnicas a serem Vinculadas	3.784	3.441
Aplicação Financeira Vinculada	6.488	5.919
(A) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados	2.704	2.478
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados Até 60 dias	1.626	1.418
Provisões Técnicas a serem Lastreadas	1.626	1.418
Aplicação Financeira não Vinculada	12.382	11.125
Disponibilidades Bancárias	12	111
(B) Suficiência de Lastros	10.769	9.818
(C) = (A+B) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados e de Lastros	13.481	12.296

A RN 274/2011 estabelece que as operadoras de plano de assistência à saúde com até 100.000 (cem mil) beneficiários pode optar a vinculação de ativos garantidores para a parcela da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias.

17 Patrimônio social

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Patrimônio Social	1.849	1.849
Patrimônio Social	1.849	1.849
Superávit Acumulados	7.201	4.936
Total	9.050	6.785

Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

O PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da operadora de saúde, ajustado para efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS pelo capital base do qual é ajustado, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

	Exercício findo em	
	2017	2016
Patrimônio Social Contábil	9.050	6.785
(+) Obrigações legais (*)	64	59
Patrimônio Social Ajustado	9.114	6.844
Capital Mínimo Exigido	721	700
Insuficiência / Suficiência do PMA	8.393	6.144

(*) De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, excluído da parcela do depósito judicial.

17.1 Margem de Solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio social ajustado por efeitos econômicos, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2017, R\$ 6.559; ou
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2017, R\$ 3.681.

A Operadora deve observar integral e mensalmente as regras da Margem de Solvência, durante o prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir de janeiro de 2014, na proporção cumulativa mínima de 1/120, a cada mês, do valor calculado. A seguir está demonstrada a posição de 31 de dezembro de 2017:

	Exercício findo em 31.12.17
Patrimônio Social Ajustado	
Margem de Solvência	
(A) - 0,20 vezes CPL - últimos 12 meses	6.559
(B) - 0,33 vezes EIL - últimos 36 meses	3.681
Maior entre (A) e (B)	6.559
(Insuficiência) / Suficiência da margem de Solvência	-

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2017, foi deliberada em 11 de novembro de 2016, na 310ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 16,37% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, 12,10% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 6,05% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados e Plano Eletros Família.

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2018, foi deliberada em 10 de novembro de 2017, na 331ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 9,40% para os Plano Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Essencial, 8,62% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 4,31% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados e Plano Eletros Família.

18 Distribuição dos saldos de Eventos Médicos Hospitalares Assistência Médico Hospitalar

Em consonância com o subitem 6.2.1., Capítulo I, Normas Básicas, da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013. Contemplamos, a seguir, os quadros da distribuição dos saldos de eventos médicos hospitalares, assistência médico hospitalar e outros.

18.1 Médico Hospitalares

Em 31.12.17

**Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.190	4.728	2.512	20.719	1.818	3.661	34.628
Reembolso	754	42	160	1.347	76	687	3.066
Total	1.944	4.770	2.672	22.066	1.894	4.348	37.694

Em 31.12.16

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.143	4.352	2.231	19.013	1.330	2.816	30.885
Reembolso	677	38	168	891	29	668	2.471
Total	1.820	4.390	2.399	19.904	1.359	3.484	33.356

Em 31.12.17

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.764	5.337	2.042	19.135	1.646	4.379	34.303
Reembolso	826	50	1.085	1.032	423	1.299	4.715
Total	2.590	5.387	3.127	20.167	2.069	5.678	39.018

Em 31.12.16

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.697	4.756	1.807	17.294	1.674	4.118	31.346
Reembolso	783	51	1.188	704	125	1.435	4.286
Total	2.480	4.807	2.998	17.998	1.799	5.553	35.635

Procedimentos Odontológicos

Em 31.12.17

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	815	815
Reembolso	93	93
Total	908	908

Em 31.12.16

**Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	777	777
Reembolso	75	75
Total	852	852

Em 31.12.17

**Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	2.225	2.225
Reembolso	550	550
Total	2.775	2.775

Em 31.12.16

**Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	2.133	2.133
Reembolso	498	498
Total	2.631	2.631

19 Despesas administrativas

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Pessoal	6.074	6.137
Serviços de terceiros (a)	1.173	1.338
Localização e funcionamento (b)	804	957
Tributos (c)	916	1.074
Despesas administrativas indiretas (d)	231	332
Outras	424	438
Total	9.622	10.276

- (a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;
- (b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;
- (c) Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar); e
- (d) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da Eletros.

20 Outras despesas operacionais

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Provisão Para Contingência Cível	3	(155)
Convênio Cooperação Técnica CV-048/03	256	242
Provisão Contingência Cível-Plano Eletrobrás	138	(1)
Total	397	86

21 Resultado financeiro

Descrição	Exercício findo em	
	2017	2016
Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras (a)	1.668	1.860
Outras	346	451
Total	2.014	2.311
Despesas Financeiras		
Empréstimos e financiamentos (b)	220	476
	220	476
Resultado Financeiro	1.794	1.835

- (a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.
- (b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

22 Exposição e gestão de riscos

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem por uma avaliação interna, tem seus *ratings* de crédito avaliados por agências nacionais como a Lopes Filho & Associados (RISKbank) e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

As informações com os vencimentos contratuais de passivos financeiros foram apresentados na nota explicativa 14 e a entidade possui ativos suficientes para honrar os pagamentos nos vencimentos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

Análise de sensibilidade

Em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Eletros Saúde divulga o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Entidade está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros, conforme abaixo.

Descrição	Nota Explicativa	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras	5	Taxa CDI	6,8%	6,5%	7,0%
		Efeito Líquido	20.154	20.098	20.192
			Nulo	(56)	94
Descrição	Nota Explicativa	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e Financiamentos a pagar	14	Taxa INPC	4,75%	3,75%	5,75%
		Efeito Líquido	291	265	317
			Nulo	(26)	52

23 Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Atividades Operacionais	2017	2016
<i>Superávit do exercício</i>	2.265	1.302
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
<i>Depreciação e Amortização</i>	1	-
<i>Variação da Provisão de Perdas sobre Créditos</i>	(599)	653
<i>Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados</i>	429	355
<i>Variação da Provisão para Contingências</i>	1.020	871
<i>Despesas de Juros</i>	258	471
	3.374	3.652
Atividades de Investimento		
<u>Aquisição Imobilizado e Intangível</u>	(53)	-
(Aumento) / diminuição em ativos operacionais		
Numerários em Trânsito	-	52
<i>Redução/Aumento Aplicações Financeiras</i>	(1.827)	(1.034)
Redução/Aumento Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	435	(473)
<i>Redução Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados</i>	(224)	136
<i>Redução Bens e Títulos a Receber</i>	(533)	269
Depósitos Judiciais e Fiscais	(882)	(1.187)
Aumento / (diminuição) em passivos operacionais		
<i>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</i>	102	(180)
<i>Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios</i>	156	58
<i>Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com o plano</i>	(43)	(795)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	143	176
Redução Débitos diversos	-	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	648	676

* * *

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

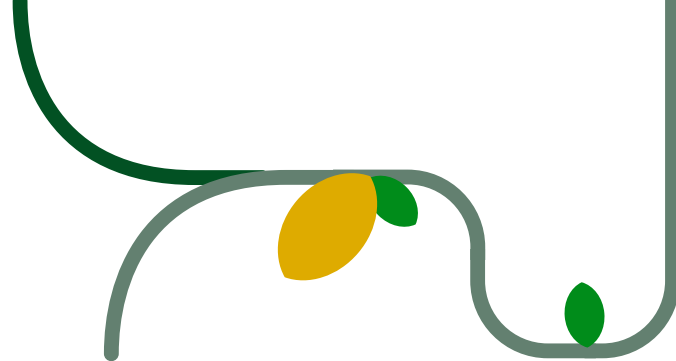
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

Administração



Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS E FISCAL EM 31/12/2017

Diretoria Executiva - DEE

Membros	Cargo	Período de Gestão
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23/09/2016 a 22/09/2019
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23/09/2016 a 22/09/2019
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06/01/2017 a 05/01/2020

Os membros da Diretoria Executiva estão no exercício de seus segundos mandatos.

Diretoria Deliberativo - CDE

Membros	Suplentes	Período de Gestão	Forma de Participação
Jailson José Medeiros Alves - Presidente (*)	Rodrigo Madeira Henrique de Araújo (**)	07/07/2017 a 30/06/2019	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	Paulo Sergio Petis Fernandes	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleitos - Assistidos
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	-- (***)	10/02/2017 a 21/11/2020	Eleitos - Ativos/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação CEPTEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleitos - Ativos
Alice Valdez de Andrade Salomão	Marcio Kennedy de Almeida	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

(*) Em virtude da renúncia por sua antecessora em 28/06/2017, dando seguimento ao mandato já iniciado anteriormente.

(**) Dando seguimento ao mandato já iniciado anteriormente por seu antecessor.

(***) Considerando a renúncia do suplente Sergio Mendes de Azevedo Tinoco em 10/10/2017.

Conselho Fiscal - CFE

Membros	Suplentes	Período de Gestão	Forma de Participação
José Carlos Nunes Bianco – Presidente (*)	--	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleito – Ativos
Orsino Borges de Oliveira Filho até 14/11/2017	--		
Hiram Carneiro Toledo dos Santos até (***)	--	De fevereiro de 2017 a 13/11/2017 (como suplente) 14/11/2017 a 21/11/2020 (como efetivo)	Eleitos - Assistidos
Paula Prado Rodrigues Couto	-- (***)	01/07/2015 a 30/06/2019	Indicação Eletrobras
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Gustavo Botrel Coutinho de Melo (**)	01/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

(*) Desde 01/02/2017.

(**) De 02/06/2017 a 21/11/2020.

(***) A partir de 14/11/2017 o Conselheiro Hiram Carneiro Toledo dos Santos passou a ser membro efetivo, já que o Conselheiro Orsino Borges de Oliveira Filho foi indicado a Diretor do CEPEL, o que é impeditivo para o cargo de Conselheiro, conforme Estatuto da ELETROS.

EVENTO SUBSEQUENTE:

(****) considerando a renúncia do suplente Pedro Paulo da Cunha em 30/01/2018.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2017, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2017, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES/APROVAÇÕES:

- aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2017 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2017/ Planos de Custeio amparados nos respectivos pareceres atuariais;
- acompanhamento do assunto Planos de Equacionamentos dos Déficits do Plano BD – Eletrobrás. Com o recebimento do Parecer da PREVIC 42/2017, foram intensificados estudos técnicos, reuniões na PREVIC, envidados todos os esforços para melhor solução para a questão;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS para o triênio 2017 a 2019;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde para o biênio 2017 a 2018;

- aprovação da revisão da Política de Compliance;
- aprovação da revisão do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
- aprovação da revisão das Normas de Empréstimos;
- aprovação, a pedido da Patrocinadora CERON, da alteração do Regulamento do Plano CD CERON, sendo necessárias as aprovações nas demais instâncias competentes;
- aprovação do aperfeiçoamento do critério para o cálculo das taxas de juros a serem aplicadas nos empréstimos financeiros;
- aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD – Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD-Eletrobrás, CD-CERON, CV-ONS e CV-EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2017;
- acompanhamento do retrofit do Edifício Mário Bhering para locação à Eletrobras;
- ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- aprovação do orçamento da ELETROS para 2018, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;
- acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
- aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2018;
- aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- aprovação da Política de Investimento para 2018 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;
- considerando a Carta ELETROBRAS CTA-DJ-2622/17, Parecer da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC 42/2017, e demais procedimentos, após estudos técnicos e reuniões na PREVIC, ocorreu a aprovação, por maioria, da implantação, com a maior brevidade, das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e PREVIC, de forma a atender a legislação aplicável e às orientações emanadas dos órgãos de controle e formar grupo de trabalho com representantes da patrocinadora Eletrobras para acompanhamento das alterações solicitadas nos planos de equacionamento e posterior realização de TAC na PREVIC, nos moldes recomendados na Carta CTA DJ 2622/2017, de 22.09.2017, conforme amplamente divulgado;

- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD – Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD – Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2017;
- aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2018;
- aprovação da revisão da Política de Alçadas;
- aprovação da revisão da Política de Gestão de Pessoas;

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2017:

- apreciou os balancetes mensais;
- apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais, bem como acompanhou os indicadores trimestralmente;
- apreciou os relatórios de conjuntura e risco dos investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;
- acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;

- emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2017, Planos de Custeio, tomando por base os pareceres atuariais;
- emitiu e aperfeiçoou os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- acompanhou o relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- acompanhou o relato de atendimento aos Ofícios da PREVIC;
- emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS, em virtude dos Testes de Aderência;
- acompanhou o assunto Revisão dos Planos de Equacionamento dos déficits do Plano BD Eletrobrás, bem como as providências relativas aos Ofícios da PREVIC a respeito, incluindo o Parecer 42/2017 da PREVIC;
- acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- acompanhou o reporte do retrofit do Ed. Mário Bhering;

DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações com toda a documentação técnica necessária, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2017 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2017, destacamos:

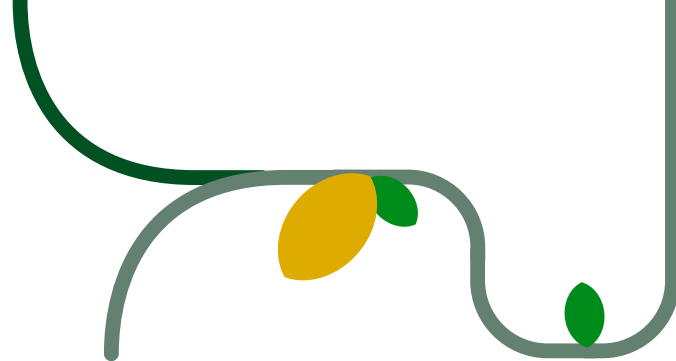
- a continuidade das negociações referente ao equacionamento dos déficits técnicos do Plano BD Eletrobrás com atuação junto às patrocinadoras, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, intensificadas após o recebimento do Parecer 42/2017 da PREVIC.
- aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- condução do processo de locação do Ed. Mário Bhering à patrocinadora-instituidora Eletrobras e monitora-

mento das providências relativas ao projeto de retrofit do referido imóvel, referentes ao Contrato de Locação;

- atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria – CGRA;
- apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
- estímulo às ações de redução de despesas administrativas;
- acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR, até a implantação da solução integrada de sistemas;
- acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde, dentre estas medidas, a implantação do reembolso on line;
- aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento aos Offícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações/determinações;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- aprovação de normas e atualização/aperfeiçoamento de normas/Regimentos Internos de Comitês de Investimentos e procedimentos decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE, bem como referentes à adesão da ELETROS ao Código de Autorregulação de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP;
- aprovação de metas e providências para elaboração do Programa de Certificação dos processos visando à certificação ISO 9001, iniciando pela Diretoria de Benefícios Previdenciários;

Levantamento realizado por Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 09.04.2018.

Contatos



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone

(21) 2138-6000 – opção 2

E-mail

atendimento@eletros.com.br

Endereço

Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 9h às 16h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletros.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone

(21) 2138-6000 – opção 1

E-mail

atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço

Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletrossaude.com.br

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria

Assessoria de Comunicação

Projeto gráfico e editorial

Infobase Interativa

www.iinterativa.com.br
www.eletros.com.br

